

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALEXSANDRA SILVA DE OLIVEIRA

SER CRIANÇA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Maringá
2018

ALEXSANDRA SILVA DE OLIVEIRA

SER CRIANÇA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lucia Cecilia da Silva (UEM)

Prof.^a Dr.^a Edneia Jose Martins Zaniani (UEM)

Prof.^a Dr.^a Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção (UNESPAR)

Aprovada em: 24 de setembro de 2018.

Local de defesa: Universidade Estadual de Maringá/ Departamento de Psicologia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

Oliveira, Aleksandra Silva de
O48s Ser criança em instituição de acolhimento /
Aleksandra Silva De Oliveira. -- Maringá, 2018.
105 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucia Cecilia da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, 2018.

1. Crianças. 2. Acolhimento institucional. 3.
Psicologia. I. Silva, Lucia Cecilia da, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 362.732

Glauucia Volponi de Souza - CRE9/948

Dedico este trabalho ao meu pequeno grande Ser, José Eduardo de Oliveira Thomazela, sobrinho querido. Também o dedico a todas as crianças que fizeram e as que fazem parte da minha vida de Casa Lar, em especial aos que contribuíram relatando suas vivências e experiências neste estudo. Sem esquecer do meu ser criança, que tanto esteve presente neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me possibilitado chegar até aqui.

Assim, agradeço a quem me deu a oportunidade de vir ao mundo, me ensinou a caminhar e esteve sempre ao meu lado, mesmo não compreendendo ao certo a minha escolha profissional e por continuar estudando “esse tal de mestrado”, meus pais queridos Ester da Silva de Oliveira e José Wilson de Oliveira.

Aos meus irmãos Tiago da Silva de Oliveira e Fabiana da Silva de Oliveira e meu sobrinho amado José Eduardo de Oliveira Thomazela, por fazerem parte da minha vida e compreenderem minhas ausências.

Ao meu amor, Eder Junior Berlese, pela compreensão, afeto e calma neste período de ansiedade, sua presença tornou a caminhada mais tranquila.

Agradeço a todos os amigos que estiveram de alguma forma presentes na construção do meu trabalho, em especial, a querida Vânia Bruneli e minha amiga-irmã Flávia Caroline dos Santos, pelo incentivo, pelo carinho, pelos conselhos, simplesmente por acreditarem. Obrigada!

Agradeço a família CREAS – Colorado e a Família Casa Lar, que estiveram presentes acompanhando estes dois anos de labuta, se fizeram muito importantes frente à angústia que senti em vários momentos deste estudo.

Aos meus professores da graduação em Psicologia da Faculdade Uningá e os da pós-graduação (mestrado) em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, vocês, sem dúvida, acrescentaram em muita na minha vida profissional e pessoal.

À Prof.^a Dr.^a Lúcia Cecília da Silva, que conheci carinhosamente como Luinha, a qual me acolheu em meio a angústias e alegrias, neste dois anos; sou extremamente grata pela confiança e o respeito com que me tratou durante este período.

Aos professores da minha banca de qualificação e defesa, Prof.^a Dr.^a Edneia Jose Martins Zaniani e a Prof.^a Dr.^a Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção, pelas sugestões, disponibilidade e o respeito com que trataram os meus estudos. Encontrar pessoas assim me faz acreditar que o universo acadêmico vale a pena.

À psicóloga Talita Marcomini por fazer parte da minha vida, ajudando-me a tornar visível o meu próprio mundo.

*Era uma casa
Muito engraçada
Não tinha teto
Não tinha nada
Ninguém podia
Entrar nela, não
Porque na casa
Não tinha chão*

*Ninguém podia
Dormir na rede
Porque na casa
Não tinha parede
Ninguém podia
Fazer pipi
Porque penico
Não tinha ali*

*Mas era feita
Com muito esmero
Na Rua dos Bobos
Número Zero*

A Casa

(Vinicius de Moraes)

SER CRIANÇA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

RESUMO

Atualmente, no Brasil, constata-se um crescente número de crianças acolhidas em instituições, para onde são levadas como medida excepcional de proteção por estarem em situação de risco pessoal ou social. No processo de acolhimento, a criança é submetida à rotina institucional, às avaliações de diferentes profissionais e a expectativas dos adultos acerca do que é ser uma criança acolhida. A presente pesquisa objetiva compreender a vivência de crianças em processo de acolhimento institucional sob a ótica fenomenológica. Participaram da pesquisa quatro crianças de sete, nove, dez e onze anos de idade, acolhidas em três instituições da região noroeste do estado do Paraná. A coleta de dados se deu por meio da observação e do contato com as crianças em suas atividades rotineiras, e, sobretudo, da escuta de suas falas nas atividades e interações com as pessoas de sua convivência na instituição. Também se utilizou de informações contidas nos prontuários das crianças para esclarecimentos sobre suas histórias de vida. Para a análise, os dados foram categorizados em unidades de significado de modo a revelar os aspectos daquilo que é mostrado em torno do ser criança acolhida, ao mesmo tempo em que se utilizou o pensamento fenomenológico de Maurice Merleau-Ponty para a compreensão desse fenômeno. A análise dos dados revelou três unidades de significado em torno das quais aspectos vivenciais do ser criança acolhida foram sistematizados: 1) Motivos do acolhimento; 2) A família, e 3) O lar e a casa lar. Verificou-se que as crianças vivenciam a Casa Lar como punitiva, distanciando-se de seu papel protetivo e reduzindo o espaço a uma simples fonte supridora de necessidades básicas. Por outro lado, as relações ali instituídas são consideradas positivas, embora não atreladas ao caráter familiar de um lar como almeja o Estatuto da Criança e do Adolescente. Espera-se contribuir com subsídios para os profissionais envolvidos com a rede de proteção à criança, como os que atuam nos Centros de Referência em Assistência Social, nos Centro de Referência Especializada em Assistência Social e no Ministério Público.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Acolhimento institucional. Psicologia.

ABSTRACT

Currently, in Brazil, there is an increasing number of children in care institutions (foster care system), where they are taken because they are at social or personal risk. In the process of receiving the child, the institution will apply a series of evaluations from different professional areas, and the expectations of these professionals about what it is to be a foster child. This research aims to understand the experience of the children in the process of institutional reception from a phenomenological point of view. Four children from, seven, nine, ten and eleven years old participated in the study, housed in two institutions in the northern region of the state of Paraná. The data collection occurred through observation and contact with the children in their daily activities, as well as through listening to their speeches during the activities and interactions with the people they live with in the institution. The information from the children's records was also used to clarify their life histories. For the analysis, the data were categorized into units of meaning in order to reveal the aspects that show what is like to be a foster home child, while using Maurice Merleau-Ponty's phenomenological thinking for the elaboration of an understanding of this phenomenon. The analysis of the data revealed three units of meaning around which the experiential aspects of being a foster child were systematized: 1) Grounds for the host; 2) the family e 3) The home and the home. It has been found that children experience the foster home as punitive, distancing it from their protective role and reducing the space to a simple supply source for basic needs. On the other hand, the relations established there are considered positive, although not linked to the nature of a family home as the status of the child and the adolescent wishes. We hope to contribute to the professionals involved with the child protection network, such as those working in the Reference Centers in Social Assistance, the Reference Center Specialized in Social Assistance and the Public Ministry.

Key words: Child. Foster care (residential care). Psychology.

SIGLAS UTILIZADAS

CAOPCAE – Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação – Área da Criança e do Adolescente

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNCA – Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FIA - Fundo para a Infância

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS - Fundo Nacional da Assistência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MP - Ministério Público

NOB - Norma Operacional Básica

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PAEFI – Programa de Atenção Especial às Famílias e Indivíduos

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PIA – Plano Individual de Atendimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SNJ - Secretaria Nacional de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Unico de Assistência Social

TJ - Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CRIANÇA, INFÂNCIA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL	20
2. MEDIDAS PROTETIVAS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASAS LARES	30
3. APROXIMANDO-NOS DO QUE É SER CRIANÇA ACOLHIDA EM INSTITUIÇÃO: QUESTÕES DO MÉTODO	43
3.1 O caminho percorrido.....	48
3.1.1 Coleta de dados.....	50
3.1.2 Análise dos dados.....	51
3.1.3 Participantes.....	53
3.1.4 Das Instituições de Acolhimento.....	55
3.1.4.1 Casa Lar Amarela.....	55
3.1.4.2 Casa Lar Azul.....	56
3.1.4.3 Casa Lar Laranja.....	56
4. ANÁLISE DOS DADOS: A VIVÊNCIA DAS CRIANÇA	59
4.1 Breve história de vida e do acolhimento.....	59
4.1.1 A história de Ana.....	59
4.1.2 A história de Bruno.....	61
4.1.3 A história de Carla.....	62
4.1.4 A história de Fernando	66
4.2 As vivências das crianças na casa lar.....	71
4.2.1 Motivos do acolhimento.....	71
4.2.2 A Família.....	72
4.2.3 O lar e a casa lar.....	76
5. ATRAVESSAMENTOS NO SER-CRIANÇA-ACOLHIDA	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

No cenário atual do país, constata-se um crescente número de crianças em instituições de acolhimento a fim de serem protegidas de maus tratos, violência ou alguma outra situação de risco a que possam estar expostas em suas famílias. Conforme o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, são 47.751¹ crianças e adolescentes nessa situação. Desses, mais de 50% são crianças na faixa etária de 0 a 12 anos de idade, sendo que o Paraná se encontra em 5º lugar entre os estados que mais acolhem crianças e adolescentes, com 3.540 acolhidos em 529 entidades (Brasil, 2018).

Esses números tendem a aumentar nos próximos anos, visto que dados do Conselho Nacional de Justiça de 2011 demonstravam um número de 37.240, o que nos mostra o aumento da institucionalização. Os números também trazem à luz possíveis falhas de políticas públicas no que se refere à família, à criança e ao adolescente, pois, mesmo se utilizando de grandes esforços, de leis, orientações e normas, seguimos um caminho ascendente na institucionalização de crianças e adolescentes, observando assim, que o Estado não tem garantido a convivência familiar.

As instituições de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam elas de natureza público-estatal ou não estatal, e devem se pautar pelos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

A integração de tais políticas visa à convivência familiar e comunitária como direito de toda criança e adolescente. Entende-se que eles devem ser criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, ou seja, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Ainda, visam a que toda criança e adolescente inserido no programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada no máximo a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar,

¹ Estatística diariamente atualizada.

decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. A permanência nas instituições não deve se prolongar por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, em sua versão atualizada no ano de 2017, criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente, pessoa entre doze e dezoito anos de idade. E tais direitos mencionados aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2009, desenvolveu um Manual de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes que, em conformidade com as disposições do ECA, recomenda manter a criança e o adolescente na família, priorizando-se os vínculos familiares. Deve-se recorrer ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa/ampliada ou comunidade (Brasília, 2012).

Essa forma de priorizar a família surgiu com a promulgação do ECA. Historicamente, as casas de acolhimento no Brasil remontam ao período colonial. Naquela época, as crianças eram acolhidas devido à situação de pobreza em que estavam inseridas, e as casas abrigos/orfanatos, como eram conhecidas, apresentavam-se com conotação assistencial, ou seja, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, a primeira resposta à qual, durante muitos anos, se recorreu foi o afastamento da criança do convívio familiar (Brasília, 2012).

A atenção à infância em situação de abandono saiu gradativamente do âmbito da Igreja e das casas de misericórdia, passando pelas mãos das instituições filantrópicas, até chegar a ser responsabilidade do Estado, da sociedade civil e da comunidade, isto é, os antigos orfanatos e casas abrigos foram gradativamente substituídos pelas chamadas casas lares, como atualmente preconiza o ECA (Feitosa, 2011).

Com a promulgação do ECA, crianças e adolescentes também passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento, e o encaminhamento para o serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida

protetiva, de caráter excepcional e provisório, como exposto no Art. 101 do ECA, rompendo assim, ou devendo romper, com a cultura anterior. O entendimento trazido no ECA é de que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar, ou seja, pobreza não justifica o acolhimento. Como dito anteriormente, procura-se assegurar o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

No entanto, o acolhimento só deverá ocorrer quando esgotadas todas as possibilidades de manter a criança ou o adolescente em suas famílias; quando é necessário seu afastamento, a equipe multidisciplinar que compõe a Rede de Proteção solicita o acolhimento ao Ministério Público por meio de um estudo diagnóstico. Este avalia a necessidade e encaminha a solicitação ao Poder Judiciário, que tomará a decisão legal do acolhimento ou de propor outras medidas quando verificado tal possibilidade. Vale ressaltar que, em caso de extrema emergência, visando sempre ao menor dano à criança ou adolescente, o Conselho Tutelar pode encaminhar para instituição de acolhimento e notificar as autoridades já mencionadas.

A rede de proteção, composta muitas vezes pelo CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, Delegacias de Polícia e outros setores que têm como função primária a proteção, almeja o acolhimento, objetivando a retirada da criança ou adolescente de situações de risco, isto é, nesse processo de acolhimento geralmente são os adultos que agem e dizem o que é melhor para elas em relação às suas experiências e ao seu modo de viver, julgando-as no que se espera que elas façam e sentem.

Nossa experiência enquanto psicóloga inserida na rede de proteção verifica, no entanto, que nem sempre o acolhimento da criança ou do adolescente é a última opção a ser escolhida como medida protetiva. O que observamos é que a maioria das crianças e adolescentes em processo de acolhimento estão em situação de vulnerabilidade financeira, e, concomitantemente, são vistos como “crianças problemas” por manifestarem a comportamentos “agressivo e antissocial”. Esse distanciamento entre o que se prescreve e o que acontece na realidade de algumas casas de acolhimento nos causa estranhamento, uma vez que vínculos familiares são colocados em risco devido a

idealizações e crenças sobre como deve ser uma família e o comportamento de seus integrantes.

Diante o exposto, alguns questionamentos nos aparecem e foram elas que nos motivaram a desenvolver esta pesquisa. Como é viver na condição de criança acolhida? Que percepção tem a própria criança de sua condição? Como ela percebe a instituição e os adultos que cuidam dela? Como ela se percebe em relação à família da qual foi retirada? Como ela percebe sua situação de vulnerabilidade presumida? Frente a esses questionamentos, indagamos: como é ser criança em uma instituição de acolhimento? Como é seu viver no seu mundo?

Estudos como os de Parreira e Justo (2005) assinalam que fazem parte da experiência de crianças acolhidas o medo e o desamparo, que estão presentes desde o momento em que elas vão para uma instituição. Os autores enfatizam que, se elas foram para uma casa abrigo, é porque tiveram alguns de seus direitos básicos à saúde físico-mental desrespeitados, principalmente no seio familiar, em nível de gravidade que gerasse o afastamento da criança, como violência física ou sexual, negligência e abandono, entre outras situações de grave risco pessoal ou social. Todavia, na instituição, o temor e a insegurança também podem se tornar presentes, uma vez que, na situação de abrigado, as relações são instáveis e os vínculos temporários. Os autores consideram que “... a instituição de abrigo já se coloca como um lugar de passagem e, mesmo que a criança permaneça nela por um longo tempo, dificilmente reconhecerá aí sua própria imagem, pelos estigmas que pesam sobre os asilados” (p. 177).

As perdas e rupturas são importantes elementos na experiência da criança que se encontra sob medida protetiva e retirada de sua família, conforme esclarecem Tinoco e Franco (2011):

A vivência da criança que é institucionalizada em uma casa abrigo normalmente envolve, além do afastamento de sua família e de sua casa, o afastamento de tudo o que lhe era conhecido: brinquedos, comidas, aromas, hábitos, contato com vizinhos e comunidade, escola, colegas, lugares conhecidos que frequentava. Trata-se, portanto, de uma experiência de múltiplos rompimentos, que requer a elaboração de múltiplos lutos (p. 429).

Nesse sentido, como o afastamento traz profundas implicações tanto para a criança e o adolescente quanto para a família, todos os esforços devem ser empreendidos para manter o convívio com sua família, promovendo o fortalecimento dos vínculos, a emancipação e a inclusão das famílias, por meio do acesso às políticas

públicas e às ações comunitárias, potencializando condições para que elas possam oferecer às crianças e aos adolescentes um ambiente seguro. É preciso garantir que o afastamento de crianças e adolescentes do contexto familiar seja uma medida realmente excepcional aplicada nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica, visando sempre ao melhor interesse da criança e do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento (Brasília, 2012).

Ao nos preocuparmos com o mundo vivido da criança acolhida, propomos o estudo que ora apresentamos, que foi orientado pela fenomenologia de Merleau-Ponty. Este autor entende que a criança não é um projeto a ser completado, como se lhe faltasse algo para atingir o estatuto humano. A criança está, desde sempre, no mundo e é um ser-no-mundo como qualquer outro existente. Todavia, o autor não nega que há uma condição própria da infância que não nos é de todo alcançável e compreensível e ainda que, quando a percebemos, o fazemos a partir da relação que as crianças estabelecem conosco, adultos. Na mesma ótica assinalam Feijoo, Protássio e Gil (2015):

Para nós a criança não é um adulto em miniatura ou uma semente que desenvolverá em fases até o futuro, mas ela tem um espaço que é próprio. Pensar a criança é considerar a peculiaridade do que se mostra em seu horizonte e, deste modo, sem tomá-la como apenas uma fase que não tem plenitude em si mesma (p. 117).

Para Merleau-Ponty (1945/2006), a criança tem seu modo próprio de estar no mundo; entretanto, seu desenvolver não é um movimento em direção a uma realização, mas um despertar de mundo concomitante ao despertar de si enquanto expressão e interação. É a esse despertar de sentidos que nossa práxis junto às crianças deve estar focada, segundo o autor. Tal despertar, implicado na apreensão da linguagem e dos modos de relação entre a criança e o mundo, fala de um despertar contínuo do humano ao longo de toda a sua existência e, portanto, fala de todos nós.

Ao entrarmos em contato com crianças acolhidas, faz-se, então, necessário estudar o fenômeno ser-criança, desprendendo de pré-julgamentos sobre o ser criança, de crenças já estabelecidas sobre o assunto, e não tendo que recorrer, num primeiro momento, a teorias prévias, procurando assim ver as coisas de modo particularmente aberto e singular para compreender as vivências do modo de ser das crianças em questão.

Nosso intento foi privilegiar a escuta da criança em seu modo de ser, em seu modo de ver a si mesma e o mundo. Entendemos que o olhar da criança pode revelar

fenômenos sociais que passam despercebidos ao olhar do adulto. Freitas (2015) descreve que revelar o modo de ser da criança e seu despertar do mundo é perguntar não apenas sobre o que é viver, mas o que é viver como uma criança. Nesta perspectiva indagamos como é viver como criança em uma instituição de acolhimento?

Consideramos, como Pilotto (2007), que:

O sentido e o significado que as crianças dão aos objetos, às situações e às relações passam pela impressão que elas têm do mundo, de seu contexto histórico e cultural, dos afetos, das relações inter e intrapessoais, demonstrando a importância de se conhecer e compreender o que elas percebem e como percebem e vivenciam sua situação de acolhidas, para que possam ser melhor assistidas em sua integridade (p. 23).

São poucos os estudos que procuram pelas experiências das crianças abrigadas na sua própria voz, como assinala Feitosa (2011). Encontram-se estudos sobre o significado do cuidado vivenciado em família, há boa produção sobre a reinserção familiar e sobre a vivência de crianças em situação de acolhimento não institucionalizado, como é o caso daquelas que participam de programas de famílias acolhedoras, mas, como bem aponta Conceição (2017), ainda são poucos explorados os significados que as crianças atribuem a suas vivências, havendo uma invisibilidade em torno dos processos de significação de si dessas crianças. Neste sentido, o estudo que desenvolvemos se propôs a contribuir com conhecimentos que possam diminuir essa lacuna e invisibilidade.

Assim, desenvolvemos um estudo qualitativo com o objetivo de compreender a vivência de crianças em processo de acolhimento institucional sob a ótica fenomenológica. O método fenomenológico, de acordo com Forghieri (2013), se apresenta à Psicologia como um recurso apropriado para pesquisar vivências e compreender como o homem significa a si e ao mundo. Utilizamo-lo nesta pesquisa a fim de conhecer e compreender a experiência de ser criança no contexto de acolhimento institucional. O inquiridor fenomenológico dirige-se para o fenômeno, buscando pela forma com que ele se mostra na própria experiência do sujeito, ou seja, ao estudar o fenômeno, a fenomenologia procura ir às coisas mesmas, desvelando-as.

Realizamos observações das crianças em suas atividades rotineiras, e, sobretudo, buscamos a escuta nas atividades e interações conosco e com as pessoas de sua convivência na instituição. Também foram utilizadas informações contidas em seus prontuários para esclarecimentos sobre os motivos e o andamento de seu acolhimento.

Participaram da pesquisa quatro crianças de sete, nove, dez e onze anos de idade, que se encontravam acolhidas em três instituições denominadas casas lares, acompanhadas pela Proteção Especial de Alta Complexidade, em três municípios localizados no norte central do estado do Paraná. Como critério de escolha, foi estipulado a idade, que deveria ser de seis a doze anos de idade, que estivessem em processo de acolhimentos por determinação judicial, ou seja, deveria já ter expressa a Guia de Acolhimento durante o período da coleta de dados, sem classificação de sexo, e que aceitassem por elas mesmos após a explicação da pesquisa participarem dela. Vale ressaltar duas dessas instituições, a pesquisadora exerce a função de psicóloga, relacionando-se, portanto, rotineiramente com as crianças.

Quanto à análise dos dados, eles foram categorizados em unidades de significado de modo a revelar os aspectos daquilo que é manifestado na vivência da criança acolhida, ao mesmo tempo em que utilizamos o pensamento fenomenológico de Maurice Merleau-Ponty para a elaboração de uma compreensão desse fenômeno.

A análise abrangeu dois modos de descrição: a análise ideográfica e a análise nomotética. Na primeira buscaram-se as ideias, crenças e percepções das crianças acerca de seu ser criança institucionalizada. Esta análise se organizou em unidades de significado que expressam os sentidos atribuídos às experiências do sujeito. Assim, procurou-se por unidades de significado após várias leituras das descrições recolhidas, sendo estas leituras prévias parte de uma primeira aproximação do pesquisador junto ao fenômeno, numa atitude de familiarização com o que a descrição coloca. No momento da análise nomotética, buscaram-se as convergências e divergências dos sentidos atribuídos, para o alcance de possíveis generalizações. “As generalidades resultantes dessa análise iluminam uma perspectiva do fenômeno, dado seu caráter em perspectiva” (Garnica, 1997, p. 117). Feito isso, foi preciso desenvolver uma discussão em que cotejamos a política pública e os estudos sobre o acolhimento institucional de crianças, iluminada pelo pensamento fenomenológico de Merleau-Ponty

O primeiro capítulo foi escrito para enriquecer a discussão da questão investigada, objetivando contextualizar historicamente as concepções de criança e infância e a necessidade de sua proteção, utilizando para isso os autores como Philippe Ariès, Feijoo, Heywood e Frota. Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos como se dá o acolhimento institucional no Brasil, as diferenças entre acolher e abrigar, as medidas de proteção existentes, tendo como referência principal o Manual de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Estatuto de Criança e do Adolescente – ECA. No terceiro capítulo, apresentamos o entendimento da fenomenologia do ser criança, e o caminho metodológico que percorremos. No quarto capítulo, descrevemos as vivências das crianças no processo de acolhimento na modalidade casa lar. Foram trazidos, no quinto capítulo, alguns aspectos da sociedade contemporânea que apareceram nas vivências das crianças e que atravessam o horizonte social e cultural dos tempos atuais. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Ressaltamos que o projeto foi aprovado pelo Comitê Permanente de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, sob CAAE: 78895717.8.0000.0104.

1 CRIANÇA, INFÂNCIA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Infância é compreendida como o período de crescimento que vai do nascimento à puberdade, ou seja, do zero aos doze anos de idade (Luft, 2000). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, em relação ao processo de educação e aprendizagem, apresenta a infância como um período no qual a criança é considerada como sujeito histórico e de direitos, sendo que, em suas relações e práticas cotidianas que vivência, é capaz de construir sua identidade pessoal e coletiva, em que ela brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2018).

Etimologicamente, a palavra infância vem do latim *infantia* e se refere ao indivíduo que ainda não é capaz de fala no sentido da fala assentada na razão. Essa incapacidade, atribuída à primeira infância, estende-se até os sete anos, que representaria a idade da razão. Contudo, estudiosos da infância consideram que a idade cronológica não é suficiente para caracterizar a infância. É o que Khulmann Jr. (1998, apud Frota, 2007, p. 147) afirma: “Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel”.

Ao pensarmos em criança e infância, torna-se necessário assimilar a partir de que momento na história passou-se a perceber a criança como importante, digna de consideração, chegando a ser considerada uma fase da vida específica, com características únicas. Em seus estudos, o historiador francês Philippe Ariès (1978) descreve que a infância tal qual a observamos na atualidade foi uma invenção da modernidade, uma categoria social construída recentemente na história da humanidade. Para ele, a emergência do sentimento da infância, assim como uma consciência da particularidade infantil, é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural. Assim, podemos dizer que a infância ou sua concepção muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos e geográficos e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são exatamente iguais às do século passado, nem serão idênticas às que virão nos próximos séculos.

Ariès (1978) recorreu à arte para falar da história da infância. Segundo o autor, ao se falar de criança, fala-se também de família e do contato delas com os adultos. De

acordo com sua pesquisa, a família medieval mantinha suas crianças em casa até a idade entre sete e nove anos; ao completarem tal idade eram enviadas a casas de famílias estranhas para que pudessem servi-las como aprendizes e, nesse convívio junto aos adultos, desempenhavam todas as tarefas domésticas, aprendiam boas maneiras ou um ofício pela prática, bem como valores humanos. Aqui a relação familiar era de mestre e aprendiz (Mattar, 2015, p. 14).

A forma de aprendizagem citada, então, dava-se pela transmissão direta de uma geração à outra. Observa-se que, desde muito cedo, a criança escapava à própria família, culminando em que não houvesse um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. A família medieval era vista como uma realidade talvez mais moral e social, ou seja, voltada para o bem comum, do que sentimental, ou, pelo menos, não da forma sentimental romântica que temos na contemporaneidade. Isso não significa que os pais da família medieval não estimassem seus filhos, mas eles se ocupavam deles pela contribuição que poderiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família, mais do que por elas mesmas.

Ao se falar do processo de educação de crianças no período medieval, nos referimos a crianças nascidas no seio familiar e que foram aceitas por suas famílias. As nascidas ilegitimamente precisavam de locais que pudessem aceitá-las para que não fossem mortas, fato que contribuiu consideravelmente para a construção de instituições destinadas ao acolhimento de filhos ilegítimos abandonados por sua mãe. Até o século XIX, introduziu-se então a prática da caridade como forma de zelar pelas crianças pobres e órfãs (Rizzini, 2011).

Vale ressaltar que o processo de institucionalizar, que na ocasião se dava de forma caridosa, existia em seus primórdios com o objetivo aparentemente de acolher aquele que era excluído, ilegítimo, não aceito socialmente, os considerados impróprios para conviver com seus familiares. Aqui observam-se dois pontos importantes: o primeiro refere-se ao fato de que o processo de institucionalizar ocorria porque os adultos tiveram atitudes não aceitas socialmente; nota-se que precisavam esconder da sociedade o erro cometido. O segundo ponto digno de reflexão é a responsabilização da mulher, pela sociedade, diante das atitudes consideradas incorretas, imorais; acresce-se ainda que muitas dessas mulheres abandonavam seus filhos para que eles pudessem permanecer vivos.

O modelo seguinte ao da família medieval, em que a ordem econômica acontecia na centralidade do capital, lança a esfera pública à proeminência, destituindo

a família de uma série de funções que antes abarcava. Nesse momento, descreve Mattar (2015), a família passa a constituir apenas uma unidade de consumo e reprodução, na medida em que a produção se desenrola agora no âmbito público. Paralelamente, a criança adquire um novo valor e importância; percebe-se que ela é potencialmente uma riqueza econômica, o trabalhador do futuro. A partir daí, surge a necessidade de cuidar mais dessa criança e, principalmente, educá-la.

Ariès (1978) aponta esse fenômeno como o surgimento do sentimento da infância, que vem ao encontro de uma sociedade capitalista emergente, em que a preocupação com a força de trabalho dos indivíduos é crescente e implica profundas transformações na forma de se tratar a infância na configuração da família, que se volta para a proteção e cuidado da criança, e na educação formal dos futuros trabalhadores.

Os sentimentos da família se transformaram, fato que, segundo Mattar (2015), ocorre essencialmente pela extensão da frequência escolar, uma vez que a educação passa a ser fornecida cada vez mais por tal instituição, substituindo a aprendizagem nas casas alheias. Essa forma de transmissão tornou-se o instrumento utilizado para a iniciação social, conduzindo a passagem da infância ao estado adulto, isolando a juventude do mundo sujo do adulto, provocando um sentimento mais específico para com essa fase da vida. A aprendizagem, considerada no âmbito externo à família, ou seja, pela educação formal, passou a almejar preparar as crianças para o futuro. A infância, então, se tornou uma fase preparatória e por isso começa a ser vista como importante.

Ariès (1978) assinala que o sentimento de afeto entre pais e filhos, o sentimento de família, vai aparecendo lentamente junto ao movimento de privatização da família e de atenção à escolarização. No século XVIII, a escola adquire um lugar significativo, pois passa a ser importante que a criança receba uma educação mais formalizada, que vai além daquela recebida em casa ou nas casas de outras famílias. A educação escolar chega ao século XIX organizando os conteúdos a serem aprendidos para cada faixa de idade.

Rousseau, no final do século XVIII, trouxe a ideia de que as crianças precisam de cuidados, por serem inocentes, e a Igreja e o Estado são as instituições que se preocupam com a preservação da infância, para garantir o futuro da sociedade. O cuidado com as crianças, sob a orientação de médicos e religiosos, passa a ser exercido prioritariamente pelas mães: “... todos opinavam, e a mulher ia sendo responsabilizada

pelo êxito da formação de seus pequenos, ao mesmo tempo que o patriarca da família ia perdendo a autoridade para o Estado” (Muller, 2002, p. 11).

A Revolução Industrial, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, propiciou mudanças do sistema econômico e político e a Igreja e o Estado foram sendo destituídos dos seus poderes e controle sobre a economia, as leis e o povo. A família vai sendo considerada cada vez mais a instituição que tem o dever de criar e educar as crianças. Contudo, isso não foi fácil para a família proletária, que não detém os recursos materiais para garantir os meios de subsistência, a saúde e a educação de seus filhos. Assim, no final do século XIX e início do século XX, as instituições que recebiam as crianças abandonadas e órfãs estavam lotadas e era dispendioso para o Estado mantê-las. Passou-se a incentivar que as mães ficassem com seus filhos, mesmo as mães solteiras, para que os gastos do Estado com esses cuidados fossem diminuídos e que as famílias recebessem uma educação higiênica para manter adequadamente seus filhos (Muller, 2002).

Mattar (2015) descreve que, no início do século XX, as famílias já apresentavam dificuldade em cuidar dos seus membros, principalmente das crianças, que morriam em considerável quantidade. O pensamento higienista da época buscou profissionais que pudessem reabilitar as famílias consideradas “desequilibradas e incapazes”, passando-se então os cuidados das crianças a depender cada vez mais de agentes educador-terapêuticos.

A autora menciona que:

... a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida das crianças e dos adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual inspirada nos preceitos sanitários da época (Mattar, 2015, p. 20).

Esse higienismo, que correu o mundo ocidental, marcou uma época também no Brasil e colaborou para a instituição de um modelo de família cujas características ainda encontramos nos dias de hoje:

A ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos. Converteu, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em

insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se sinônimo histórico de família burguesa (Mattar, 2015, p. 20).

O modelo de família ideal – o modelo da família burguesa - perpassa as motivações do ato de acolher institucionalmente as crianças nos dias atuais, ao se ter esse modelo como molde para avaliar a conduta de quaisquer famílias. As famílias que não se encaixam nesse molde, principalmente as famílias pobres, acabam sendo vistas, muitas vezes, como famílias que não são capazes de educar e cuidar de seus filhos.

Ao referirmo-nos ao nosso país, podemos resgatar o Brasil da época do Império e início da República, quando a pobreza estava ligada diretamente ao subdesenvolvimento social e muitas pessoas sem condições básicas de sobrevivência se utilizavam de diversos caminhos em direção a ela, mesmo resultando no rompimento dos vínculos afetivos com os seus. A visão que se tinha dos problemas das crianças estava relacionada à questão de delinquência, não vendo a pobreza como uma questão social, mas como uma disfunção pessoal dos indivíduos, sendo que essas crianças eram encaminhadas para asilos e internatos. As crianças, nesse período, não eram vistas como uma questão de assistência e proteção (Rizzini, 2011).

Em decorrência da mudança da economia e a substituição da mão de obra escrava pela dos imigrantes no início do século XX e principalmente pelo aumento das condições de miséria das classes subalternas, o Estado, por não dispor ainda de um serviço social organizado, faz uma série de acordos com as casas particulares de assistência. Um exemplo significativo exposto pela autora, foram as verbas repassadas para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que contava, entre outros, com um serviço para abrigar crianças recebidas na roda dos expostos. As entidades, sempre com conotações religiosas, apresentavam-se com o objetivo de preparar ou educar a criança para a sua volta à sociedade, uma vez que era vista como uma ameaça à ordem social e familiar. Havia também os Recolhimentos para Meninas Pobres, que visavam resguardar a honra da mulher pobre e desvalida (Macílio, 1998).

Rizzini, (2011), relata que a criança abandonada, que antes era vista relacionada à criminalidade e como única responsável pelos seus atos, passa a ser considerada como afetada pelas circunstâncias individuais ou sociais, como a desagregação familiar e o contato com o vício, que presumivelmente levaram-na ao crime. Ao se assumir essa posição, apenas se desloca a causa do problema, culpando-se a família pela situação da criança. Serve, entretanto, aos interesses do Estado, na medida em que se enxerga na

criança a possibilidade de assegurar o futuro da sociedade capitalista.

Ainda, a autora esclarece que, durante a instauração da República no Brasil, havia uma criança com acesso à cidadania e outra não. Para alcançar o direito de cidadã, a criança precisaria ficar no seio de sua família e ser capaz de seguir o parâmetro da moralidade estabelecido; se a família falhasse em desempenhar tal papel, seu direito de paternidade poderia ser cassado, passando a criança à tutela do Estado. Segundo a autora:

Para essa criança tutelada pelo Estado, instituiu-se um complexo aparato jurídico-assistencial, encarregado de educá-la e contê-la. Tornou-se ela objeto de minucioso escrutínio e ampla manipulação. Examinada sob todos os ângulos, classificada de acordo com seu estado de abandono e grau de periculosidade, diagnosticada e finalmente submetida ao tratamento que a “remediasse”, essa criança, invariavelmente filha da pobreza, será transformada em menor (Rizzini, 2011, p. 89).

A autora acrescenta que o século XX foi o cenário mais importante no que se refere à legislação que buscou atender à realidade da infância brasileira, desde a concepção de assistência ao menor até uma concepção de infância de plenos direitos. Foi criado o Código de Menores, em 1927, trazendo a judicialização da infância, principalmente em relação às crianças abandonadas e aos ²menores infratores, que passaram a ser responsabilidade da Justiça. Nos anos 40, sob o regime ditatorial do Estado Novo, criou-se o Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, que optou então por programas de fortalecimento da família para questões de saúde da população mais pobre.

Ainda, nos anos iniciais da ditadura militar, já na década de 1960, procurou-se desjudicializar a infância, criando-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM). Em 1979 foi criado um novo Código de Menores, que pouco alterou o código anterior, mas contribuiu para fortalecer a política assistencialista e filantrópica.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e da Lei Orgânica da Assistência Social LOAS em 1993 e,

² Na atualidade adolescente o termo utilizado são autores de ato infracionais.

por fim, na esteira da redemocratização do país e no bojo dos movimentos sociais, passou-se a uma concepção não assistencialista, buscando-se uma concepção de proteção integral, visando à liberdade, ao respeito e à dignidade. Não se visa somente às crianças e adolescentes abandonados, ou os infratores, mas o ECA se refere a todas as crianças e adolescentes. A garantia dos direitos da infância passa a ser de responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2017, p. 75).

A criança passa a ser vista como um sujeito em desenvolvimento, vindo a receber o amparo total e completo nos direitos essenciais desde sua concepção até os 18 anos, considerada então sujeito de direito. Diante disto, convém ao Estado as decisões que mais bem atendem às necessidades das crianças ou as que lhes causem o menor dano. Os sujeitos de direito, agora assegurados por lei, passaram a ser vistos como uma fase etária do desenvolvimento humano com características específicas, com necessidade de proteção diferenciada dos adultos.

Falaremos mais sobre o ECA e as medidas protetivas no próximo capítulo. Para concluir este, queremos trazer ainda alguns elementos importantes que marcam a nossa atualidade e que atravessam a infância, a vida das crianças e a vida das famílias.

Alguns estudiosos da infância apontam que estamos vivendo uma mudança na concepção e na lida com as crianças. Postman (2012) considera que vivemos, atualmente, o que ele chama de “desaparecimento da infância”. Mattar (2015), por sua vez, chama a atenção para uma “crise de parâmetros” na relação entre pais e filhos e entre a família e a sociedade.

Postman (1982/2012) argumenta que desde o fim do século XIX, após o envio da primeira mensagem por meio elétrico, os modos de se comunicar e de aprender passaram por transformações que diluíram as diferenças entre a criança e o adulto. A mensagem por meio elétrico, o telégrafo, por exemplo, diminuiu as distâncias e o tempo para a comunicação entre as pessoas, e o contato face a face começou a se perder. Postman (2012) considera que, a partir disso, a informação perdeu seu informante, pois a mensagem pôde ser ampliada e replicada ao ponto de não ser mais responsabilidade

de ninguém e todos a recebem indiscriminadamente, adultos e/ou crianças. O autor nos lembra que, no fim do século XIX e começo do século XX, diversas invenções apareceram favorecendo a aceleração das notícias e da comunicação, sendo a televisão um dispositivo de destaque nesta questão. Isso, sem dúvida, proporcionou a possibilidade de um novo mundo simbólico, o das imagens, estampas e anúncios, antes pouco comuns.

E o que isso teria a ver com o desaparecimento da infância defendido pelo autor? Segundo ele, uma vez que todos têm acesso às informações que são veiculadas pelos diversos meios modernos de comunicação, em especial a televisão, as imagens dispensam a necessidade de saber ler e interpretar, pois ficam mais próximas do entendimento infantil, diferentemente da palavra escrita, que necessitava da leitura pelos códigos da língua e criava uma diferenciação entre quem era letrado, os adultos, e quem caminhava para isso, as crianças. Do nosso ponto de vista, a televisão, no caso, passa a ser uma mediadora das informações que a criança recebe, diminuindo e desintensificando a mediação os adultos, isto é, a mídia apaga a linha divisória que diferencia esses mundos adulto/criança facilitando o acesso das crianças aos então “segredos do mundo adulto”. Interessante é que hoje fazemos a mesma discussão em torno das mídias eletrônicas, que possibilitam a ampliação das redes sociais virtuais e da instantaneidade da comunicação.

Essa facilidade nas comunicações contribui ainda mais para outra característica da sociedade atual, que é o consumismo exacerbado, uma vez que a divulgação dos produtos e o incentivo ao seu consumo pode se dar de uma forma mais fácil e elaborada, atingindo todos os públicos, principalmente o infantil e o jovem, que já se veem modelados para isso desde cedo.

Mattar (2015) nos mostra que o mercado consumidor também gerou grandes consequências para as famílias. As crianças passaram a ser importantes nesse mundo consumista e é necessária sua adequação aos padrões vigentes, principalmente à instantaneidade e à descartabilidade de objetos, produtos e também de valores e estilos de vida. É comum, por exemplo, as crianças da classe média já consumirem serviços e serem instigadas a desenvolverem habilidades consideradas importantes para o sucesso de seu futuro profissional. Esclarece a autora:

Ao iniciar a vida escolar, a elevação do desempenho da criança em suas tarefas será incentivada ao máximo, através de múltiplas atividades que a levem à autossuperação, à independência, à competição e vitória sobre os colegas, a não ter medo, a não fracassar.

Daí surgem as pressões para ser bem sucedida, não demonstrar insegurança, a fim de estar apta para mais tarde ingressar no mercado de trabalho em condições de vencer, escolher profissões rentáveis, independentemente de sua vocação (Mattar, 2015, p. 29).

Assim como para os adultos, as crianças, para serem bem sucedidas, independentemente da classe social a que pertencem e independentemente do que seja considerado sucesso para uma ou outra classe, precisam consumir. Para isso, houve um avanço de publicidade voltada para o público infantil, entrelaçando seus valores pessoais à marca e ao preço do produto que use, vindo a manipular desejos e gostos por meio de imagens, que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido, imagens que se referem principalmente ao dinheiro, ao sexo e ao poder (Mattar, 2015).

Para isso, muito contribuíram as novas tecnologias de comunicação, que agora são globalizadas em tempo real, por meio das mídias eletrônicas que fomentam as redes sociais virtuais. Assuntos que diziam respeito ao mundo dos adultos hoje estão disponíveis às crianças. Atualmente, o mundo do adulto e o mundo da criança já não estão nitidamente delineados. Como os adultos, as crianças, de acordo com Mattar, 2015, estão:

Ocupadas, medicalizadas, apressadas, equipadas, as crianças hoje compartilham de todas as determinações do mundo antes considerado adulto. Violência, sexualidade, festas, salões de beleza, ingestão de álcool, disputas judiciais em família, conflitos e separação dos pais, decisões sobre onde e quando estudar, sobre ver TV, usar o computador ou jogar vídeo-game, sobre o que comer e vestir, para onde viajar, ou sobre a compra de equipamentos eletrônicos de última geração, muito do que vem sendo delegado à criança antes era decidido por seus pais (p. 31).

Evidentemente, há aquelas famílias sem o poder aquisitivo para o consumo dos produtos considerados convenientes e desejáveis. As crianças das classes subalternas, de pais desempregados ou subempregados, não terão acesso a esses “bens” da mesma forma como a classe média se esforça para ter. Contudo, esse é o modelo que prevalece, é o que se almeja. Espera-se que as famílias possam dar os melhores produtos para seus filhos, que, por meio deles, as crianças sejam saudáveis, educadas e se tornem adultos plenamente inseridos na sociedade, notadamente na sociedade consumista. De acordo com Barroco, Facci e Moraes (2017):

Cada sociedade tem um conjunto de regras e de normas de convivência que lhes são peculiares, estas são relacionadas com o modo de produção e com as

relações sociais instituídas. Por outro lado, quando fugimos à regra, à norma, há todo um conjunto de valores e de condutas que são postos à prova, em xeque, e o modo de lidarmos com isso também é variado (p. 29).

Por um lado, quando pensamos nas crianças acolhidas e em suas famílias, não é possível deixar de indagar quais valores e condutas delas fugiram à regra e por quais motivos. De outro, porém, também não é possível deixar de pensar, como ressalta Pereira (2006), que nem sempre a família tem sido o espaço ideal para a convivência ou mesmo a sobrevivência de crianças e adolescentes, principalmente pelas mazelas sociais em um Brasil onde a infância é marcada ainda por desigualdades extremas, diversidades sociais culturais e políticas. Onde é necessário desidealizar o olhar dos que atuam diretamente com a infância e juventude, para que não possamos ser agentes dessas mazelas e tentando aproximar a realidade do que se almeja, ou seja, a convivência familiar.

2 MEDIDAS PROTETIVAS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CASAS LARES

Quando nos referimos à aplicação de medidas protetivas e ao acolhimento institucional de crianças, quase sempre estamos nos referindo a crianças das classes populares, das classes subalternas ou, mais especificamente, estamos nos referindo a crianças de famílias pobres. Historicamente, as casas de acolhimento no Brasil remontam ao período colonial. Nessa época, as crianças eram acolhidas devido à situação de pobreza em que estavam inseridas e as casas abrigos/orfanatos, como eram conhecidas, apresentavam conotação assistencial, ou seja, frente à situação de pobreza, vulnerabilidade ou risco, a primeira resposta à qual durante muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança do convívio familiar (Brasília, 2012).

O Brasil, ao longo de sua história, reproduz os padrões de desigualdade social que mantêm parte de sua população em situação de pobreza. Dentre os fatores estruturais que interferem nessa situação, podemos citar: a ausência de mecanismos de distribuição de renda através de uma estrutura tributária progressiva, falta de um amplo processo de reforma agrária, investimento em políticas sociais básicas e democratização do acesso ao poder político. Assim é preciso analisar a particularidade histórica do capitalismo no Brasil para entender as causas de sua desigualdade social (Pereira, 2006, p. 179).

A pobreza não deve ser considerada motivo para acolhimento. O ECA estabelece que, para essa situação, as famílias podem ser inseridas em programas oficiais de auxílio, especificamente quando os pais ou responsáveis não conseguem cumprir com suas obrigações de proteção aos filhos por motivos de carência material. Necessita-se assim que essas situações complexas vivenciadas pelas famílias possam ser vislumbradas, pois a desigualdade social presente em nossa sociedade reflete exponencialmente na vida das pessoas empobrecidas.

Contudo, observa-se que o acolhimento institucional ainda está muito atrelado à pobreza. No Brasil, 24,25% das crianças se encontram acolhidas em abrigos por motivo de pobreza. Em seguida, pelos motivos de abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%), dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), vivência de rua (7,0%), e orfandade (5,2%). É notório que este público, de forma geral, encontra-se em famílias empobrecidas, articulando os fatores determinantes da violação de direitos que acabam por justificar o acolhimento de crianças e adolescentes (IPEA, 2003).

É preciso assinalar que o acolhimento institucional faz parte de um conjunto de serviços destinados à tentativa de superação de situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza ou da falta de acesso a serviços públicos e a direitos sociais, serviços estes que fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este sistema almeja ser descentralizado e participativo, e oferta programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em todo território nacional, respeitando as particularidades e diversidades das regiões, bem como a realidade das cidades e do meio rural (Brasília, 2011). As ações desenvolvidas no âmbito do SUAS, visam:

... à garantia dos direitos e ao desenvolvimento humano, devem afiançar seguranças socioassistenciais aos usuários expressas nas: segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar; segurança de acolhida. Tais seguranças visam, principalmente, ao fortalecimento de vínculos, à autoestima, ao protagonismo, à participação e à capacidade de proteção das famílias, indivíduos e comunidades (Brasília, 2011, p. 16).

Para tanto, o SUAS considera dois níveis de proteção, tendo por objetivo garantir os direitos dos cidadãos, sendo a Proteção Básica e Proteção Especial. A Proteção Básica tem o dever de ofertar um conjunto de serviços, programas e projetos, visando à prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, desenvolvendo nos usuários suas potencialidades e aquisições e de fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é a unidade pública estatal responsável por essa oferta (Brasília, 2011).

No que se refere à vulnerabilidade social, compreende-se determinadas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação e/ou fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, entre outras. Em relação ao risco social, este se relaciona com a probabilidade de um evento acontecer durante a vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto, atingir qualquer cidadão (Brasília, 2011). As situações de vulnerabilidades sociais podem acarretar riscos pessoais e sociais, sendo que as consequências podem ser mais amplas para uns do que para outros. No âmbito da assistência social, as situações de risco pessoal e social se expressam na eminência ou ocorrência de eventos como:

Violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso sexual e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitária, dentre outros. Sendo necessárias compreendê-las em um contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural, composto por diversidades e desigualdades, que tem marcado a sociedade brasileira (Brasília, 2011, p. 15).

Em relação a Proteção Especial, entende-se uma oferta de serviço organizada em programas e projetos especializados, que objetiva contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social por violação de direitos. Uma vez que essas situações geram incidências sobre as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, tensões e rupturas, necessitam de uma atenção especializada (Brasília, 2011).

Tendo em vista as situações de risco pessoal e social e verificando os níveis de gravidade, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Para atender a demanda da Média Complexidade, constituíram-se unidades de referências como os Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Sistema de Rua (Centro POP). A Proteção Especial de Alta Complexidade, por sua vez, constitui-se dos serviços de acolhimento institucional, serviço de acolhimento em república, serviço de acolhimento em família acolhedora e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (Brasília, 2011). Dessa forma, o acolhimento institucional de crianças a que se refere a nossa pesquisa se insere dentre os serviços ofertados pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Com a promulgação do ECA, novas concepções sobre a infância e a adolescência foram sugeridas, compreendendo que crianças e adolescentes devem ter o direito de conviver e serem protegidos em suas famílias de origem, independentemente da situação financeira delas. A atenção à infância em situação de abandono, então, saiu gradativamente do âmbito da igreja e das casas de misericórdia, passando pelas mãos das instituições filantrópicas, até chegar a ser responsabilidade do Estado, da sociedade civil e da comunidade, isto é, os antigos orfanatos e casa abrigos foram gradativamente substituídos pelas chamadas casas lares, como preconiza o ECA; ao Estado agora

competete proteger e assistir aqueles que necessitarem, rompendo assim, ou devendo romper, com a cultura anterior (Feitosa, 2011).

A concepção de “proteção integral” presente no ECA considera os infantes como sujeitos de direito, detentores de direitos fundamentais que necessitam ser garantidos, como o direito à vida, ao respeito, à dignidade, à liberdade, e também são detentores de direitos sociais, como o direito à saúde, à cultura, à educação, ao lazer, à convivência comunitária. Diante disso, propôs ações concretas para o atendimento nos casos em que crianças e adolescentes encontram-se em risco (Schultz & Barros, 2011).

Assim, o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art. 101). O ECA assegurou, ainda, o direito à família de origem e, excepcionalmente, à família substituta, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade. (Art. 19). Sendo assim, crianças e adolescentes têm o direito à convivência com sua família natural e com a comunidade. Em situações nas quais os direitos estão ameaçados ou já foram violados, existem várias medidas que antecedem e procuram evitar a suspensão do poder familiar. Priorizam-se, assim, os vínculos familiares, recorrendo ao encaminhamento da criança e do adolescente a serviços de acolhimento apenas quando esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, família extensa/ampliada ou comunidade (Brasília, 2012).

Os fatores que levam crianças e adolescentes a serem acolhidos formam um conjunto bastante complexo, envolvendo desde maus tratos, abuso sexual, violência doméstica, entre outros. Quando eles se encontrarem em situação em que seus direitos reconhecidos por lei não estiverem sendo cumpridos, a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, sendo que tal intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada, visando também a responsabilidade parental e a prevalência de medidas que priorizem mantê-las na sua família natural, ou, se necessário, proporcionar a integração na família extensa ou, substituta (Brasília, 2017, p. 51, Art. 100).

Existem atualmente vários tipos de instituições voltadas para o acolhimento de crianças como medida protetiva. O serviço de família acolhedora é uma delas. Esse serviço se organiza em residências de famílias acolhedoras cadastradas e propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência

comunitária, permitindo a continuidade da socialização das crianças. Existe o abrigo institucional, que acolhe no máximo 20 crianças e/ou adolescentes, e o acolhimento na modalidade casa lar. Todas as modalidades voltadas para o acolhimento de crianças como medida protetiva devem seguir as diretrizes do ECA, especialmente no que se refere à excepcionalidade e à provisoriedade do acolhimento, à reintegração familiar, preservação dos vínculos em grupos de irmãos e articulação com as redes de serviços e a Justiça da Infância e da Juventude (Brasília, 2012).

A casa lar, modalidade institucional em que as crianças que participaram deste estudo estavam acolhidas, faz parte, como mencionado anteriormente, do que é oferecido pelo Serviço da Proteção Especial de Alta Complexidade, objetivando a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes. O acolhimento ocorre em função de abandono ou caso as famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem, ampliada ou extensa, ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, oferecido em unidades residenciais, ou seja, o ambiente é organizado o mais próximo de uma residência comum, onde pelo menos uma pessoa trabalha como cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de no máximo 10 crianças e/ou adolescentes (Brasília, 2017).

A casa lar, sendo governamental ou não, visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. A presença do cuidador visa proporcionar:

O estabelecimento de uma relação estável no ambiente institucional, uma vez que o cuidador residente ocupa um lugar de referência afetiva constante, facilitando o acompanhamento da vida diária/comunitária das crianças (reuniões escolares, festas de colegas, etc.), diferentemente do que acontece no abrigo Institucional, onde há maior rotatividade diária de cuidadores. Uma rotina mais flexível na casa, menos institucional e próxima a uma rotina familiar, a adaptando-se às necessidades das crianças (Brasília, 2012, p. 75).

Das três casas lares incluídas nesta pesquisa, apenas uma se encontra adequada às normas vigentes para os serviços de acolhimento. Em duas não existe a figura do cuidador residente e tomam seu lugar funcionários que se revezam em turnos.

A casa lar também necessita dispor de equipe técnica com, no mínimo, um profissional da psicologia e um do serviço social, para que promovam as intervenções necessárias para a tentativa de superação do que gerou o acolhimento, assim como propiciem um espaço protetivo e de restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, promovendo o desenvolvimento de potencialidades das crianças e dos adolescentes atendidos (Brasília, 2012).

A organização do trabalho das casas lares deve objetivar a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das crianças atendidas, por meio de visitas domiciliares, acompanhamento das visitas dos familiares à instituição, atendimento psicossocial individual e em grupo, passeios fora da instituição, uma vez que eles são fundamentais nessa etapa do desenvolvimento humano. Acredita-se que os vínculos oferecem condições para um desenvolvimento saudável, favorecendo a formação da identidade da criança e do adolescente e sua constituição como sujeito e cidadão.

Devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças atendidas nesses serviços, assim como às famílias de origem, baseadas em condição socioeconômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, que vivem com HIV/AIDS ou outras necessidades específicas de saúde (Brasília, 2012, p. 29).

De acordo com as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (Brasília, 2012), assegura-se o respeito à autonomia da criança, isto é, as decisões acerca de crianças atendidas em serviços de acolhimento devem garantir-lhes o direito de ter sua opinião considerada. A organização do ambiente de acolhimento também deverá proporcionar o fortalecimento gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e a aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias. Todavia, o desenvolvimento da autonomia não deve ser confundido com falta de autoridade e limites. A liberdade deve ser vista como parceira da responsabilidade, considerando que uma não pode ser adquirida sem a outra.

Visto que o acolhimento deve ser o mais próximo da realidade da criança ou do adolescente, orienta-se que a residência institucional em sua estrutura física seja a mais parecida com uma casa comum e a rotina dela possa proporcionar seu dia a dia de forma mais familiar possível. Com isso, as crianças e adolescentes devem ter a oportunidade de participar da organização do cotidiano e da rotina do serviço de acolhimento. O

desenvolvimento da autonomia deve levar em consideração, ainda, a cultura de origem da criança e fortalecer a elaboração de projetos de vida individuais e o desenvolvimento saudável, inclusive após o desligamento, devendo serem planejadas ações que favoreçam a interação das crianças e dos adolescentes entre si e com os contextos que frequentam.

Como forma de promover a qualidade dos serviços de acolhimento, o ECA prevê, ainda, ações de fiscalização e controle social ao exigir a inscrição das entidades que ofertam programas de abrigo no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Art. 90) e ao estabelecer princípios para sua organização (Art. 92). Do mesmo modo, como constituem serviços que compõem a rede socioassistencial, os serviços de acolhimento devem também possuir registro no Conselho Municipal de Assistência Social e submeter-se à sua fiscalização.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2009, desenvolveu um Manual de Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, objetivando maior efetivação no serviço ofertado. O Manual preconiza a necessidade da realização de um estudo diagnóstico, que tem por objetivo subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança do convívio familiar. Salvo em situações de caráter emergencial e/ou de urgência, esta medida deve ser aplicada por autoridade competente com base em uma recomendação técnica. Em caso emergencial, o Conselho Tutelar pode agir promovendo o acolhimento, como medida de proteção às vítimas de violência ou abuso sexual, para posteriormente comunicar o Ministério Público ou o Poder Judiciário de tal decisão. Em todos os casos, o estudo diagnóstico deve ser realizado sob supervisão e articulação da Rede de Proteção (Brasília, 2012).

Na nossa experiência, o que acontece é que a exceção se tornou a regra e a maioria dos casos de acolhimento se dá por intervenção do Conselho Tutelar, sem maiores explicações sobre as motivações que geraram a aplicação de tal medida. Geralmente, somente dias depois do acolhimento, o Poder Judiciário expede a guia que confirma o acolhimento, justificando que, após 24 horas, a criança já se encontra em processo de acolhimento, sendo necessária, então, a elaboração do PIA – Plano Individual de Atendimento, pela instituição acolhedora, como forma de continuidade do processo. Queremos dizer que, há crianças que são acolhidas sem que se faça o estudo diagnóstico da necessidade de seu acolhimento. Vale ressaltar que, na nossa pesquisa, verificamos que as crianças participantes foram acolhidas pelo Conselho Tutelar de seus respectivos municípios. Observamos também que as situações aludidas

não se enquadravam nas situações de caráter emergencial e/ou de urgência, o que torna necessário refletir sobre a atuação do Conselho Tutelar junto às medidas protetivas de acolhimento institucional.

Na prática, os profissionais que atuam na rede de proteção alegam dificuldades do trabalho articulado em rede, com papéis definidos, bem como definida a atuação de cada órgão na garantia dos direitos da criança e do adolescente. A principal dificuldade está em se trabalhar justamente com o conselho tutelar, que parte do discurso de sua autonomia e órgão permanente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude (Brasília, 2017).

Ao serem escolhidos pela sociedade, os conselheiros tutelares têm a função de representá-la e os gestores municipais devem implantar normas para a inscrição e seleção dos candidatos, tais como grau de escolaridade, necessidade de experiência em atendimento com criança e adolescentes, noções básicas de informática, entre outras características, visando à melhor representatividade. Nos municípios participantes da pesquisa, os conselheiros tutelares são escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução mediante novo processo de escolha. Os candidatos precisam ter formação mínima de ensino médio, idade superior a 21 anos, residir no município e ter reconhecida sua idoneidade moral. É de se perguntar o que os gestores do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente podem fazer para selecionar melhor os candidatos a membros do conselho tutelar, já que estes estarão à frente do atendimento de crianças e adolescentes como representantes da sociedade. Qual segmento da sociedade o Conselho Tutelar representa? Como os conselheiros se capacitam para atender situações complexas? Ou será que o “jeitinho”, como não raras vezes ouvimos, dá conta de encaminhar tais situações? Que entidades oferecem tal capacitação? São questões, entre outras, que podem nos encaminhar para uma reflexão crítica sobre esse importante dispositivo da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Retornando a falar sobre o estudo diagnóstico, este deve incluir uma criteriosa avaliação dos riscos a que está submetida a criança e as condições da família para uma tentativa de superação das violações de direitos observadas e o provimento de proteção e cuidados. De acordo com Brasília (2012), este estudo objetiva subsidiar a decisão acerca do afastamento da criança do convívio familiar, devendo ser realizado em articulação com o conselho tutelar, justiça da infância e da juventude e equipe de

referência do órgão gestor da assistência social, e, se necessário, o aplicador da medida poderá se utilizar de avaliação de outros serviços.

Com a devida fundamentação teórica, o estudo diagnóstico deve levar em conta a proteção e a segurança imediata da criança e do adolescente, bem como seu cuidado e desenvolvimento em longo prazo. Sem a pretensão de abarcar todas as questões que deverão ser levantadas em um diagnóstico, sugere que ele possibilite identificar a composição familiar, história e dinâmica de relacionamento entre seus membros, valores e crenças da família, demandas e estratégias desenvolvidas para o enfrentamento de situações adversas, e situações de vulnerabilidade e risco às quais estão expostos os integrantes do grupo familiar.

É preciso ressaltar que, ao se trabalhar com famílias e crianças, faz-se necessária uma escuta qualificada como orienta a Lei 13.431/2017, de todos os envolvidos, integrantes da família, inclusive a criança, pessoas da comunidade com vínculos significativos com a família e profissionais que estejam prestando-lhes atendimento, entre outros, possibilitando a elas seu lugar de fala diante da situação de risco, buscando alternativas junto com a família.

Nas orientações técnicas para a elaboração do estudo diagnóstico, menciona-se que, diante da identificação da situação de risco à qual a criança está exposta, faz-se necessária a averiguação se esta decorre do contexto social, histórico e econômico de vida da família e se a garantia do apoio, orientação e acesso às diversas políticas públicas seria ou não suficiente para reduzir os riscos e possibilitar a manutenção do convívio familiar.

O estudo diagnóstico deve analisar o perfil e as demandas específicas da criança de forma a subsidiar a decisão pelo encaminhamento para o serviço de acolhimento que mais bem atenda às suas peculiaridades. Para a indicação dos serviços mais adequados, deve-se considerar:

Estrutura física, recursos humanos e Projeto Político Pedagógico, além da possibilidade de manutenção de vínculos comunitários da criança ou adolescente e a continuidade da frequência a mesma escola e aos equipamentos comunitários aos quais estejam vinculados. Salvo nos casos em que o afastamento de sua comunidade de origem for essencial para garantir-lhe segurança, deve-se evitar que a inclusão em um serviço de acolhimento resulte no rompimento ou na fragilização dos vínculos comunitários e de pertencimento preexistente (Brasília, 2012, p. 26).

Quando o acolhimento tiver sido realizado em caráter emergencial e/ou de urgência, sem estudo diagnóstico prévio, recomenda-se que este seja realizado em até

vinte dias após o acolhimento, a fim de avaliar a real necessidade da medida ou possibilidade imediata de retorno da criança ou adolescente ao convívio familiar. Se o acolhimento emergencial tiver sido realizado sem prévia determinação da autoridade competente, ela deverá ser comunicada em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade, conforme o Art. 93 do ECA.

Ainda de acordo com o Manual de Orientações Técnicas (Brasília, 2012), no caso de crianças sem referência familiar, o fato deve ser comunicado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente ou, quando não houver, à delegacia mais próxima. O serviço de acolhimento em parceria com a referida delegacia deve consultar o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e outros cadastros similares existentes no estado, a fim de verificar se não se trata de criança ou adolescente desaparecido.

Ao ser acolhida, a criança ou o adolescente passa pelo processo de apresentação do local – da casa lar, do seu novo quarto, das pessoas com as quais dividirá o espaço, assim como será informada das regras e funcionamento da instituição. Como forma de contribuir com o processo de acompanhamento da criança, será realizado o Plano Individual de Atendimento (PIA). A elaboração desse plano é de responsabilidade da equipe técnica da instituição, muitas vezes minimamente composta por Assistente Social e Psicólogo, e a criança e o adolescente também participam da sua elaboração (Brasília, 2012, p. 28).

O PIA destina estratégias e ações a serem desenvolvidas tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio e ao atendimento das necessidades específicas de cada situação, objetivando orientar o trabalho de intervenção durante o período de acolhimento, visando à superação das situações que ensejaram a aplicação da medida. Deve basear-se em um levantamento das particularidades, potencialidades e necessidades específicas de cada caso e delinear estratégias para o seu atendimento.

Orienta-se que o PIA deve ser realizado em parceria com o Conselho Tutelar e, sempre que possível, com a equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude. Tal plano deverá partir das situações identificadas no estudo diagnóstico inicial que embasou o afastamento do convívio familiar. É de suma importância que todos os envolvidos possam juntos pensar nos caminhos possíveis para a superação do risco que ocasionou o acolhimento.

Ao se realizar o levantamento para elaboração do PIA, devem ser contemplados:

Motivos que levaram ao acolhimento e se já esteve acolhido neste ou em outro serviço anteriormente, dentre outros; configuração da dinâmica familiar, relacionamentos afetivos na família nuclear e extensa, período do ciclo da vida familiar, dificuldades e potencialidades da família no exercício do seu papel; condições socioeconômicas, acessos a recursos, informações e serviços das políticas públicas; demandas específicas da criança, do adolescente e de sua família que requeiram encaminhamentos imediatos para a rede (sofrimento psíquico, abuso ou dependência de álcool e outras drogas, etc.), bem como potencialidades que possam ser estimuladas e desenvolvidas; rede de relacionamentos sociais e vínculos institucionais da criança, do adolescente e da família, composta por pessoas significativas na comunidade, colegas, grupos de pertencimento, atividades coletivas que frequentam na comunidade, escola, instituições religiosas, etc.; violência e outras formas de violação de direitos na família, seus significados e possível transgeracionalidade; significado do afastamento do convívio e do serviço de acolhimento para a criança, o adolescente e a família (Brasília, 2012, p. 33).

O PIA é um excelente instrumento para o trabalho dos profissionais na casa lar, pois, além de traçar um panorama da história de vida da criança, possibilita pensar junto com a criança e sua família formas de seguir o acolhimento, colocando-a de forma atuante. Todavia, observou-se que, em algumas instituições, o PIA tem sido meramente um protocolo a ser seguido, muitas vezes elaborado sem a participação da criança ou da família, deixando-as à margem do processo.

Considera-se que o PIA enquanto instrumento possibilite o desenvolvimento de um trabalho que possa conduzir a soluções de forma mais definitiva, como a reintegração familiar, a colocação sob os cuidados de pessoa significativa da comunidade ou, quando necessário, o encaminhamento para adoção, se esta for a alternativa que mais bem atenda ao interesse da criança (Brasília, 2012).

Quanto às crianças participantes desta pesquisa, todas possuíam o seu PIA. Se a permanência da criança na instituição for prolongada, pode ser solicitado novo plano individual de atendimento, fato que aconteceu com uma das crianças participantes. E, a cada novo acolhimento de determinada criança, deverá ser realizado novo PIA.

Considera-se que, além da manutenção dos vínculos familiares, é preciso trabalhar em prol de uma reintegração rápida, para que as crianças e os adolescentes sintam-se inseridos em um ambiente familiar, sendo empreendidos esforços para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração, seja na família de origem, extensa e/ou substituta. O que observa-se é que as crianças são desacolhidas nesse período inferior à dois anos, porém, chegando bem perto da data estipulada.

Sendo assim, enquanto o acolhimento for necessário, é fundamental ofertar à criança e ao adolescente um ambiente e cuidados facilitadores do seu bem estar, de modo a favorecer, entre outros aspectos, seu desenvolvimento integral, a superação de vivências de separação e violência, a apropriação e ressignificação de sua história de vida e o fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social.

Em nenhuma hipótese a perspectiva de um acolhimento de longa permanência deve acarretar a desistência pela busca de alternativas para se garantir à criança e ao adolescente seu direito ao convívio familiar, prioritariamente com a família de origem e, excepcionalmente, a substituta (Brasília, 2017, p. 24).

O fortalecimento dos vínculos familiares envolve diversos fatores complexos, que demandam outras políticas públicas que a do trabalho isolado da instituição de acolhimento. No entanto, é preciso que as instituições criem parcerias com a rede de proteção para estabelecer conexões e a inserção dos familiares nas demais políticas públicas, ou seja, a família precisa ser acompanhada durante o acolhimento e depois do desacolhimento. Se possível, devem fazer um trabalho de prevenção com as famílias que se encontram em vulnerabilidade ou com denúncias de violência familiar. É necessário um olhar preventivo em relação às famílias, o que diminuiria os casos de acolhimento institucional.

É preciso estar sempre no processo de reflexão sobre o sentido e o significado do ato de acolher e, conseqüentemente, para que não voltemos à forma assistencialista ou à terceirização dos cuidados. Pensamos que se devem priorizar mudanças que abarquem a valorização da família e o papel dos laços afetivos e a prevenção. Para que assim, possamos diminuir os índices de acolhimento no país.

Em nossa prática profissional, podemos observar que a falta de preparo teórico e humanizado daqueles que possuem o poder de decidir sobre a medida protetiva de acolhimento institucional pode gerar rompimentos de vínculos onde seria possível intervir com outras medidas protetivas, como inserção das famílias nas políticas públicas, priorizando o menor dano para a criança e sua família.

É evidente que precisamos agir mais humanamente em relação ao acolhimento, isto é, é preciso refletir sobre o discurso de proteção, que muitas vezes se parece mais uma violação dos direitos da criança acolhida em instituições. A Rede de Proteção precisa contemplar e compreender que a medida protetiva precisa ser tomada de fato como medida de caráter excepcional. As casas lares precisam deixar de ser idealizadas como o melhor lugar em que uma criança possa estar, generalizando assim o

acolhimento como a primeira opção de medida protetiva, por considerá-la melhor, quando apenas deveria se acolher como último recurso.

Entende-se que o acolhimento pode vir a ser preciso, porém ele tem de ser realizado em um determinado momento para um determinado caso. Ressalta-se que o acolhimento institucional não é um lugar ideal para nenhuma criança ou adolescente crescer e se desenvolver. Ele é uma medida excepcional e deve ser provisório na vida de qualquer pessoa. O lugar ideal é a família, seja ela biológica ou adotiva, como já frisamos (Brasília, 2017).

Não obstante, é preciso que os profissionais que atuam na rede de proteção, especificamente os que trabalham com o acolhimento institucional, desempenhem um trabalho mais unificado e com uma visão crítica, para que possam garantir a qualidade e a eficácia do trabalho desenvolvido. E que a equipe possa ter espaços para discutir os casos e as estratégias necessárias para eles, que a rede possa se aprimorar com capacitações para chegar à excelência no trabalho em prol das famílias em vulnerabilidades e que necessitem de acompanhamento, para que o acolhimento possa ocorrer com o menor prejuízo possível, principalmente à criança e ao adolescente.

3 APROXIMANDO-NOS DO QUE É SER CRIANÇA ACOLHIDA EM INSTITUIÇÃO: QUESTÕES DO MÉTODO

Durante um longo período, como visto no capítulo 1, à infância não se dava importância, a criança não despertava o interesse dos adultos para compreender sua condição. Sendo assim, há poucos registros na história sobre ela, justamente porque não foi uma preocupação acervar os registros de e sobre crianças. Mas o que temos hoje faz referência a uma história e um saber sobre a criança da perspectiva do olhar adulto sobre a experiência da infância e os fenômenos ligados a seu mundo infantil.

Um dos olhares sobre a infância e a criança se dá pela Psicologia e suas variadas teorias. De acordo com Freitas (2015), divergentes concepções em psicologia apresentam considerações sobre a criança e seu desenvolvimento; entre essas, a psicologia desenvolvimentista, que se atém à investigação do desenvolvimento humano desde o nascimento até a velhice. Essa vertente da psicologia do desenvolvimento abarca teorias com ênfase no paralelismo entre o desenvolvimento biológico e o psíquico; em outras, a ênfase aponta para a total autonomia dos aspectos orgânicos, demonstrada por autores como Sawrey e Telford (1958/1967); outras, ainda, dão destaque ao desenvolvimento psíquico, como pode ser constatado nos estudos de Sigmund Freud (1950/2003), Melaine Klein (1946/1975) e Winnicott (1963/1983). Destacamos que tais teorias subsidiam outros olhares e fazeres sobre a criança como a Pedagogia, o Direito, a Assistência Social e a Medicina, entre outros campos do saber.

Embora não utilizamos os referenciais psicanalítico e piagetiano para orientar nosso olhar para a criança, os trazemos neste momento para oferecer ao leitor uma ilustração acerca de teorias que entendem a infância como etapa a ser vencida para se chegar à pretensa plenitude do adulto.

No final do século XIX, quando Freud (1856-1939) iniciou a sistematização de sua teoria, nomeada psicanálise, ele realçou que o período da infância na vida de um indivíduo tem sua importância e é este período que fundamenta a disposição dos indivíduos para qualquer distúrbio neurótico que vier a apresentar, ou seja, a infância é considerada fundamental na construção da personalidade e na determinação de transtornos psíquicos. Freud propôs as fases do desenvolvimento psíquico com a descoberta da sexualidade infantil, denominando-as de fase oral (nascimento a 1 ano de idade) fase anal (1 a 3 anos de idade), fase fálica (3 a 6 anos de idade), período de

latência (6 anos até a puberdade) e o estágio genital (puberdade até a morte). Tais fases necessitam estar bem resolvidas para que o indivíduo se torne um adulto saudável mental e emocionalmente (Bock, 2001, p. 97).

A psicanalista Melanie Klein (1882-1960) teve sua contribuição ao desenvolver uma proposta sistematizada de trabalho clínico com crianças, colocando a ênfase dos seus estudos no primeiro ano de vida. Anna Freud (1895-1982) também deixou seu marco no trabalho com crianças ao desenvolver estudos baseados nas fases de desenvolvimento psicosssexual já descritas por Freud. Ao expandirem tais estudos, muitos outros estudiosos passaram a se interessar por essa fase da vida humana, como, por exemplo, Donald Winnicott (1896-1971), que vê na relação mãe-bebê o fator crucial no cuidado dos pais para com os filhos, principalmente no que toca à figura materna. Também desenvolveu a teoria do brincar, ampliando a compreensão da função do brinquedo no desenvolvimento infantil e influenciando na análise delas (Aguilar, 2005).

Bock (2001) nos traz que o psicólogo e biólogo Jean Piaget (1896-1980), de uma forma diferente dos psicanalistas, entende o desenvolvimento humano de acordo com o aparecimento de novas qualidades do pensamento, o que, por sua vez, interfere no desenvolvimento global, caracterizado por aquilo que de melhor o indivíduo consegue fazer nessas faixas etárias. São bem conhecidos na área da Psicologia e da Educação as etapas estabelecidas por Piaget: período sensório-motor (0 a 2 anos), período pré-operatório (2 a 7 anos), período operações-básicas (7 a 11 ou 12 anos), período operações-formais (11 ou 12 anos em diante). O pressuposto é que todos os indivíduos passam por todas essas fases ou períodos na mesma sequência, porém o início e o término de cada uma depende das características biológicas do indivíduo e de fatores educacionais e sociais.

O que observamos é que, de modo geral, as teorias psicológicas consideram a criança como um ser imaturo, inacabado, um “ainda não”, no dizer de Andrade (1998):

As teorias psicológicas tendem a construir e reforçar essa imagem da infância como um ‘ainda não’, na medida em que trazem uma ideia de ascensão gradual em sentido qualitativo, passagem de estados de imperfeição a estados de perfeição, de imaturidade para maturidade, de incapacidade para capacidade (Andrade, 1998, s/p).

Em nosso estudo nos pautamos por uma compreensão de criança trazida pela fenomenologia, que prescindir do entendimento que ela é um adulto incompleto que necessita passar por determinadas fases até chegar a sê-lo. Husserl (1859-1938),

fundador da fenomenologia, tem por base a proposta de “ir às próprias coisas”, isto é, desvendar o fenômeno tal como se mostra, considerando esta a única coisa à qual temos acesso imediato e intuição originária. O fenômeno faz parte da consciência; objeto e consciência são unificados no ato da significação (Forghieri, 2013, p.15).

O conceito de intencionalidade também é uma das bases da fenomenologia de Husserl. Para o pensador, a consciência não é uma substância, um arcabouço que recolhe impressões, percepções, ela é sempre intencional, ou seja, surge como consciência a partir da nossa relação com os outros e com o mundo. Forghieri (2013) esclarece:

A consciência é sempre intencional, está constantemente voltada para um objeto, enquanto esse é sempre objeto para uma consciência; há entre ambos uma correlação, que só se dá na intuição originária da vivência. A intencionalidade é, essencialmente, o ato de atribuir sentido; é ela que unifica a consciência e o objeto, o sujeito e o mundo. Com a intencionalidade há o reconhecimento de que o mundo não é pura exterioridade e o sujeito não é pura interioridade, mas a saída de si para o mundo que tem uma significação para ele (Forghieri, 2013, p. 15).

Outra base importante da fenomenologia de Husserl é o recurso da redução fenomenológica utilizada para chegar ao fenômeno como tal, ou sua essência, sendo esta considerada como uma mudança de atitude, da natural para a reflexiva, colocando a importância de se refletir o nosso mundo vivido, pois só atingiremos a plenitude da evidência do fenômeno na concordância entre a intuição e a significação, uma vez que os conceitos sem intuição estão vazios.

Dessa forma, a fenomenologia é utilizada como método, já que, pela redução fenomenológica, ela permite que “suspendamos” tudo aquilo que recobre os fenômenos, seja pelo senso comum, seja pela ciência, ou por quaisquer outras formas de conhecimento, para se chegar “à coisa mesma”. Como disse Merleau-Ponty (1945/2006):

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda (p. 3).

A fenomenologia também é vista como um modo de ser, de capturar a realidade, um desvelar, implicando uma subjetividade e intersubjetividade. Como já mencionado, é um retorno às coisas mesmas e uma forma de estar no mundo (Ribeiro, 2011, p. 86-

87).

Compreender a infância fenomenologicamente é empreender uma tarefa em busca do significado do que é propriamente humano. Neste sentido não se diferencia uma fenomenologia da infância e uma fenomenologia do adulto; no entanto, há na infância certas particularidades relacionadas ao primeiro despertar do sentido, às primeiras relações, ao seu horizonte corporal e a sua vinculação especial com seus cuidadores e com a comunidade humana.

Para tanto, preza-se por uma compreensão do lugar de onde a criança fala, é preciso apreender o modo como ela se determina. Olhar a criança fenomenologicamente, trabalhar com ela, junto a ela, implica o abandono de construções hipotéticas que expliquem suas condutas e comportamentos e teorias que organizam previamente sua experiência de si e do mundo, em que o existir infantil é, de fato, revelar o modo humano de estar no mundo, que, conforme Merleau-Ponty (1908-1961), nunca abandonamos, pois, desde cedo, nos é dada a tarefa de nos compreendermos, tarefa porém nunca completa (Freitas, 2015). Esse abandono de construções hipotéticas nada mais é que a redução fenomenológica proposta por Husserl, o esforço que fazemos para descobrir o fenômeno das representações que temos dele.

A fenomenologia reconhece que a criança e o homem adulto são expressões de uma mesma condição, a condição humana, sem que sejam ignoradas, no entanto, as diferenças existentes entre criança e adultos. Freitas (2015) esclarece que a vida infantil não é simplesmente um preparo para a vida adulta, tampouco está a vida infantil no mesmo campo que a vida adulta; pelo contrário, ambas estão no mundo. No entanto, a autora diz que “... há uma opacidade do fenômeno infantil ao olhar do adulto” (p. 36). Mas essa opacidade não aparece por conta de uma suposta natureza diferente entre o que é ser adulto o que é ser criança. Não, adulto e criança estão numa mesma condição humana e histórica. Para ela, a opacidade da infância para o adulto é da mesma ordem da opacidade da morte para o vivente. Ou seja, há uma privação da experiência. Segundo nos parece: no ser, quando a criança está, o adulto não está, e quando o adulto está, a criança, não.

A autora esclarece:

A opacidade não se constitui por uma suposta diferença entre a natureza infantil e a natureza do adulto, que tornaria impossível a este compreender. Idade adulta e infância não são fenômenos separados, sem relação ou sem campo comum, ao contrário, a

criança está no mundo, assim como os adultos e, portanto, partilham a mesma condição histórica e humana; não há nenhum expectador experienciado capaz de se colocar em uma tal posição, dela nos encontrarmos privados, não há como olhar fora do próprio mundo, fora da sua atualidade de sentido (Freitas, 2015, p. 36, 37).

Assim, pensar a criança é considerar a peculiaridade do que se mostra em seu horizonte e, deste modo, sem tomá-la como apenas uma fase que não tem uma plenitude em si mesma. Não é que a fenomenologia não aceita “as fases do desenvolvimento”, sem dúvida este é um modo de representar as experiências pelas quais passam os indivíduos. Mas, para a fenomenologia, simplesmente, “as fases”, “as etapas” se mostram insuficientes, e mais que isso, elas são encobridoras da experiência infantil propriamente dita, já que a experiência de ser humano dispensa apriorismos, uma vez que é o próprio homem que determina sua essência, o seu ser humano. A criança está, desde sempre, no mundo e é um ser-no-mundo como qualquer outro existente; tem a condição da realidade humana, que é uma condição de indeterminação, como salientam Feijoo, Protasio e Gill (2015):

A infância, como qualquer outra etapa da vida, é compreendida como uma existência marcada pelo caráter de indeterminação e, nesse sentido, não haveria algo como uma determinação psíquica, biológica ou ambiental a priori. Esta compreensão encontra sua inspiração nos filósofos da existência, que questionaram as múltiplas e diversas teorias que determinaram o homem de um modo ou de outro. Justamente por não conseguirmos constatar uma determinação para todo e qualquer humano é que podemos afirmar que a existência do homem é marcada por uma indeterminação constitutiva (p. 118).

Essa indeterminação, segundo as autoras esclarecem, carrega consigo o caráter de possibilidade, uma vez que o homem pode se determinar de uma forma ou de outra, ou seja, não de uma forma específica, mas no interior de situações que ele mesmo constrói para ele. Diante disto, entende-se que a criança é desde o início constituída em seu caráter de indeterminação e é na indeterminação que se encontra a liberdade própria da condição humana.

Azevedo (2015) traz uma analogia ao falar da possibilidade que o adulto tem de acessar o universo infantil:

É preciso fazer parte da paisagem, para entender o significado do frio da neve ou do calor de Copacabana no mês de fevereiro, é preciso estar lá. Ou seja, será na lida com a criança, na mistura com a criança ocupando seus espaços lado a lado, que talvez consigamos acessar alguma possibilidade de entendimento do universo infantil. Isso se faz possível entendendo que o pesquisador (aquele que quer compreender o universo infantil), como elemento desse pacote, faz parte do fenômeno de expressão do ser infantil (p. 64).

Merleau-Ponty (2006) nos lembra que nunca superamos por completo a infância ou nossa gênese. Para ele, as relações adulto-criança poderiam/deveriam se tornar mais flexíveis e generosas à medida que o adulto abandone a estética realista, brinque mais, aproprie-se da sua capacidade de criar metáforas, paradoxos.

3.1 O caminho percorrido

Trata-se aqui de um estudo qualitativo de escopo fenomenológico, como já anunciamos. Utilizamos o método fenomenológico para conhecer e compreender a experiência de ser criança no contexto de acolhimento institucional. Fomos em direção ao fenômeno “ser criança acolhida em casa lar” buscando como ele se mostra na própria experiência da criança, procurando pelo seu desvelamento. Conforme esclarece Masini:

O método fenomenológico trata de desentranhar o fenômeno, pô-lo a descoberto. Desvendar o fenômeno além da aparência. Exatamente porque os fenômenos não estão evidentes de imediato e com regularidade, faz-se necessária a Fenomenologia. O método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental (1989, p. 63).

Sabemos, então, que a criança tem seu modo próprio de estar no mundo, que seu desenvolver não é um movimento em direção a uma realização, mas um despertar de mundo concomitante ao despertar de si enquanto expressão e interação. Tal despertar, implicado na apreensão da linguagem e nos modos de relação entre a criança e o mundo, fala de um despertar contínuo do humano ao longo de toda a sua existência e, portanto, fala de todos nós.

Azevedo (2015) nos alerta que, para chegarmos mais perto da criança, se torna preciso pensar no conceito de linguagem formulado por Merleau-Ponty. Para este filósofo é necessário reconhecer a presença do sentido da palavra. Para ele o sentido só acontece ao reconhecer o outro, ou seja, é na relação que o significado emerge. Ainda, em sua concepção, a ação do brincar será entendida também como forma de desvelar o ser criança, proporcionando um elo que permite alguma eficiência no sentido de levar a criança a uma posição de maior liberdade existencial. Azevedo (2015) propõe que a forma de entrar em contato mais direto e próximo com a criança seja uma situação relacional a partir de um acontecimento do universo infantil, o brincar.

Machado (2010) nos descreve que será a partir da análise observacional e interpretativa das relações que o fenômeno ser criança se revelará, dada em contextos temporais e espaciais, sempre. E com uma atitude fenomenológica podemos compreender a criança em transform/ação, como ser-no-mundo, e principalmente como são as falas dessa criança em relação com o outro.

A análise dos gestos e do discurso também faz parte do processo de compreensão do mundo e do outro, sendo que, no caso da criança, o discurso ou a fala literal, cognitivamente construída ou organizada em frases completas, nem sempre parece inteligível ao adulto. Mas não devemos nos esquecer de que a comunicação é a linguagem nas suas multiplicidades, como “morada do ser” onde o discurso constitui a essência do processo relacional, e ocorre na relação entre duas ou mais linguagens (Azevedo, 2015).

A aceitação da criança como um todo, com todas as suas características, por parte do adulto da relação é crucial para que ela também possa aceitar a si mesma. Somente no momento em que ela puder se perceber aceita sem restrições, independente do que ela pense, sinta ou faça, é que ela vai se permitir expressar, examinar e apropriar-se dos seus sentimentos e necessidades (Aguiar, 2005).

Azevedo (2015) relata que é preciso manter a criança em liberdade, entregá-la ao seu próprio cuidado, ou seja, à sua responsabilidade. Deixá-la caminhar por si mesma, sem tentar desonerá-la dessa tarefa, parece ser um caminho no qual a criança perde a tutela do adulto, mas pode ganhar a si mesma. A autora assinala que os limites, se forem necessários, devem incidir sempre sobre o comportamento e nunca sobre os sentimentos da criança. Os sentimentos precisam ser experimentados, aceitos e canalizados em formas adequadas e construtivas de expressão para que a criança possa percebê-los, atribuindo-lhes significados.

Na relação com a criança, o brincar compartilhado pode ser colocado como fenômeno a ser desvelado e compreendido pelo vivido entre ela e o pesquisador, isto é, ao colocar em suspensão esse brincar podemos nos aproximar dos temas que são propriamente relevantes para conhecer a criança, buscando o modo adequado de indagar, um modo que de fato nos aproxime de sua experiência e de seu mundo, evitando enviesar a criança pela perspectiva adulta, descontextualizada de seu caráter próprio.

De acordo com Freitas (2015), revelar o existir infantil é, de fato, revelar o modo humano de estar no mundo que, conforme Merleau-Ponty (1908-1961), nunca

abandonamos, pois, desde cedo, nos é dada a tarefa de nos compreendermos, tarefa, porém, nunca completa. E a tarefa encetada pela pesquisa fenomenológica também nunca estará completa, pois a pesquisa, tal como proposta aqui, é somente uma das possibilidades que se torna viável para se compreender um fenômeno.

3.1.1 Coleta de Dados

Os dados foram coletados entre os meses de março a junho 2018. Como recurso principal, foi utilizada a observação das crianças em suas atividades nas instituições, focalizando, a partir do objetivo central do estudo, suas interações, expressões e verbalizações. A observação foi do tipo participante, em que o pesquisador também interage com o observado. Esta é uma técnica muito utilizada pelos pesquisadores que preferem a abordagem qualitativa e, basicamente, consiste em que o pesquisador se insira no grupo observado e partilhe do seu cotidiano. Nesta técnica é importante que o pesquisador seja perspicaz, que saiba ouvir, ver, fazer uso de todos os sentidos. Suas perguntas, quando necessárias, devem ser oportunas, de modo que entrevistas formais tornam-se desnecessárias (Valladares, 2007). Os dados obtidos nas observações foram anotados num diário de campo, os quais contribuiriam para a análise.

A utilização da observação participante não ofereceu maiores dificuldades, uma vez que a pesquisadora trabalha em duas das instituições onde a pesquisa foi realizada, convive com os colaboradores da pesquisa e os assiste como psicóloga. Os atendimentos psicológicos, como uma das atividades das crianças na instituição, também foram fontes para a coleta de dados, da mesma forma que os prontuários, que nos trouxeram suas histórias de vida e a história de seus acolhimentos. Com a criança que não atendemos enquanto psicóloga da instituição, tivemos quatro encontros de forma individual, nos quais conversamos e lhe foi sugerido que também fizesse alguns desenhos. Realizamos o acompanhamento da rotina institucional e a coleta de informações em seus prontuários e relatos da equipe técnica.

Durante a coleta de dados, principalmente nos atendimentos psicológicos, foi proposto à criança o desenho, ora da família, ora da casa lar, entre outros, conforme era o assunto. Para a fenomenologia, o desenho da criança é resultante de uma atividade mental e manual, é um objeto emergido do imaginário, do percebido e do real. Como jogo de encontro e combinação desses três elementos, o desenho torna-se objeto de

investigação na exploração dos modos de pensar, perceber e de experienciar determinadas situações da criança (Ferreira, 1998 apud Aguiar, 2005).

Atentávamos para o discurso da criança enquanto ela desenhava ou em qualquer outra atividade, como o brincar, o que nos possibilitou entrar no seu campo de conexões associativas, semânticas e afetivas. Afinal, a linguagem é o que possibilita a revelação de sentido das coisas, é o que leva à compreensão, ao “mundo”. O sentido da criança está vinculado à linguagem e revela-se a partir do seu horizonte da compreensão, a qual não é apenas racional, mas também afetiva.

Aguiar (2005) nos fala que, ao atender a criança, solicita-se a ela que conte “como” vive a experiência, os sentimentos, os fatos de sua existência, por extensão, os relativos ao seu desenho. Para a autora, esses caminhos e formas de se direcionar à criança podem nos auxiliar a ver as produções gráficas infantis na sua realidade, ou seja, naquilo que elas são, à medida que nos convida a um olhar atento para suas manifestações.

Ainda segundo a autora, a forma dada às imagens colocadas no desenho, sua localização na folha, o tipo de energia ou força que se desprende dos traçados, as cores empregadas, entre muitos outros elementos, evidenciam a singularidade da construção de mundo de cada criança, bem como suas particularidades sensitivas. O sentimento é um modo de responder a uma situação e de transformá-la em um novo mundo projetado. Nossa projeção escolhida, o significado que outorgamos a uma situação, é o que sentimos. Assim, tal como se faz num encontro terapêutico, na pesquisa fenomenológica:

A análise dos gestos e do discurso também faz parte do processo de compreensão do mundo e do outro, sendo que, no caso da criança, o discurso ou a fala literal, cognitivamente construída ou organizada em frases completas, nem sempre nos parece, ao adulto/terapeuta, inteligível. Ficando como veículo então, a comunicação é a linguagem nas suas multiplicidades, como “morada do ser” onde o discurso constitui a essência do processo psicoterápico e ocorre na relação entre duas ou mais linguagens (Azevedo, 2015, p. 66).

3.1.2 Análise dos dados

O material analisado veio do montante das anotações feitas nos diários de campo a partir da observação, bem como das produções das crianças desenvolvidas nas atividades que aconteceram nas instituições. Esse material foi lido e categorizado,

procurando-se evidenciar sentidos a partir do questionamento formulado para a pesquisa, qual seja: como é ser criança numa instituição de acolhimento?

A evidenciação dos sentidos foi expressa por meio de unidades – unidades de sentido, que se relacionam umas com as outras, indicando momentos distinguíveis na totalidade daquilo que foi obtido na coleta de dados. Esclarece Bicudo (2011, p. 58):

Transformam expressões da linguagem cotidiana do sujeito, ou ingênuas, em uma linguagem condizente com aquela do campo de inquérito do pesquisador, mediante um procedimento de análise dos significados das palavras, de reflexão sobre o dito e de variação imaginativa. Visamos as convergências que explicitem a realidade vivida, afastando-nos de assumir categorias prévias exemplificadas pelo relato de situações observadas.

Garnica (1997) esclarece que as unidades de significado ou de sentido são recortes considerados significativos pelo pesquisador, que mantém em mente a indagação que motivou a pesquisa. “Para que as unidades significativas possam ser recortadas, o pesquisador lê os depoimentos [no caso desta pesquisa, as descrições obtidas nas observações, atendimentos e prontuários] à luz de sua interrogação, por meio da qual pretende ver o fenômeno, que é olhado de uma dentre as várias perspectivas possíveis” (p. 117). Convém salientar que as unidades de significado não estão prontas nas descrições, elas só existem em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador. Nessas unidades, o pesquisador agrupará os variados aspectos daquilo que ele intui como aspectos ou perfis importantes do fenômeno a ser desvelado.

A análise das descrições se deu por dois modos: a análise ideográfica e a análise nomotética. Já foi dito na introdução, mas retomamos aqui, que, na análise ideográfica, buscaram-se as ideias, crenças e percepções das crianças acerca de seu ser criança institucionalizada. Esta análise se organizou nas unidades de significado aludidas anteriormente, que expressam os sentidos atribuídos às experiências do sujeito. Assim, procurou-se por unidades de significado após várias leituras das descrições recolhidas, sendo estas leituras prévias parte de uma primeira aproximação do pesquisador ao fenômeno, numa atitude de familiarização com o que a descrição aponta. Com a análise nomotética tivemos o propósito de identificar convergências e divergências dos sentidos atribuídos, para, enfim, alcançarmos generalizações.

Feito isso, foi preciso desenvolver uma discussão com o referencial escolhido, no caso desta pesquisa, com o pensamento fenomenológico, especialmente o de

Merleau-Ponty. De modo sintético, a estrutura de análise se deu da seguinte forma: 1º) leituras atenta das notas de observação, dos atendimentos e do material produzido pelas crianças, 2º) busca de unidades de significado em que se revelem aspectos diferenciados do fenômeno, 3º) busca de convergências e divergências e 4º) elaboração de uma síntese interpretativa à luz da fenomenologia.

3.1.3 Participantes da Pesquisa

Participaram da pesquisa quatro crianças: 7, 9, 10 e 11 anos de idade, que se encontravam acolhidas em três instituições na modalidade casa lar, acompanhadas pela Proteção Especial de Alta Complexidade, em três municípios localizados no norte central do estado do Paraná. Aqui, seus nomes, os das pessoas a elas relacionadas e o das instituições de acolhimento são fictícios, para a preservação do sigilo e privacidade dos participantes. A seguir, quadro com algumas informações sobre as crianças acolhidas e participantes desta pesquisa.

Quadro 1: Dados sobre os participantes e seus acolhimentos

	Ana	Bruno	Carla	Fernando
Idade	10 anos	10 anos	7 anos	9 anos
Filiação	Mãe: Fabiana Pai: José	Mãe: Juliana Pai: Tiago	Mãe: Marta Pai: Pedro	Mãe: Carmem Pai: Desconhecido
Com quem residia antes do acolhimento	Mãe	Mãe e padrasto	Mãe, dois irmãos mais novos e avó materna.	Mãe
Solicitante do acolhimento	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
Data da Institucionalização	20/06/2017	10/06/2018	7/12/2016	1º - 10/03/2015 2º - 21/01/2017
Motivo constante na Guia de Acolhimento	Abuso físico ou psicológico (por parte da mãe)	Abuso físico e psicológico (por parte do padrasto)	Abuso sexual ou suspeita de abuso sexual (por parte do companheiro da mãe)	Abuso físico e psicológico (por parte da mãe)
Outros motivos	Exposição à violência entre a mãe e seu companheiro.	Cuidado negligente (ficava em casa sozinho, sem alimentação)	Suposta mendicância, vivência de rua.	Mãe alcoolista e usuária de drogas. Cuidado negligente.
Instituição	Casa Lar Laranja	Casa Lar Amarela	Casa Lar Amarela	Casa Lar Amarela
Data do desacolhimento				1º - 15/06/2016

Fonte: Prontuários das instituições Participantes da Pesquisa

3.1.4 Das Instituições de Acolhimento

Como já mencionado, as crianças participantes da pesquisa estavam acolhidas em três instituições. A seguir, uma breve descrição de cada uma delas. Não as designamos pelos seus nomes reais para preservar o sigilo e a privacidade dos participantes da pesquisa.

3.1.4.1 Casa Lar Amarela

A Casa Lar Amarela está em funcionamento desde o ano de 2011. Sua gestão é realizada por um Consórcio Intermunicipal de Assistência Social – CIAS, que surgiu da necessidade de seis municípios, que hoje compõem uma Comarca, em efetivar um equipamento que viesse atender crianças e adolescentes residentes nesses territórios que demandavam o acolhimento institucional. Antes, essa demanda era atendida por dois municípios e o consórcio foi a melhor estratégia a ser utilizada naquele momento. Os municípios se comprometeram a custear a Casa Lar com recursos próprios. Hoje há também um repasse financeiro do âmbito estadual e federal.

A capacidade de atendimento da Casa Amarela é de dez crianças e adolescentes, segundo seu regimento interno e as orientações técnicas para serviço de acolhimento. É importante observar que este número nunca ultrapassou oito crianças/adolescentes. A Casa fica situada em uma área residencial, centralizada, de fácil acesso aos serviços públicos utilizados pelo público acolhido. O espaço físico é composto por 10 cômodos, sendo três quartos (separados por sexo), uma cozinha, uma sala de TV, três banheiros, uma sala de atendimento da equipe técnica, uma lavanderia e área externa e garagem unificados, sendo a casa em bom estado de conservação. Em relação à acessibilidade, a Casa ainda não possui as adequações necessárias ao acolhimento de pessoas com deficiência.

A coordenação da Casa Amarela é realizada por um presidente e um diretor executivo, sem carga horária fixa na instituição. A Casa possui uma equipe técnica composta por uma assistente social e uma psicóloga com carga horária de 20 à 30 horas semanais. Nela também trabalham quatro cuidadoras com turnos de 12/36, sendo duas durante o dia e duas no período noturno, e um auxiliar de serviços gerais.

3.1.4.2 Casa Lar Azul

A Casa Lar Azul é uma entidade filantrópica privada e está em funcionamento desde o ano de 2005. Sua gestão é realizada pela diretoria da associação e mantém convênio com quatro municípios.

Sua capacidade de atendimento é de dez crianças e/ou adolescentes, segundo seu regimento interno e as orientações técnicas para serviço de acolhimento. É importante observar que este número já ultrapassou quinze crianças/adolescentes.

A Casa Azul fica situada em uma área residencial, não centralizada, mas de fácil acesso aos serviços públicos utilizados pelo público acolhido. O espaço físico é composto por 15 cômodos, sendo quatro quartos (separados por sexo e idade), uma cozinha, um refeitório, uma sala de TV, quatro banheiros, duas salas de atendimento da equipe técnica, uma sala de estudo, uma lavanderia e área externa e garagem unificados. Em relação à acessibilidade, a Casa ainda não possui as adequações necessárias ao acolhimento de pessoas com deficiência.

A coordenação da Casa Azul é composta por um presidente sem carga horária fixa na instituição e uma coordenadora com carga horária de 40 horas semanais. A equipe técnica é composta por uma assistente social com carga horária de 30 horas semanais, um psicólogo e uma pedagoga, de 40 horas semanais. Há ainda duas cuidadoras, sendo uma em período diurno e outra durante a noite, e uma auxiliar de serviços gerais.

3.1.4.3 Casa Lar Laranja

A Casa Lar Laranja está em funcionamento desde o ano de 1996. Sua gestão é feita pela prefeitura municipal de um dos três municípios que compõem uma Comarca e que se consorciaram para efetivarem um equipamento que viesse atender as crianças e adolescentes residentes em seus territórios que demandavam o acolhimento institucional. Os municípios se comprometeram a custear a Casa Lar com recursos próprios e atualmente também há um repasse financeiro do âmbito estadual e federal.

A capacidade de atendimento desta Casa Laranja é de dez crianças e adolescentes, segundo seu regimento interno e as orientações técnicas para serviço de acolhimento, chegando a acolher até 20 crianças. A Casa fica situada em uma área residencial. O espaço físico é composto por 10 cômodos, dos quais quatro quartos,

sendo um para os meninos, um para as meninas e um para o cuidador/residente e um para guardar as doações recebidas. A Casa ainda é composta por uma cozinha, uma sala de TV, dois banheiros, uma despensa, uma sala de atendimento da equipe técnica, uma lavanderia e área externa com *play ground*. Como as outras duas, esta também não atende às normas de acessibilidade para o acolhimento de pessoas com deficiência.

A coordenação da Casa é realizada pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, a qual não tem horário fixado para cumprir a função na instituição. A Casa possui uma equipe técnica composta por uma assistente social e uma psicóloga, com carga horária de 40 horas semanais cada uma. Trabalham ainda um educador/cuidador noturno, com carga horária de 40 horas semanais, um educador/cuidador diurno, com carga horária de 30 horas semanais, e um auxiliar de educador/cuidador com carga horária de 30 horas semanais. Nos finais de semana, a Casa recebe o auxílio de educadores/cuidadores para suprir a lacuna provocada pela folga dos educadores/cuidadores que atuam durante a semana. A rotina das três Casas é bastante similar. A seguir a descrevemos num quadro.

Quadro 2: Rotina padrão das Casas Lares

Horário	Atividade
07h00	Café da manhã.
08 às 11h 30	As crianças e/ou adolescentes que estudam no período da manhã vão para escola acompanhados da cuidadora e os que estudam no período da tarde, frequentam o contra turno em entidades como Guarda Mirim, Arte Vida, Escola Oficina, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou outras atividades necessárias.
11h 30	Almoço; As crianças e/ou adolescentes que estudam no período da tarde, tomam banho e se arrumam para irem à escola.
13 às 16h	As crianças e/ou adolescentes que estudam no período da tarde vão para escola acompanhados da cuidadora e os que estudam no período da manhã frequentam o contra turno em entidades como Guarda Mirim, Arte Vida, Escola Oficina, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou outras atividades necessárias.
15h	Café da tarde para quem permanece na instituição nesse período.
17h	Lanche da tarde.
17h às 19h	Atividades livres: brincadeiras/TV/computador
19h	Banho
19h30	Jantar
20h30 às 22h	Tarefas e outras atividades
22h	Dormir
Nos fins de semana	Atividades livres Visita das famílias (com autorização judicial) Passeios

Fonte: Entrevista com os profissionais das instituições participantes.

4 ANÁLISE DOS DADOS: A VIVÊNCIA DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS

Neste capítulo temos por objetivo apresentar de forma sistematizada os dados que coletamos no decorrer do estudo e, na medida em que o apresentamos, já insinuamos o ser criança em instituição de acolhimento. Optamos por fazer esta apresentação em dois momentos. No primeiro, “Breve história de vida e do acolhimento”, apresentamos as informações colhidas nos formulários e relatórios contidas nos prontuários das crianças cedidos pela equipe técnica, do acompanhamento rotineiro da psicóloga na instituição e atendimentos psicológicos. Em momento posterior, o qual intitulamos “As vivências das crianças na casa lar”, apresentamos as experiências das crianças e o fazemos por meio daquilo que conseguimos reunir das percepções das crianças em unidades de significado. Trata-se, nesse momento, de apresentar aquilo que as crianças expressam por si mesmas, contudo, de uma forma sistematizada a partir do olhar adulto da pesquisadora, como resultado do encontro intersubjetivo entre o sujeito-pesquisado e o sujeito-pesquisador.

4.1 Breve história de vida e do acolhimento

4.1.1 *A história de Ana*

Nascida em 02/07/2007 (11 anos) no município de Astorga, filha de Fabiana e José. A criança residia com a mãe, o pai reside em outra cidade e mantém pouco contato com a filha.

A solicitação do acolhimento de Ana veio do Conselho Tutelar, motivado pela existência de conflitos no ambiente familiar, constando na Guia de Acolhimento abusos físicos/psicológicos contra a criança. Ana era exposta às constantes brigas da genitora com o companheiro, presenciava este agredindo sua mãe. Fabiana, ao manter relações sexuais com seu parceiro em sua residência, por esta ser pequena, deixava a criança do lado de fora. Isso ocorria com frequência, qualquer que fosse o clima e temperatura do momento, demonstrando, segundo anotações no prontuário de Ana, condições habitacionais não favoráveis, situação de rua e ambiente não propício para o bom desenvolvimento da infante, apresentando grande desorganização e falta de higienização. O solicitante do acolhimento foi o Conselho Tutelar, que avaliou a situação sendo de caráter excepcional. O poder judiciário, em seguida, determinou a

permanência da criança na instituição e ela se encontra institucionalizada desde 20/06/2017.

Ana, durante seu processo de acolhimento, veio a conhecer um irmão, que desde muito pequeno foi retirado do convívio de seus pais e entregue a adoção. Atualmente, no entanto, se encontra acolhido na mesma instituição que ela, sendo o convívio entre eles fortalecido e significativo para ambos. A criança tem autorização para receber visitas dos genitores aos sábados, sendo que sua mãe a visita a cada quinze dias e seu pai uma vez ao mês. Alegam ter dificuldades de estarem mais presentes, por questão financeira e por residirem em outros municípios.

Em um primeiro momento após o acolhimento, foi elaborado o PIA, que objetivou a realização de intervenções junto à família de origem, para o possível retorno da criança ao convívio com a mãe, uma vez que esta já havia perdido a guarda provisória de Ana, que estava sob a responsabilidade de sua tia Rosângela. Todavia, a criança fugia da residência da tia e voltava para a casa mãe; a tia, por sua vez, a entregou na casa lar não querendo mais ficar com ela.

Os genitores fazem uso abusivo de bebida alcoólica, porém negam tal dependência, não aderindo assim a nenhum apoio nesse sentido. Ambos são separados, residem em cidades diferentes e já tiveram outros filhos que lhe foram afastados de suas responsabilidades pelos mesmos motivos: violência doméstica, negligência e abandono. A mãe demonstra desejo em requerer a guarda de Ana novamente, o pai, por sua vez, não deseja cuidar da filha.

Em uma das visitas assistida entre a criança e a genitora, observa-se que esta brinca, mantém uma relação de afeto, mas o ciclo de violência que permeia é o fator de não retorno de Ana, pois ela deixa claro que não quer voltar para casa enquanto o companheiro da mãe ainda residir com ela, demonstrando, assim, não permitir a violência e o não querer ser exposta novamente a situações de riscos. Fabiana, a mãe, mantém o discurso de possível mudança sem conseguir vivenciar uma tomada de decisão que vislumbre o rompimento do ciclo da violência com seu agressor, permanecendo assim no contexto gerador de risco para a filha.

A rede de proteção socioassistencial, saúde, educação, ao não vislumbrar resultados significativos na família de origem que remetessem a um retorno da criança de forma segura e saudável para seu desenvolvimento, realizou a busca por familiares extensos. Alguns destes que puderam ser localizados relataram não querer ficar com a

guarda da criança e outros não se apresentavam em condições, segundo estudo psicossocial da rede.

Quanto ao histórico familiar, as condições então permanecem desfavoráveis, sendo apontada o fator principal o alcoolismo, dificuldade de apoio da rede parental ou relacional, conflitos familiares/relacionamento violento. O padrasto ainda mantém um relacionamento afetivo com a mãe da criança, porém não reside com ela.

Ana atualmente estuda, frequenta o ensino fundamental em contra turno escolar.

4.1.2 A história de Bruno

Nascido em 30/10/2009 (09 anos) no município de Campo Grande (MT), filho de Juliana e Tiago. A criança residia com a mãe, o pai reside no estado de Mato Grosso, e mantém pouco contato com o filho. Bruno foi acolhido pelo Conselho Tutelar, motivado pela existência de muitos conflitos no ambiente familiar, abuso físico/psicológico contra a criança, conforme a Guia de Acolhimento. No momento do acolhimento, a criança foi encontrada sozinha em sua residência, sem alimentação e verbalizando agressões físicas e psicológicas, o que foi caracterizado como situação excepcional.

Bruno estava sendo acompanhado pelo Conselho Tutelar do município, que recebeu denúncia do Disque 100 – Disque Direitos Humanos, relatando que a criança recebia agressões físicas e psicológicas do padrasto e que a genitora sabia de tais agressões. A denúncia alegava também que a criança não fazia as refeições corretamente, vivia pela rua, abandonado e em estado de sujidade. Diante disso, e pelo histórico da família que já vinha de outros municípios, o Conselho Tutelar afastou a criança dessa situação de risco e deu sua reponsabilidade para uma tia materna, que também residia no município.

Ao saber que a tia havia ido embora e deixado Bruno novamente sob a responsabilidade da genitora, o Conselho passou a acompanhá-lo de forma mais intensa; no domingo 10/06/2018 Bruno foi acolhido e seu genitor foi comunicado para buscá-lo.

No dia 14/06/2018, o pai de Bruno chegou à cidade e a equipe da casa lar providenciou a aproximação de ambos e relatórios para o Poder Judiciário, o qual expediu a guia de desacolhimento da criança no dia 15/06/2018. No dia seguinte, o pai levou o filho para cidade onde mora, em Mato Grosso.

A equipe do município onde a criança passara a residir foi acionada para prestar a assistência necessária nesse momento de adaptação e fortalecimento de vínculos.

O pai da criança, Tiago, tem 35 anos e atualmente está casado; na casa com eles ainda reside sua enteada de 13 anos de idade. Quando do nascimento de Bruno, Juliana mudou-se de cidade, dificultando a aproximação de pai e filho, sendo que a criança voltou a ver o pai quando contava com 4 anos e começou a passar férias escolares com ele. Isso durou até o ano de 2016, quando novamente Juliana se afastou indo residir no estado do Paraná e o contato entre pai e filho passou a ser via telefone e fotos. No início de 2017 Tiago passou a ter notícias do próprio filho, que alegou sofrer violência, fato que o fez requerer sua guarda. Quando o conselho entrou em contato, o pai prontamente veio buscá-lo e se organizou para receber o filho.

Juliana reconhece que seu esposo agride seu filho e faz diferença de tratamento por não ser seu filho biológico. Não vislumbra a possibilidade de mudança, relata que Bruno provoca, ocasionando as discussões. Para ela, a criança tem problemas neurológicos, pois já teve que fazer uso de medicamento quando mais novo e parou de tomar, nunca mais fazendo nova avaliação da necessidade.

Juliana se mudará para Londrina, onde seu esposo conseguiu emprego.

4.1.3 A história de Carla

Nascida em 06/04/2011 (07 anos) no município de Maringá, tendo como filiação Marta e Pedro. A criança residia com a mãe, a avó materna e os seus dois irmãos mais novos. Seu genitor está em regime de reclusão no estado de Minas Gerais e seus familiares paternos também residem naquele estado. O motivo alegado para a sua retirada do convívio familiar, de acordo com a Guia de Acolhimento, foi abuso sexual/suspeita de abuso. Outros dados coletados do relatório do Conselho Tutelar na solicitação do acolhimento foram a falta de recursos materiais por parte dos pais e/ou responsáveis, condições habitacionais não favoráveis uma vez que a criança pernoitava na casa da avó materna por falta de espaço na casa da mãe, suposta mendicância e situação de rua, ambiente não propício para o bom desenvolvimento dos infantes, apresentando grande desorganização e sujidade e presença do suposto agressor na residência.

O solicitante do acolhimento institucional foi o Conselho Tutelar do município, que recebeu da escola que Carla frequentava denúncia de que ela poderia ter sido vítima

de violência sexual. O Conselho avaliou a situação como sendo de caráter excepcional. O poder judiciário, em seguida, determinou a permanência da criança na Casa Lar Amarela, e ela se encontra institucionalizada desde 07/12/2016.

Na época, a mãe de Carla mantinha um relacionamento afetivo com o homem que supostamente cometeu violência sexual contra Carla², porém não residia com ela. Marta não acreditava que ele poderia ter abusado de sua filha e permaneceu com seu relacionamento, mas mesmo ele não residindo, acabava por pernoitar com ela, o que gerou a permanência de Carla na instituição.

Quando Carla nasceu, seus pais encontravam-se amasiados, porém, segundo relatos da genitora, havia muitos conflitos entre o casal, além de grande dificuldade financeira. Na época, residiam em outra cidade e permaneceram juntos por aproximadamente dois meses. Após a separação, Marta passou a morar com sua mãe na cidade em que hoje estão, mas os conflitos permaneceram, pois a dificuldade de convívio entre ambas se intensificou. Logo, o pai de Carla se envolveu em um crime e foi preso e, após ter cometido fuga da cadeia onde estava, foi encontrado e detido no estado de Minas Gerais, onde permanecerá até o cumprimento de sua pena. Atualmente, a avó e tias paternas de Carla também residem naquele estado.

A convivência entre Marta e sua mãe, a senhora Cecília, é baseada em constantes conflitos e agressões verbais. A avó materna interfere diretamente na educação dos netos e acaba agravando, principalmente, a relação entre Marta e Carla. Segundo Marta, a falta de controle e respeito da filha se deve à interferência da avó, que sempre apoia e protege a neta e ainda questiona o modo de Marta educar os filhos, tirando, desta maneira, toda a autonomia dela sobre eles.

As relações afetivas de Marta ocorrem com bastante frequência e com grande rotatividade de parceiros. A forma com que utiliza suas relações são para suprir suas necessidades materiais, o que reforça também os riscos de uma vida financeira imediatista baseada em favores sexuais a troco de, por exemplo, contas de água e energia elétricas pagas por seus parceiros. Frequentemente, Carla menciona os parceiros da mãe como sendo seus namorados e, em outros momentos, os relaciona a figuras

² Sobre este fato, não há mais e melhores esclarecimentos que possamos oferecer. Sabe-se, de acordo com a equipe técnica, que o acusado não admitiu ter praticado a violência/abuso sexual contra a criança, porém ele foi denunciado e há um processo que corre, aguardando seu encerramento pela autoridade competente, com condenação ou remissão. Por este motivo é que nos referimos ao fato nesta pesquisa como o suposto abuso, o suposto agressor, tal qual como a equipe se refere.

paternas. Marta por sua vez, alega não querer que a filha cresça com essa conduta e se diz preparada para romper esse ciclo.

Marta tem mais dois filhos, Miguel de dois anos e Bruno de um ano de idade; ambos frequentam o centro de educação infantil em período integral. Residem em uma casa nos fundos da casa da genitora de Marta e sobrevivem da ajuda desta, assim como dos programas assistenciais. Atualmente, Marta não trabalha e não estuda, alega dificuldades para conseguir emprego.

Durante o processo de acolhimento de Carla, houve quatro audiências concentradas, nas quais toda a rede de proteção participou com o objetivo de avaliar a situação da criança e a possibilidade do seu desacolhimento. Num primeiro momento, foi concedida a autorização para que a mãe realizasse visitas à criança na instituição. A avó materna e os irmãos também participavam de algumas dessas visitas.

O plano elaborado com esta família foi de melhorar as condições de higiene da moradia, orientações acerca da saúde da mulher e sexualidade, educação financeira, educação sem violência, regras e limites e a necessidade de resolução dos conflitos intergeracionais existentes na dinâmica familiar. A rede de proteção, composta pela Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária, Secretaria de Obras, Secretária de Educação, Secretária de Assistência Social e equipe técnica da casa lar, acompanhou a família desde o início do acolhimento.

Carla foi avaliada pelo neuropediatra assim que chegou à instituição, pois apresentava um comportamento agressivo, se mostrava agitada, com mudanças bruscas de humor e, em seu processo de raiva, quebrava os objetos e mobília da instituição. Não adere a regras e limites, tem baixa tolerância a frustração e tal comportamento dificulta seu relacionamento com pessoas no contexto escolar e na própria instituição, causando por vezes seu isolamento.

De acordo com a avaliação do neuropediatra, Carla tem transtorno de conduta grave, transtorno de humor e transtorno afetivo bipolar, fazendo referência também ao transtorno de Oposição Desafiante, além de um déficit cognitivo. Atualmente, a criança faz uso de Risperidona e Aripiprazol,³ porém até o momento não foi observada uma melhora significativa, ou seja, a criança ainda apresenta comportamentos agressivos e outros já citados.

³ Aripiprazol é indicado para tratamento de Esquizofrenia, transtorno bipolar tipo 1 e terapia adjuntiva (Bula do medicamento, 2018).

A criança está inserida no contexto escolar no Ensino Fundamental 1º ano e, no contra turno escolar, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Além dos profissionais da casa lar, Carla faz acompanhamento com o neuropediatra e psiquiatra, ambos com especialidade na infância, além de acompanhamento fonoaudiólogo por apresentar dificuldade em se comunicar de forma clara.

Com o andamento do trabalho, algumas mudanças foram observadas e a criança, que já recebia a visita da família na instituição, recebeu o direito de passar o final de semana sem pernoites na casa da mãe e, uma vez na semana, tinha a permissão de ir à igreja com ela. No entanto, Carla perdeu o direito de ir à igreja, uma vez que sua mãe não foi fiel ao compromisso: muitas vezes deixava de buscar a criança para tal compromisso, gerando nela sofrimento emocional.

As visitas à casa materna também terminaram por ser proibidas, pois, durante uma delas, Carla foi para longe de casa, quando um casal a encontrou andando de bicicleta e pedindo comida nas casas. Eles acionaram a equipe da casa lar; ao entregar a criança em sua casa, a mãe nem havia percebido sua ausência. Em outra ocasião, ao retornar de uma das visitas, a criança estava com a face machucada por agressões que havia sofrido. Durante o período em que Carla visitava a família, era possível notar alterações comportamentais após o retorno, como maior agressividade, utilização de palavras de baixo calão e maior intolerância ao ser contrariada. É apontada no prontuário a nítida desestabilidade emocional e o retrocesso que este contato com a família provocava na criança. Marta perdeu o direito de ter a filha no contexto de sua residência, voltando a poder visitá-la apenas na instituição.

É relatado que Carla demonstra satisfação e felicidade com a chegada da mãe e dos irmãos. A criança aguarda ansiosa pela chegada da família, que também demonstra alegria em vê-la. Foi observado que, durante os contatos, a genitora induz de forma a filha ao ponto de ela reproduzir o discurso induzido, fazendo cobranças à equipe técnica, e muitas vezes omitindo informações que poderiam prejudicar a mãe a pedido desta. Todavia, ao guardar esses segredos, a criança vivencia um conflito emocional, pois já possui o entendimento que tal ação é errada. Diante disso, as visitas da genitora à filha permanecem acontecendo apenas na instituição, porém com o acompanhamento da equipe técnica e conselho tutelar.

Quanto aos motivos que levaram Carla ao seu acolhimento e a sua permanência até hoje na instituição, Marta entende que foi pelo motivo de suspeita de abuso sexual e reconhece a sua negligência em alguns pontos da criação da filha. Porém, não acredita

que seu antigo companheiro possa ter abusado de sua filha e que, se ela soubesse, não permitiria. No entanto, foi-lhe explicado sobre outras formas de abuso, como a exposição da criança a situações íntimas de adultos, como tomar banho a dois e o uso de palavras indevidas de teor sexual. É mencionado que Carla apresenta uma sexualidade precoce, o que pode ser indicativo de que tenha presenciado relações sexuais. Sobre isto, a genitora alega que, caso a filha tenha presenciado algo do tipo, foi sem que ela soubesse. Marta confessa que sempre expôs a filha às brigas conjugais e que já teria, inclusive, esfaqueado o seu antigo companheiro na presença da filha.

Em relação ao suposto abusador de Carla, Marta não apresenta mudanças, permanece mantendo relacionamento afetivo com ele e o defende das acusações envolvendo a filha. Está anotado em relatório que isto impossibilita a garantia de que a criança não será exposta novamente a situação de risco, considerando a incapacidade que a genitora apresenta em aceitar as circunstâncias.

Foi avaliado que não houve mudanças significativas no ambiente familiar que possibilitasse Carla a retornar ao convívio familiar. Sendo assim, foi realizada a busca por familiares extensos e, posteriormente, estudos em tais residências para sondar a possibilidade de inserção da criança. Tais estudos foram favoráveis a sua inserção na família paterna de Carla e esta recebeu autorização judicial para passar o período de férias escolares de julho, que foram prorrogados por mais quatro meses, como período adaptativo naquele local e com acompanhamento da equipe da cidade em que residem.

4.1.4 A história de Fernando

Nasceu em 01/03/2009 (09anos) no município de Londrina. Fernando não conhece seu pai. Quando nasceu, sua mãe, Carmem, alegou sua paternidade para um senhor da cidade quem, mediante exame de DNA, comprovou não ser o pai do menino. Foi realizado um segundo exame com outro homem do mesmo município, que também se apresentou negativo. Atualmente, Carmem alega que Fernando é filho de um outro senhor, mas o exame de paternidade ainda não foi feito para que pudesse ser comprovado.

Os motivos alegados para a retirada de Fernando do convívio familiar, de acordo com a Guia de Acolhimento, foram abusos físicos e psicológicos contra ele. Fernando foi agredido fisicamente pela mãe, que, segundo relato do conselho tutelar, estava sob efeito de bebida alcoólica. O solicitante do acolhimento institucional foi o Conselho

Tutelar, de forma excepcional. A criança se encontrava em sua residência com marcas de agressões pelo corpo.

Fernando ficou institucionalizado por duas vezes na casa lar. A primeira vez foi em 10/03/2015, aos seis anos, quando ele foi encontrado pelo conselho tutelar do município a altas horas da noite em companhia de estranhos. Na ocasião, o Conselho relatou que já havia recebido várias denúncias que Carmem frequentava bares e era usuária de drogas e, assim, colocava o filho em situação de risco. O Conselho avaliou a situação como de caráter excepcional, levando-o até a instituição. O poder judiciário, em seguida, determinou a permanência da criança na instituição, onde ela permaneceu até 15/06/2016, quando foi desacolhido.

No primeiro acolhimento, o comportamento de Fernando se comportava de forma agressiva, não respeitava regras e limites, agredia verbalmente e fisicamente as outras crianças da instituição, assim como os adultos que faziam parte dela. Havia também muitas reclamações no contexto escolar, tanto pela agressividade e agitação como pela dificuldade de aprendizagem. Fernando passou a ser acompanhado, além da equipe profissional da casa lar, por médico neurologista, sendo avaliado e medicado com Risperidona⁴, que o auxiliaria em relação aos rompantes de agressividade, e Ritalina⁵, para auxiliar na aprendizagem, assim como sua inserção em sala especial. Esse acompanhamento neurológico contribuiu para um bom desenvolvimento dele, uma vez que teve melhora significativa no contexto escolar e diminuição dos rompantes de agressividade, segundo relatórios da rede de proteção que o acompanhou.

Foi verificada a existência de familiares extensos que pudessem se responsabilizar pelos cuidados de Fernando, caso não fosse possível seu retorno ao convívio com a genitora. Carmem tem irmãos no município de Londrina; ela não costumava falar deles e se recusava a disponibilizar seus contatos, alegando vivenciar conflitos com seus familiares e não abrir mão de Fernando. Contudo, ela forneceu os meios de contato com seus irmãos, os quais foram acionados via telefone pela Secretária de Assistência Social, mas, na ocasião, se negaram a ajudar em relação aos cuidados da criança. Sobre tal negação, a família relatou a dificuldade de convivência com Carmem e do mau comportamento de Fernando, além de estarem passando por

⁴ Risperidona é usada para o tratamento irritabilidade associada ao transtorno autista, em crianças e adolescentes, incluindo desde sintomas de agressividade até outros, como autoagressão deliberada, crises de raiva e angústia e mudança rápida de humor. (Bula do medicamento 2018).

⁵ Ritalina é indicado para pacientes com Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade – TDAH. (Bula do Medicamento, 2018).

situação financeira crítica. Ainda, sua irmã alegou já cuidar dos dois filhos de Carmem, adolescentes. Sendo apenas estes os familiares de Carmem, foram esgotadas as possibilidades de inserção de Fernando em sua família extensa. Não obstante, foi realizado um trabalho de fortalecimento de vínculos da criança com seus irmãos, que gerou alegria a Fernando, que até então tinha a mãe e seus parceiros como as únicas figuras familiares.

Com o trabalho executado, pôde-se proporcionar à criança o direito de passar os finais de semana com pernoite em sua residência. Posteriormente, com o bom andamento da convivência entre eles, Fernando ficando a salvo de situações de risco e a adesão da Sra. Carmem ao tratamento para dependência do álcool, assiduidade em grupos de apoio as famílias em situações de vulnerabilidades financeiras e sua inserção no mercado de trabalho formal como servidora pública, obtiveram-se bons resultados gerando assim o desacolhimento de Fernando.

Novo acolhimento aconteceu sete meses depois, em 21/01/2017, quando Fernando contava oito anos de idade, motivado por violência contra sua integridade física e emocional. Segundo relato do Conselho Tutelar, que participou da ocorrência, a mãe aparentemente estava sob efeito de bebida alcoólica e o teria agredido por tê-la desobedecido. Na ocasião Fernando foi encaminhado para avaliação médica e foram constatadas marcas de agressão física pelo seu corpo. O Conselho entendeu a situação como medida excepcional e o encaminhou novamente para instituição Casa Lar Amarela. O poder judiciário, em seguida, determinou a permanência da criança na instituição. Foi desacolhido no dia 10/11/2017, permanecendo em acompanhamento pela instituição até o momento.

No início do novo processo de acolhimento, a criança demonstrava muita tristeza por estar novamente na instituição e pelas agressões sofridas. Apresentava maior controle de sua agressividade, conseguia melhores resultados no contexto educacional, tendo como queixa apenas a forma desafiadora de tratar os adultos e de não aderir às regras, tanto da escola quanto da casa lar.

A mãe de Fernando teve autorização para realizar visitas ao filho no contexto institucional. Como parte do PIA, Carmem foi encaminhada a programas de apoio ao enfrentamento do uso de bebida alcoólica, recebeu orientações sobre as questões de higiene pessoal e do ambiente doméstico, necessidade do cuidado com a saúde física e emocional, sendo diretamente encaminhada para área da saúde e especificamente para o setor de psicologia e psiquiatria, assim como para a Secretária de Assistência Social

para auxiliá-la nas questões financeiras e orientações sobre a busca por emprego fixo. Todas essas pontuações elencadas acima objetivaram traçar um possível plano de atendimento para a família de origem, seguindo assim a orientações prescrita no ECA ao proporcionar em um primeiro momento o retorno da criança a esta família.

Carmem demonstrou arrependimento e sofrimento por ter agredido fisicamente o filho, justificando que se utilizou da agressão como forma de correção ao filho. Demonstrou compreender também que, se não estivesse sob o efeito de bebida alcoólica, talvez teria tido outra reação, verificando-se assim uma satisfatória reflexão sobre a situação de risco a que expôs o filho. Mesmo diante da agressão ocorrida, a relação mãe e filho permaneceu fortalecida. Durante as visitas, havia manifestação de carinho e a criança sempre solicitava seu retorno ao lar. As visitas permaneceram positivas e, assim, a criança passou a ter autorização para pernoites na casa de Carmem, fato acompanhado pela rede de proteção. Após esse período de visitas e as melhoras significativas da genitora e da relação entre eles, Fernando foi desacolhido no dia 10/11/2017. Todavia, ainda não está desvinculado da instituição, pois tem o acompanhamento da equipe pelo período de seis meses, quando será agendada nova audiência para avaliar a situação e, se tudo correr bem, haverá o arquivamento do processo.

Outras informações constantes no processo de acolhimento de Fernando dão conta de que Carmem estava com trinta e cinco anos na época em que engravidou de Fernando. Na ocasião, estava namorando, mas manteve relações sexuais com outras pessoas, o que acabou gerando a necessidade do teste paternidade, que veio a ser negativo para o namorado, gerando assim a incerteza de quem é o pai de Fernando. Atualmente a genitora relata ter certeza de que o genitor da criança é uma determinada pessoa, mas até o momento não se obteve comprovação por meio de teste genético feito em laboratório. Em relação a este fato, a criança não tem contato de proximidade com este homem, apenas o conhece e sabe da versão contada pela mãe. O suposto genitor também sabe desta versão, mas alega não ser o pai de Fernando.

A genitora, antes de residir na cidade, morava com a família, composta de mãe e irmãos, no município de Londrina, também localizado no norte do Paraná, onde teve seus outros dois filhos. Segundo ela, por se envolver com uso de bebida alcoólica e de substâncias psicoativas, assim como manter envolvimento com o tráfico de droga, a família teve resistências em conviver com ela e seus filhos acabaram sendo criados pela família devido a vida inquieta de Carmem. Posteriormente ao falecimento de sua mãe,

Carmem alega ter ficado emocionalmente em sofrimento, não conseguindo conviver mais com seus irmãos e passou a morar em outras cidades até se estabelecer na em que vive atualmente. Continuou envolvida com o tráfico de drogas, vindo a cometer infração penal, e atualmente ainda cumpre prestação de serviço comunitário como forma de pagar pelo delito cometido.

Sobre os motivos que levaram Fernando ao seu primeiro acolhimento, a genitora alega não deixar seu filho abandonado. Afirma que ele apenas gosta de andar de bicicleta pela rua. Quanto ao segundo acolhimento, ela reconheceu sua responsabilidade no ato cometido.

As relações afetivas de Carmem geralmente ocorrem com certa rotatividade, ela se utiliza de muitas destas relações como forma de suprir suas necessidades financeiras. No entanto, isso tem diminuído, pois a genitora passou em um concurso público para prestar serviços como gari no município e tem conseguido administrar melhor sua vida financeira. Fernando, por sua vez, percebe os parceiros de sua mãe como figuras paternas até mesmo verbaliza quem é o pai dele.

Desde que Fernando foi desacolhido pela segunda vez, vem-se observando melhora na dinâmica da relação mãe e filho, mãe e filho com os familiares extensos, mãe e filho e amigos de ambos, ou seja, foram agregadas a esta família figuras que auxiliaram na qualidade de vida da criança, aumentando sua diversidade de relações saudáveis.

Carmem está conseguindo modificar suas formas de correção dos comportamentos do filho, visando deixá-lo a salvo de situações de risco e contextos não adequados para ele. A dificuldade que se apresenta é quanto à necessidade de manter a administração correta dos medicamentos prescritos a Fernando, em relação a dosagem e horários. Todavia, a adaptação do retorno está atingindo o esperado; a equipe da instituição permanece com o trabalho de orientação, visitas domiciliares e escolares, acolhimento psicossocial das necessidades trazidas pela genitora, e a criança também permanece em acompanhamento psicológico.

Em síntese, os dados extraídos dos prontuários das crianças mostram que elas são de famílias com muitas dificuldades financeiras para se manterem. O ambiente doméstico é apontado como precário, desorganizado, sujo, não adequado para o desenvolvimento das crianças. A dinâmica familiar é marcada por violência física, psicológica e verbal, seja ela conjugal ou voltada para a criança acolhida, sendo que em um dos casos há suspeita de abuso sexual contra a criança. São famílias monoparentais,

em que a mãe é a única responsável pelos filhos, mesmo quando estão em algum relacionamento com outros parceiros. Observou-se também no contexto familiar o abuso de álcool e outras drogas e o envolvimento em crime e tráfico de drogas. A negligência nos cuidados às crianças foi enfatizada, como falta de alimentação, sua exposição à vivência na rua e às intempéries.

4.2 As vivências das crianças na casa lar

A partir dos dados coletados durante as observações e atividades com os participantes da pesquisa, conforme já apresentado e descrito no capítulo anterior sobre o método, chegamos a algumas unidades de significado que, do nosso ponto de vista, expressam aspectos da experiência da criança em processo de acolhimento institucional. Chegamos a três unidades de significado, as quais denominamos: Motivos do acolhimento, A família e O lar e a casa lar.

4.2.1 *Motivos do acolhimento*

As crianças, em certos momentos, principalmente no atendimento psicológico, verbalizaram, o motivo pelos quais estavam acolhidas. Nem sempre esses motivos coincidiam com o que colhemos nos relatórios, o que nos indica que às crianças não eram bem explicadas as razões pelas quais foram acolhidas e/ou elas não apreendiam de todo a informação. No entanto, elas percebem que estão de alguma forma em risco, principalmente as meninas deste estudo que estiveram expostas à violência.

Para Fernando, o motivo que o levou para a casa lar foi seu mau comportamento, especificamente sua desobediência às regras do contexto familiar e escolar. Na ocasião de seu acolhimento, havia muitas queixas escolares sobre a forma agressiva com que se comportava. Sobre seu segundo acolhimento, em relação ao qual ainda estava sendo acompanhado pela equipe da casa lar, Fernando relata que “... fui pra casa lar por que eu estava desobedecendo, ela [a mãe] me bateu de fio, mas eu desobedeci”, e se lembra de seu primeiro acolhimento ao mencionar que “... a primeira vez foi porque eu peguei o cavalo do homem, e eu estava sozinho na rua, desobedeci a mãe”. Para ele sobressaiu como motivo o seu comportamento de desobedecer a mãe.

A percepção sobre seu comportamento de desobedecer foi marcante durante todo o período da coleta de dados. Observamos ele se referir ao fato de não obedecer a mãe e as cuidadoras em vários momentos, sendo que, no acompanhamento que ainda fazemos nesse período recente do desacolhimento, ele mencionou que ainda desobedece

a mãe. Perguntamos o que ele entendia por obedecer, ao que respondeu: “... é respeitar, obedecer minha mãe, e eu não gostava que ficava falando na minha cabeça”. Ele alegou que os profissionais falavam muito com ele nos seguintes termos: “... desce daí, fica quieto, não faz bagunça”. Perguntamos por que ele achava que tinha esse comportamento, e a resposta foi: “... não sei tia Lê, só sei que quero ficar com minha mãe, eu só desobedeço minha mãe, não faço mais nada do que fazia na casa lar”.

Carla, por sua vez, ao responder a pergunta se ela sabia por que estava na casa lar, nos responde: “... porque eu ficava na rua, e o Chico Bebo lá”⁶. Em outro momento ela diz: “... não posso voltar para casa porque o Chico Bebo tá lá”.

Ana respondeu à mesma pergunta dizendo que não sabe porque estava na instituição, porém, sendo solicitada a dizer o que ela achava ter acontecido para estar lá, ela diz: “... o homem que ela [a mãe] arrumou” ... “Porque ele batia nela”. Percebemos que Ana reconhece as agressões que sua mãe sofre de seu companheiro, uma vez que esta ainda mantém o relacionamento com o seu agressor; contudo, Ana não se reconhece em uma situação de risco e o porquê de estar na casa lar.

Bruno entende que foi acolhido porque disse ao conselheiro “... estava sozinho em casa e falei que não tinha comido, ainda”. Ao ser questionado se explicaram para ele por que estava sendo retirado de sua mãe, ele responde: “... que eu vou ficar em uma casa até meu pai me buscar”.

4.2.2 A Família

Fernando sempre demonstrou em suas falas afetividade por sua mãe, expressando o desejo de não querer se separar dela. Ele diz que o que mais gosta nela é “... amor, carinho, bondade, ela é muito legal”. Sobre os cuidados dela para com ele, Fernando descreve que sua mãe “cuida muito, é carinhosa”. Ele não possui contato com seus familiares extensos, existindo a negação por partes deles em auxiliar financeiramente e afetivamente a sua mãe e a ele próprio.

Na maioria das vezes, Fernando se refere à mãe mais por aquilo que ela faz para ele em termos de demonstração de afeto do que pelos bens materiais que ela supre. Fato significativo de ressaltar, pois sua genitora, antes do acompanhamento da rede, não conseguia impor limites ao filho, o que era preocupante, pois Fernando conseguia ter tudo que almejava. A mãe comprou-lhe uma bicicleta e até um cavalo e outros objetos

⁶ Companheiro da mãe e possível abusador de Carla. “Bebo” é em referência a ele estar frequentemente bêbado.

que ela sempre se esforçava para obter e atender o que ele desejava, tendo ou não condições financeiras para isso, sendo essa situação amenizada com as orientações da equipe. Diante disto, fica notório que Fernando, após o desacolhimento, quando voltou a residir com a mãe, passou a vivenciar outras formas de carinho que não só a recompensa material.

Ana relata que, antes de vir à instituição, residia com sua genitora, “... morava com a mãe, depois ela arrumou um homem que batia nela”. Alega que o padrasto não a machucava, só quando ela defendia a mãe. Quando perguntamos sobre seu pai, Ana respondeu: “... meu pai é mais bravo, mora em outra cidade, não mora junto com a mamãe”. Em relação à figura materna, Ana disse que sua mãe “... é legal, eu gosto do cabelo dela”, e que não são parecidas: “... ela tem o cabelo preto, é diferente do meu, o meu é mais cacheado do que o dela”, e alegou que se parece com seu pai.

Relatou que morou pouco tempo com sua mãe e seu pai juntos e que, após a separação deles, passou a morar com a mãe e os irmãos. De acordo com ela, um irmão atualmente reside com uma família que ela não conhece, tem uma irmã que reside sozinha em outro município e conheceu um irmão que também se encontra acolhido na mesma instituição que ela. Ana relata que sua mãe passou a namorar, porém seu namorado só ia à noite na casa, tendo ela que ficar algumas vezes no lado de fora da residência. Sobre o namorado atual de sua mãe, forma como ela o denomina, Ana alega que não pode ficar morando com sua mãe enquanto ele estiver lá “... porque ele bebe”. Aparentemente, Ana percebe a alteração no comportamento dele, quando ele se encontra sob o efeito de bebida alcoólica, motivo que também gera as agressões. Ana afirma que as agressões são dirigidas apenas à sua mãe, “... ele não briga comigo, ele brigou só com minha mãe, aí tem vez que ele dá dinheiro pra minha mãe e ela compra as coisas”.

Em relação aos irmãos, Ana não tinha noção da existência de um deles, vindo a conhecê-lo na instituição, fato que foi trabalhado pela equipe, proporcionando o fortalecimento de vínculos entre eles. Algo que entendemos ser relevante foi sua curiosidade ao perguntar-nos: “Você é mãe?” Diante da negação observou: “... você parece ser mãe”. Percebemos que esse seu interesse pela vida da pesquisadora foi uma tentativa de Ana se vincular e compreender nosso interesse em estudar sua história de vida naquele local.

Ao iniciar um desenho da família, Bruno alegou não saber desenhar e perguntou: “Posso fazer de pauzinho?” Da forma que você quiser, lhe dissemos. Ao se sentir

autorizado Bruno começa a desenhar e verbaliza: “Essa primeira pessoa vai ser minha mãe”, e continuou desenhando: “... meu pai, minha vó”. Questionado se havia mais pessoas em sua família, ele afirma que tem muito mais.

No momento da coleta de dados Bruno estava vivenciando a chegada de seu pai que viria buscá-lo para morar com ele e sua família (esposa e enteada). De acordo com informações obtidas nos relatórios do Conselho Tutelar, ambos têm pouco contato. Ao elaborar outro desenho, ele iniciou verbalizando “... eu sou esse e meu pai é esse”. O que vocês estão fazendo?, perguntamos. “Nada”. E o que vocês gostariam de fazer?, continuamos. “Jogar vídeo game”, e acrescenta: “... tia, eu vou ter o mesmo cabelo do meu pai”. Bruno, ao desenhar-se com o pai, os fez de forma muito semelhante, e ao sugerir outras brincadeiras para eles fazerem juntos, ele disse: “... então eu vou desenhar uma bola, a gente tem que fazer outras coisas aqui na casa, só tem um controle [de vídeo game]”. Deste desenho, o que pode ser ressaltado é que a bola está no pé do pai, do lado oposto de onde se desenhou. Foi-lhe sugerido que também se desenhasse com a mãe. Ele começou, alegou estar cansado e, ao terminar, fala: “... não estamos fazendo nada, ah, estamos jogando bola também”, porém não desenhou a bola, como havia feito no desenho anterior. Neste desenho, Bruno se desenhou direcionado para um lado e desenhou sua mãe em direção contrária.

Em relação a Carla, num dos atendimentos, quando estávamos abordando a família de origem, perguntamos-lhe como era sua vida no período em que estava com sua mãe. Ela fica reticente e fala do pai, diz que ele está morando em Minas Gerais: “... meu pai está preso” e prossegue relatando sobre outras figuras que compõem sua família extensa: “... meu outro vô morreu”, referindo-se a seu avô materno. Ela faz uma relação de seus familiares dizendo que tem “*tia, vó, duas, a vó Cecília e a vó Joana*”. Nota-se que ela menciona a avó materna, Cecília, a tia e avó paternas, que moram em Minas Gerais.

Como Carla não mencionou sua mãe, para tentar obter mais informações sobre sua percepção da mãe, perguntamos o que elas faziam quando moravam juntas. Ela prontamente respondeu: “... comia”. E o que mais?, perguntamos: “... mais nada”. E com os irmãos, o que vocês faziam?, prosseguimos perguntando, ao que Carla responde: “... batia nele, mordida, ele mordida eu e eu dei um tapa na boca dele, aí saiu sangue”, relatando tal situação ocorrida com seu irmão Miguel de dois anos de idade. Como você se sente quando sua mãe, sua avó e seus irmãos vêm te visitar?, continuamos a

conversa. Carla diz que se sente “feliz”. E, continuamos: como você acha que sua mãe se sente? Carla gesticula os ombros sinalizando não saber.

É importante ressaltar que, ao se iniciar o trabalho de fortalecimento de vínculos com sua família extensa, que reside de Minas Gérias, Carla passa a conhecer os parentes da família paterna, como os primos, avó e tia. E é fato perceptível que ela começa a incluí-los em suas falas e desenhos, assim como no dia a dia da instituição. Essa aproximação, feita por telefone, com envio de áudios e chamada de vídeo pelo aplicativo Whatsapp, assim como postagem de fotos, gerou a possibilidade de Carla sair da instituição e, por consequência, conhecer seu pai, que se encontra em privação de liberdade no estado de seus familiares.

Devido a sua audiência estar marcada para dia muito próximo, Carla menciona a possibilidade de seu desacolhimento e ida para sua família extensa, em Minas Gerais: “... eu quero ir com minha mãe, porque eu ontem liguei pra minha mãe e minha vó estava chorando, e falou pra eu não ir embora não”. Quando perguntado sobre o que a avó falou, ela disse: “Vai pra lá não, fia, vai ficar muito longe, difícil de ver você”. Explicamos-lhe como ficaria a relação com sua família de origem caso ela fosse para Minas Gerais, ou seja, Carla passaria a ter contato com sua genitora apenas por telefone, com a supervisão de um adulto, e postagem de fotos. Carla, então solicitou que fosse dito para a juíza permitir que ela fosse para a casa de seus familiares extensos, pois “... na vó Joana o Chico Bebo não vai entrar”.

Frente a isso, ela se percebe ora numa família, ora noutra, ora em nenhuma delas, e ela manifesta o desejo de que sua mãe pudesse se mudar para Minas com ela. Isso aparece numa atividade em que lhe foi pedido para desenhar sua família. Carla inicia o desenho verbalizando: “... uma grama, agora eu vou fazer minha mãe”. Depois, desenha outras figuras e ao lhe ser perguntado quem são, ela faz outra pergunta: “Adivinha?” E resolve dizer: “... é minha vó Cecília, esse é Bruno e esse você sabe, tia Lê, é o Miguel.” Perguntamos se aquelas pessoas são sua família, ao que ela responde que sim. Perguntamos onde elas moram e ela responde: “lá em Minas”. Perguntamos novamente: “Eles moram onde?”, e ela diz: “... não, tia Lê, eles moram aqui pertinho.”

Solicitamos-lhe, então, que desenhasse a família de Minas. Carla começou o desenho verbalizando: “... a grama, vou desenhar minha tia, não sei desenhar meu pai, vó Joana”. No desenho das duas famílias Carla não se desenhou em nenhuma; fizemos esta observação a ela e lhe indagamos onde ela estava. Carla disse: “aqui”, apontando para fora da sala de atendimento, demonstrando estar se referindo à casa lar, talvez

respondendo literalmente sobre onde ela estava. Aqui?, provocamos, ao que ela responde: “... aqui não, é lá Minas”. A sua família é de Minas? Carla balançou a cabeça afirmativamente e nos pergunta: “O que você acha?”. Parece-nos que diante de seu futuro ainda incerto, dependendo da audiência que virá muito em breve, ela nos requisita uma resposta que alivie sua angústia. Pontuamos que, em atendimentos anteriores, ela havia comentado querer ir para Minas Gerais morar com sua família paterna; ela balança a cabeça afirmativamente. Perguntamos se ela gostaria de ir morar com os familiares de Minas, ao que ela permanece em silêncio e depois gesticula os ombros. Com esse gesto, ela sinaliza não saber responder ou que está indiferente? Perguntamos: o que você gostaria que acontecesse? Ela responde: “minha mãe ir junto”. Devolvemos a afirmativa em forma de pergunta: sua mãe ir junto para Minas? Carla balança a cabeça como que sim. E se isso não for possível?, indagamos. Carla fica em silêncio.

Nesta unidade de significado observamos que Fernando tem um bom vínculo com sua mãe, demonstrando gostar de estar em sua companhia, referindo-se a ela como carinhosa. Nas outras crianças observamos que a ambiguidade entre o gostar e o não gostar dela apareceu de forma importante, principalmente em Carla. As crianças, com exceção de Fernando, vivenciam o desejo de estar com a mãe, de voltarem para suas famílias, mas entendem que, de alguma forma, correm risco físico e psicológico sob a responsabilidade delas, seja por causa delas mesmas ou de seus parceiros. Carla e Ana percebem claramente esta situação e diante da possibilidade de ser colocada na sua família extensa, Carla sofre, pois ao mesmo tempo que quer retornar ao convívio de sua família, também deseja o acolhimento na família extensa para se sentir protegida. E no caso dessas meninas, o acolhimento já é de longa data, chegando quase ao máximo de dois anos referidos pelo ECA.

Nesta pesquisa, podemos observar o longo período em que as crianças se encontram institucionalizadas e quão angustiante é para elas vivenciar o agora na casa lar, a falta de pertencimento, a incerteza do futuro, o contato restrito com os familiares. Elas vivem rupturas que são elementos importantes na experiência dessas crianças, conforme observaram também Tinoco e Franco (2011).

4.2.3 O lar e a casa lar

Numa atividade que estávamos desenvolvendo com Fernando perguntamos o que é a casa lar para ele. Prontamente, ele diz: “é ruim”. Diante de tal resposta lhe

indagamos o que a casa lar tinha de ruim, e ele responde: “... porque eu não podia ver minha mãe, só dia de domingo.” Continuamos a falar sobre o que ele não gostava na casa lar e ele volta a dizer “... eu não gostava porque lá era muito ruim”. Assinalamos que ele tinha nos dito que da sua mãe ele recebe carinho, amor. Perguntamos se ele recebia carinho na casa lar, ao que ele afirmou: “lá eu não tinha nada”.

Indagamos se as pessoas da casa lar cuidavam dele, e ele afirmou: “... cuidava tia Lê”. Te davam carinho?, insistimos. “Dava”. E o carinho era parecido com o que a sua mãe te dava? “Não, da mamãe é mais carinho”. Nesse assunto, perguntamos sobre qual demonstração de carinho ele mais gosta, ao que respondeu: “cafuné”. Quem faz cafuné em você na casa lar?: “... a tia Lê”. É igual ao que a mamãe faz?: “... não, mas é bom”.

Para melhor compreensão de sua percepção da casa lar, lhe pedimos que a desenhasse. Diante de tal solicitação Fernando verbalizou: “ai, que difícil”, e observamos que iniciou certa agitação na cadeira, balançando a cabeça em sinal de negação e permaneceu olhando para o papel em silêncio. Durante a execução do desenho, balbuciava “aqui”, “esse é aqui”, nos dando a impressão de que estava recordando como era a instituição, principalmente os detalhes. Dizia: “... vou fazer ela pequena e com os muros bem altos, tia Lê”. Ao terminar, passou a nos explicar o que era cada elemento do desenho: “Aqui é a cerca elétrica, pra ninguém escapar, a casa lar é bem fechada! Ainda tem a cerca?” Dissemos que ainda existia a cerca elétrica na instituição e ele, por sua vez, quis saber se ela estava funcionando, se já havia sido arrumada. Vale ressaltar que, recentemente, em seu último processo de acolhimento, Fernando presenciou a cerca elétrica com defeito, devido a um outro acolhido ter jogado uma bola em direção à cerca, danificando-a. Ao ser recordado de tal fato, Fernando alegou que faziam isso para facilitar o acesso de fuga deles. Na ocasião existiam alguns adolescentes acolhidos que fugiram da instituição, sendo localizados em seguida e entregues novamente à instituição. Fernando verbaliza: “Pra fugir, eu não consegui”, fala que causou-nos espanto, pois durante seu acolhimento nunca havia sido observado seu desejo ou intenção de fuga. Dissemos isso a ele, ao que respondeu: “... eu não cheguei a tentar”.

Explicamos a Fernando sobre o objetivo da casa lar, principalmente seu objetivo de ser um ambiente protetivo àqueles que precisam, e indagamos se diante disto havia a necessidade de fugir. Ele, então, alegou: “Não, mas o Marcos fugiu, só não fui porque eu não queria voltar pra cá ou ir embora pra outra cidade igual o Lucas”. Fernando, ao

se referir ao que aconteceu a Lucas, nos faz pensar como as crianças precisam que lhes sejam dadas informações sobre seu processo de acolhimento e as decisões que os envolvem, seja em relação à casa lar, seja em relação aos outros acolhidos. Dizemos isso, porque Lucas não foi transferido por ter tentado fugir, e sim, por sua família de origem e família extensa serem de outro município, o que justificou sua transferência, ou seja, sua mudança foi por uma questão de território e não punição comportamental. Diante da incompreensão dos motivos que levaram Lucas a ser transferido para outra instituição, demos uma breve explicação e Fernando fez uma associação com sua situação familiar, pois reconheceu que sua família extensa reside em outro município e que ele também poderia ser transferido, seja para sua família diretamente ou para outra instituição naquela cidade. Feita essa observação, Fernando alegou que iria se comportar para permanecer junto a sua mãe: “... não quero me separar dela não, aquele povo não presta, minha mãe não gosta deles”. A família extensa de Fernando, durante o período de seu acolhimento, não aceitou se responsabilizar por ele, para que pudesse ser desacolhido, o que gerou revolta em sua mãe. Todavia, esses vínculos familiares já eram conflituosos antes mesmo do processo, sendo acentuado pela situação de Fernando, que, por sua vez, reproduz o discurso da mãe em relação aos familiares.

A percepção de Fernando em relação à casa lar é que esta se assemelha a uma prisão. Ambiente pequeno, com muros altos, cerca elétrica que impede possíveis tentativas de fuga. Existe o desejo de fuga do lugar sentido como inóspito, mas a compreensão de que, após a fuga, será procurado e terá que voltar para o mesmo lugar ou de que poderá ser transferido para longe de sua mãe o amedronta. Isso pode estar relacionado ao sentimento que a casa em si provoca, concomitantemente às falas dos adultos do convívio da criança sobre a instituição. O que é certo é que Fernando, em seu processo de acolhimento, teve essa percepção da casa lar e viveu nela com esses sentimentos, isto é, possivelmente se sentiu um prisioneiro, alguém perigoso que não poderia sair daquele lugar, o que possivelmente corroborava seu comportamento agressivo para com as pessoas da instituição.

Quando terminamos de conversar sobre o desenho da casa lar lhe perguntamos se não gostaria de desenhar sua casa, e Fernando prontamente começou a tracejar. O desenho foi feito com régua para traçar as paredes e o telhado, fez porta e muitas janelas, e o elaborou de uma forma bem colorida, diferentemente do desenho da casa lar, no qual só usou o lápis preto. Escreveu seu nome na folha e mencionou que “*esta*

casa é mais legal que a outra, tia Lê”, referindo-se ao fato de ter se mudado com a mãe para novo endereço e demonstrando empolgação em relação a isso.

Fernando desenhou duas casas com atmosferas totalmente diferentes. A casa pequena com muros altos deu espaço para uma casa sem muros e com várias janelas, elemento não desenhado na casa lar. Os desenhos mostram disposições de humor diferentes: enquanto na casa lar a percepção é de aprisionamento, na sua casa a percepção é de alegria, liberdade e afetividade.

Em momento posterior, foi solicitado que Fernando se desenhasse na casa lar, mas ele se negou a realizar tal desenho e disse: “... não quero voltar pra lá, vou desenhar a Carla⁷ na casa dela e na casa lar”. Elaborou, então, um desenho parecido com o feito anteriormente, com as características de prisão, seguido do desenho da figura de Carla. Depois, em outra folha, desenhou uma casa que alegou ser a casa de Carla. No desenho, Carla está entre as duas casas, aparentemente está mais propensa à casa dela, e diante disso lhe perguntamos onde Carla estava, ao que ele responde: “nas duas casa, tia Lê”. Indagado de que como isso pode ser possível, Fernando diz que não sabe. Perguntamos qual seria o real lugar de Carla e ele afirma: “na casa lar”. Fernando verbaliza tal resposta e ri, justificando que Carla precisa estar na casa lar “... porque ela é bagunceira”. Explicamos-lhe que lá não é um local de castigo e Fernando diz: “... é sim, por que você me pegou?” Esclarecemos que, segundo informações contidas nos relatórios de seu processo, ele havia sido acolhido por ter sofrido uma violência de sua mãe, precisando assim de proteção. A criança, por sua vez, indagou-nos: “... e da primeira vez, foi por que então? Minha mãe não tinha me batido”. Essas indagações demonstram a incompreensão dos motivos que o levaram a ser acolhido, não visualizando seu afastamento como algo protetivo, conseqüentemente não percebendo a casa lar como um local de proteção. Ao ser novamente esclarecido sobre o objetivo protetivo, Fernando verbalizou: “... imagina tia Lê, me deixar preso lá?”

Ao retomarmos o desenho, Fernando reconhece que a família de Carla não está na casa lar e que, por isso, ela teria que ir para casa dela, “... lá tem um monte de lixo, mas a família dela tá lá, né”. Perguntamos se a casa lar não pode ser considerada a casa dela também, e ele diz “... não sei, pode ser a casa dela também”. Direcionamos a mesma indagação para o seu caso, ao que ele responde: “... sim, foi minha casa também.” E mesmo assim você não gostava de lá?, perguntamos: “... não gostava de lá

⁷ Refere-se à Carla, participante desta pesquisa, que está acolhida na mesma casa em que ele esteve.

não, menino, lá era o cão”. Por fim, relatou: “... as outras crianças batiam em mim, eu batia também, lá não era legal.”

Observamos que a possibilidade de voltar para casa lar o assombra. Durante o seu acompanhamento em seu processo de desacolhimento, presenciamos que todas as vezes que Fernando desobedece sua mãe, esta o ameaça dizendo que, ao agir assim, ele vai voltar para casa lar. Ela se utiliza disso como forma de puni-lo por tal comportamento, e ele então passa a se comportar de maneira obediente. Percebe-se então que a mãe também tem uma percepção da casa lar como algo punitivo e se aproveita do medo do filho para exercer controle sobre ele.

Atualmente, na convivência com sua mãe, o que o deixa nervoso, segundo ele comentou, é o fato de sua mãe ficar gritando com ele. Entretanto, ele justifica que é nervoso, teimoso e bagunceiro. Disse também que “... brinco com a mamãe, tem dia que eu obedeço e tem dia que eu fico com ela em casa.”

Assim como Fernando, Carla também manifestou que não gosta da casa lar. Perguntamos a ela: você gosta de ficar aqui na casa lar? “Não”, disse balançando a cabeça. Sendo solicitada que dissesse por que a casa lar era ruim, ela responde: “... porque aqui não...” e interrompe a fala e logo prossegue: “aqui é gostoso, mas...”. Carla interrompe a fala novamente, voltando a responder mediante a pergunta: o que não é gostoso? “Aqui é gostoso, eu tava só brincando”. O que você acha aqui da casa?, voltamos a perguntar e ela responde prontamente: “Eu quero ir embora, tia Lê, na casa da minha mãe, mas o Chico Bebo tá lá, ele é pai do Miguel, meu pai não é Chico Bebo, não.”

Observamos que Carla reconhece o sentimento de que a casa lar é ruim e vivencia o conflito de querer ir morar com sua mãe ou com sua família extensa, como será visto mais adiante. Naquele momento, Carla já compreendia que o motivo de não voltar para a sua mãe era a presença de seu suposto agressor em casa, uma vez que sua mãe não rompeu o vínculo com ele. O fato de sua genitora ainda permanecer com seu agressor não causa em Carla sentimentos negativos em relação a ela, entende isso como impedimento de retornar à convivência materna. Vale ressaltar que a presença dele causa em Carla grande aflição e ela demonstra isso quando o vê passando em frente à instituição, o que acontece com frequência.

Em um dos atendimentos, enquanto Carla fazia um desenho da Pepa (personagem de desenho animado) e conversávamos sobre o que a Pepa tinha de bonito, ela menciona que seu joelho está doendo. Perguntamos o motivo e ela alegou que foi

devido a uma queda de bicicleta, quando foi visitar sua mãe. Todavia, fazia tempo que Carla não ia visitar a mãe na sua residência, então observamos: faz tempo que você caiu, por que seu joelho está doendo só agora? Carla responde: “dói, depois sara, aí volta, depois sara, volta”. Perguntamos quando o joelho ia sarar de vez, ela diz: “dia 24, filha, você sabe, minha audiência. Sua audiência ia ser no dia 24 mesmo. Com esse episódio notamos o quanto Carla estava ansiosa em relação à audiência e ao que seria decidido sobre seu futuro. A referência à dor no joelho falava da dor de não saber o que lhe aconteceria. E essa ansiedade permaneceu até nosso próximo encontro.

Ao ser solicitada que descrevesse a casa lar, Carla se atém aos objetos, dizendo que lá tem “... cama, roupa, macarrão, comida, roupa, macarrão, copo”. Muda bruscamente de assunto ao interromper a descrição que estava fazendo e pergunta-nos sobre o que a juíza havia dito sobre sua situação, se referindo a sua audiência que havia sido realizada naquela semana. Devolvemos-lhe a pergunta: o que você acha que a juíza falou? “Se eu vou pra Minas, ou vou pra casa da minha mãe, será?” O que você quer que a juíza fale?, ao que ela responde: “Carla vai ficar em Minas e eu vou, eu odeio essa casa”...“Vou pra casa da minha vó Joana, o Chico Bebo não vai na casa dela”.

Carla sofre a ambiguidade de querer voltar a morar com a mãe, mas também de querer ir para Minas Gerais, morar com seus familiares paternos, por entender que lá seu agressor não terá acesso. Sendo assim, visualiza a casa de seus familiares como local seguro. Em relação à casa da mãe, tal realidade é oposta, sendo que o ambiente não lhe transmite segurança, tanto pela presença do agressor quanto pelas agressões sofridas pela criança no período em que ficou lá, uma vez que recebeu socos em seu rosto proferidos por sua mãe e puxões de cabelo de sua avó. A casa lar, por sua vez, Carla reconhece que é um local seguro, mas que às vezes tal segurança é ameaçada, pois seu agressor passa em frente a instituição, fato que a deixa assustada.

Numa ocasião em que estávamos conversando enquanto ela fazia um desenho, perguntamos como ela estava e ela disse que estava bem: “... tô bem, tô tomando remédio”. Perguntamos: o que o remédio faz com você?, e ela responde: “... deixa eu calma”. Perguntamos se ela acreditava que estava mais calma, ela responde que não “... eu quebrei a TV, tia Lê, tio Paulo ficou Bravo”. E ao questioná-la de onde vem sua vontade de quebrar as coisas, ela permaneceu um longo período em silêncio continuando a desenhar. Rompeu o silêncio ao dizer: “... você sabe, Chico Bebo”, e me perguntou se poderia contar para sua mãe que ela gostaria de ir morar com sua família de Minas Gerais. Dissemos que sim e lhe recordamos que sua mãe viria visitá-la

naquele dia e que ela poderia contar-lhe. Ao tentarmos conversar um pouco mais sobre seu desejo de ir para Minas e a reação que ela achava que sua mãe teria, Carla pediu para brincar fora da sala de atendimento. Observamos que Carla sofre ao imaginar o que sua mãe poderá sentir ao saber do seu desejo de ir morar com os familiares, em Minas, para se livrar de seu agressor.

Em outro encontro, Carla fez um desenho da casa lar a nosso pedido, desenhando-a tomando toda a folha de papel, o que serviu para introduzir uma conversa. Ela é grande assim?, perguntamos. “É”, respondeu ela. E o que é isso aqui?, perguntamos mostrando um elemento do desenho. Carla diz: “zóio”. A casa lar tem “zóio”? Carla riu. Perguntamos: a casa lar tem “zóio”?, e ela diz: “... não, é lá minha casa, minha casa tem “zóio”. Neste momento Carla novamente saiu do assunto casa lar e voltou a se referir à residência de sua família de origem. Sua casa tem olho, como é o olho da sua casa? “O teto, tia Lê, o teto”. Ah, o teto tem zóio?, repetimos, e ela mostra: “Essa é a janela, esse é nariz e essa é uma boca”. Então a casa tem nariz, boca e olhos? Carla balança a cabeça como que sim, verbalizando: “... tem, é teto, aqui é teto, tudo é teto”. E o que a casa tem mais?, perguntamos para explorar. Ela responde: “comida”. E o que mais?, lhe foi perguntado: “... tem comida, só”. Pedimos para ela pensar mais sobre o que tinha em sua casa e Carla diz: “... sofá, cama, fogão”, continuando a descrever os objetos existente na sua casa. Diante do fato de não se referir às pessoas residentes naquele local, Carla foi questionada quem morava na casa, e ela primeiramente pergunta: “Você sabe?” Alegamos não saber ao certo quem estava residindo na casa e, então, ela passou a dizer os nomes: “Chico, o Chico, minha mãe, minha vó, meus irmãos, João.

Ao utilizar características humanas no desenho da casa, Carla nos fez lembrar e associar que, antes do seu acolhimento, ela brincava muito na rua de sua casa e andava de bicicleta pela cidade, fato limitado pela institucionalização. Parece que estar na casa lar lhe cause a sensação de estar sendo vigiada e, na casa de sua família de origem, há o olhar do agressor.

Numa atividade de desenho livre, Carla pegou o seu desenho da casa lar, começou a desenhar comida e pediu para que adivinhássemos o que era, e assim seguiu, sendo as comidas desenhadas na seguinte ordem: “carne, arroz, feijão, carne”. Ao realizar os desenhos dentro da casa que havia elaborado como sendo a casa lar, questionamos o que mais essa casa teria, e ela prosseguiu: “... café, copo, esse daqui é o copo e esse é o café”, encerrando o desenho alegando que não havia mais nada. Quando

perguntamos quem morava na casa lar, ela passou a dizer os nomes dos outros acolhidos, inclusive o nome de um adolescente, Marcelo, que havia sido desacolhido recentemente, e conversamos sobre para onde ele tinha ido. Carla verbalizou seu desejo de ir também. Curiosamente, ela não mencionou os cuidadores como moradores da casa, o que demonstra que essas figuras são vistas como funcionárias e não cuidadores residentes.

Procuramos explorar um pouco a relação de Carla com as cuidadoras. Perguntamos se elas cuidavam dela e ela respondeu: “sim tia Lê”. E elas são legais?, perguntamos: “É”. Você gosta delas? “Não”, vindo a rir de sua resposta. Elas cuidam direitinho de você? “Não”. O que elas fazem que não cuidam de você? “Elas bate”, e mais uma vez riu, e disse: “é mentira, tia Lê.” O riso de Carla demonstrou que ela poderia estar brincando com a situação e, por isso, lhe foi pontuado que vimos que as cuidadoras a abraçavam, e Carla respondeu: “... e, beijam, brincam e ajudam na escola.” E mesmo assim você não quer ficar na casa lar? “Não”.

Ana, apesar de não querer permanecer na casa lar, nos falou que gosta de estar lá, diz que a casa “é legal”, que brinca e assiste à TV. Perguntamos se ela sabe o que é uma casa lar e ela disse que não. Então, demos-lhe uma breve explicação e perguntamos se fazia sentido para ela, e ela disse que “sim”, porém alegou: “... quero estar com minha mãe”. Durante as visitas de sua mãe, Ana alega que brincam e é divertido o período que estão juntas, vindo a ficar triste quando ela vai embora, “eu e minha mãe brincamos de pega-pega”.

Sobre seu irmão estar na mesma instituição, Ana alega não saber para onde ele vai, quando indagada sobre o que acontece com pessoas acolhidas. Ana disse que o irmão ficaria até os 18 anos na casa, semelhantemente a outra acolhida que naquela semana completaria a maioridade e, por isso, será desacolhida. Sobre ela sair somente aos 18 anos, diz que não sabe e afirma não perguntar para ninguém sobre isso, nem para os adultos da casa, alegando não querer saber.

Percebemos que Ana tem conhecimento da existência de famílias que adotam crianças, uma vez que tal fato já ocorreu com alguns de seus irmãos. Isso causa nela uma preocupação, pois pensa na possibilidade de esse fato ocorrer com ela. Tal preocupação é evidente quando ela diz que prefere permanecer na instituição ante a impossibilidade de retornar para sua mãe ou pai.

Ao preferir a instituição ao invés de ser adotada por outra família, remete ao fato de ela ter boa relação com os acolhidos. Ela alega brincar com todos na instituição, tem

boa afinidade com a equipe técnica, principalmente a assistente social e as cuidadoras. Ela afirma: “... sou bem cuidada aqui, vou para escola, só é ruim porque meu pai não vem muito, e minha mãe não pode vir sempre”.

Algo que Ana alega não gostar é quando algum acolhido do sexo masculino tenta permanecer no quarto das meninas. Todavia, ela usa estratégias para evitar que isso aconteça, como manter a porta do quarto fechada e avisar as cuidadoras quando algum menino insiste em entrar. Outro fato que a incomoda na casa são as brigas entre ela e seu irmão, ou quando este não quer manter contato com ela.

Em relação a Bruno, pudemos observar que no dia a dia da instituição, ele passa a maior parte do tempo jogando vídeo game. Demonstra dificuldade ou desinteresse de vinculação com as pessoas envolvidas naquele local, vindo a direcionar sua atenção para as pessoas apenas quando lhe é solicitada, e com insistência. Isso fez com que seu tempo para jogar fosse limitado, o que acabou gerando certa revolta nele, principalmente em relação às cuidadoras. Todavia, ao ser questionado sobre elas, Bruno disse que elas “são legais”. Durante seu breve período de acolhimento, Bruno teve muitos conflitos com outra criança acolhida na instituição, sendo esta de menor idade e tamanho do que Bruno. Segundo as cuidadoras, essas agressões foram justificadas por Bruno com argumentos vagos.

Durante uma atividade em que lhe pedimos para desenhar a casa, introduzimos o assunto de as pessoas conviverem bem, ao que ele alegou que em sua casa havia brigas: “... meu padrasto briga com a minha mãe, quando ela me defende”. Observa-se que Bruno, ao manter conflitos na casa lar, principalmente com a criança mencionada, reproduz a violência vivenciada em sua casa, principalmente a de gênero, em que um homem agredia a mulher em um ambiente doméstico, uma vez que o Bruno mantinha as discussões com uma criança do sexo feminino.

O período que ficou na casa lar foi curto, de seis dias. Como já mencionado, o colocaram na instituição já se prevendo seu desacolhimento, somente aguardando o tempo necessário para seu pai organizar sua vinda ao município para buscar o filho.

Em síntese, pela aproximação que fizemos das vivências das crianças participantes da pesquisa, vislumbramos que ser-criança-acolhida é não saber muito bem porque foi retirada de sua família, é não apreciar morar na casa lar, mesmo que a instituição possa lhe parecer mais segura que sua própria casa, é viver na ambiguidade entre querer retornar ao lar e, principalmente, à mãe, e ao mesmo tempo temer esse

retorno, é viver na incerteza de ter uma família que possa dar-lhe acolhimento e é viver um presente obscuro e um futuro incerto.

5 ATRAVESSAMENTOS NO SER-CRIANÇA-ACOLHIDA

Realizamos nossa pesquisa sob a perspectiva fenomenológica e elegemos o olhar que Merleau-Ponty lança à criança e à infância para nos aproximarmos da experiência vivenciada por crianças acolhidas na modalidade institucional denominada casa lar. Mesmo sabendo e levando em consideração que há uma opacidade do fenômeno infantil ao olhar do adulto, objetivamos neste capítulo apresentar aquilo que conseguimos elaborar a partir da experiência infantil que se apresentou a nós. Queremos, neste momento, enfeixar uma compreensão, já iniciada no capítulo anterior, acerca do mundo-vivido destas crianças. Entendemos que a compreensão aqui trazida é uma das possíveis e, necessariamente, provisória. Outras, evidentemente, podem surgir, a depender das perspectivas tomadas e do tempo passado, pois a vida dos homens é, sobretudo, histórica e dinâmica.

De início, lembramos que, para o filósofo francês, toda fenomenologia é existencial, já que só nos é possível compreender a experiência vivida na existência concreta, como tão bem pontuou seu contemporâneo Sartre, ao afirmar que a existência precede a essência. Outro aspecto que também antecipamos é que nossa elaboração compreensiva acerca do fenômeno ser-criança-acolhida passa pelo entendimento de que a cultura é uma importante mediadora entre a vida psíquica e a vida coletiva e que, desde muito cedo, na mais tenra idade, já nos incumbimos de sua apropriação por meio das diversas relações que vamos desenvolvendo, a começar pela relação mãe-filho. Tal como concebe Merleau-Ponty: “A cultura pode ser definida como o conjunto das atitudes tacitamente recomendadas pela sociedade ou pelos diferentes grupos nos quais vivemos, atitudes que estão inscritas na ordem material de nossa civilização” (Merleau-Ponty, 2006, p. 377).

Pensando assim, o fio condutor para concluir nossa compreensão acerca do ser-criança-acolhida se dá a partir das experiências das crianças que participaram deste estudo e como esses elementos culturais presentes na sociedade aparecem em suas vidas. No capítulo anterior, lidamos com as experiências das crianças. Neste, importa trazer os pontos mais relevantes que estão na ordem do dia da nossa sociedade contemporânea e que, como dissemos, apareceram nas vivências das crianças.

As crianças de nosso estudo são crianças oriundas de famílias pobres. Os dados acerca de seu acolhimento, presentes em seus prontuários, condizem com o que estudos nessa temática têm apresentado. Tais dados nos fazem pensar que pobreza ainda é um

aspecto relevante a ser considerado na institucionalização infantil. Muitas das situações vivenciadas em suas famílias pelas crianças de nosso estudo poderiam ser prevenidas se estas tivessem melhores condições de vida, naquilo minimamente aceitável para uma vida digna, como acesso ao trabalho, à educação, saúde e lazer. Se as crianças estão desprotegidas, os adultos dessas famílias também o estão, na medida em que as políticas de bem-estar social não as estão alcançando de forma efetiva.

Entendemos que, num momento de acirramento das desigualdades sociais, subsidiado pela concentração da riqueza em poucas mãos, contribuindo de forma importante nas situações aqui relatadas, já que a lógica imposta pelo modelo capitalista vigente determina o Estado Mínimo, causando cada vez mais perdas de direitos e menor financiamento de políticas públicas que alcancem a população desprivilegiada pelo sistema. Azevedo e Guerra (1997) enfatizam que a desigualdade social e a pobreza têm como resultado a vitimização de crianças pela fome, pela falta de abrigo ou por habitar em moradias precárias, pela falta de acesso às escolas, pelas doenças contagiosas, entre outros.

Não queremos isentar com esta observação as responsabilidades dos adultos sobre as crianças, em especial seus genitores ou outros responsáveis, pois há os que, em situações de pobreza similares, desenvolvem para si e suas famílias outras dinâmicas, em que o cuidado prevalece. Conforme análise da realidade que envolve a vitimização de crianças e adolescentes realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (Silva, 2004, p. 44), a “... violência cometida contra a população infanto-juvenil não ocorre em todas as famílias que são pobres, assim como não é verdade que crianças e adolescentes oriundos de famílias de classes de renda mais elevadas estejam livres da vivência de maus tratos e da violação de direitos cometidos por seus familiares.”

Contudo, não podemos deixar de assinalar que determinadas confluências da objetividade material com as singularidades subjetivas podem resultar em fragilidade e vulnerabilidade pessoais, grupais e até mesmo comunitárias, principalmente quando não se consegue romper esse ciclo que, infelizmente, pode atravessar gerações de uma mesma família. A cronificação da pobreza da família contribui para fragilizar e deteriorar as relações parentais e as relações afetivas entre seus membros, repercutindo na qualidade dos cuidados destinados às crianças. Assim, embora a família seja considerada a principal fonte de cuidados e de proteção às crianças, devido aos mais diversos motivos, podem-se configurar situações em que algumas famílias não

conseguem oferecer apoio e proteção aos filhos, deixando a desejar quanto ao seu papel de cuidadora.

Entre os elementos próprios da história individual e da história familiar, encontramos alguns fatores que podem ser considerados de risco para o descuido, negligência, abandono e violência contra a criança e do adolescente. É preciso ressaltar a dificuldade de definir alguns tipos de violência, principalmente a negligência, pois, tal interpretação é marcada por forte carga subjetiva do profissional que os acolhe, muitas vezes confundindo negligência dos familiares com situação de pobreza (Assis & Farias, p. 177, 2013)

Como aponta Amaro (2003): história familiar passada ou presente de violência doméstica, genitores que sofrem perturbações psicológicas - como baixa tolerância à frustração, baixo controle de impulsos, doença mental, dependência de álcool e/ou drogas -, despreparo de mães e pais jovens para a maternidade e paternidade, por inexperiência ou sujeitos a uma gravidez indesejada, e famílias que adotam práticas educativa rígidas e autoritárias, podendo resultar em surras e outros castigos físicos às crianças que se comportam de determinadas maneiras. Entendemos que tais fatores de risco podem ser minimizados com o acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, lazer e demais elementos para uma vida com dignidade.

Um aspecto das famílias das crianças que participaram de nosso estudo e que aparece nas famílias mais pobres é a presença da mulher como única responsável pela família, o que caracteriza as famílias dessas crianças como monoparentais. Entendemos ser importante falarmos sobre como isso atravessa o processo de acolhimento das crianças.

Em primeiro lugar, queremos assinalar que pertencer a uma família monoparental em que a mãe é o genitor presente não é exclusividade das camadas pobres da população, tampouco de crianças institucionalizadas. Este é um modelo de família como tantos outros que apareceram na contemporaneidade.

... o que se tem hoje são os mais diversos tipos de relações que coexistem na sociedade. O alto índice de pessoas que vivem sozinhas, de casais homossexuais, de casais que não são casados oficialmente, mas que moram juntos, de famílias monoparentais, isto é, de pais singulares, de netos criados pelos avós e de famílias originários do recasamento são exemplos das novas configurações familiares existentes na atualidade (Lauz & Borges, 2013, p. 854).

Em segundo lugar, lembramos que, independentemente de ser família monoparental feminina ou de qualquer outra modalidade, ainda é prevalente em nossa

cultura, apesar do esforço do movimento feminista em trabalhar contra isso, a ideia de que cabe à mulher os cuidados com os filhos, com os idosos e com os doentes. Esta ainda é uma prática dominante. Assim, independentemente do tipo de família de origem da criança que teve seus direitos fundamentais desrespeitados, essa responsabilidade recairá sobre os ombros das mulheres/mães. É em cima de sua conduta e de seus atos que os olhos da sociedade cairão; sua moral será questionada. Concordamos com Moreira, Bedran e Carellos (2011, p. 168), quando assinalam:

... historicamente dominante o discurso de delegação à mãe de vigilância constante em relação a seus filhos como estratégia de prevenção de toda a sorte de males, gerando uma permanente tônica de culpabilização nessas mulheres. Um exemplo dessa afirmação encontramos nas práticas higienistas no Brasil no final do século XIX, que fez das mães as responsáveis pela saúde física, mental e moral de seus filhos. Nos dias atuais, as políticas públicas que norteiam a assistência às famílias pobres persistem nessa tônica de busca de aliança e responsabilização das mães.

Para tanto, em via de regra, as famílias pobres que sofrem intervenção de medidas protetivas previstas no ECA são famílias monoparentais femininas, assim como na nossa pesquisa. O casal, quando existe, geralmente tem muitos conflitos e dificuldades para lidar com as questões da criação dos filhos e está muito absorvido em seus problemas de ordem emocional e social, como o alcoolismo, drogadição, criminalidade, desemprego, falta de moradia própria (Moreira, Bedran, & Carellos, 2011). Assim, mesmo que haja pai e mãe no sistema familiar da criança, às mães fica a responsabilidade por ter colocado seus filhos em situações de risco, fazendo com que eles fossem retirados de seu convívio por intervenção do Estado.

É importante assinalar que é comum observar na situação de vida da criança institucionalizada que a não responsabilização paterna pelo filho ocorre já no período da gravidez, quando o parceiro da mulher a abandona, estende-se ao momento em que criança é registrada, quando somente a mãe assume a responsabilidade legal pela criança, e aprofunda-se com a ausência de cuidados e proteção paterna aos filhos, podendo resultar no acolhimento institucional se a rede de apoio social pessoal da mãe não conseguir ampará-lá. Esta é a situação das mães das crianças deste estudo. Sem contar com o apoio do pai de seus filhos, mesmo daqueles filhos de paternidade incerta, recebendo renda para a sobrevivência da família cedida pelos programas governamentais, sem auxílio financeiro de familiares, elas são vistas muitas vezes pela

comunidade, pelos conselheiros tutelares que lhe retiram os filhos e pelos próprios profissionais da rede protetiva, como meretrizes, procriadoras, incapazes de oferecer bons exemplos, sendo essa uma das justificativas “informais” para que se faça a intervenção do Estado a fim que seus filhos sejam protegidos de formas de viver não apreciadas pela moralidade vigente. Tais adjetivos, na prática profissional, acabam por ser utilizados em maior ocorrência como forma de desqualificar as figuras maternas, uma vez que para eles, principalmente os conselheiros tutelares que detém um olhar não técnico das famílias, conseqüentemente as julgam pela forma como sobrevivem.

Por falar nos motivos dos acolhimentos, Silva (2004) traz os dados sistematizados de um levantamento nacional que envolveu 589 abrigos da rede que recebe recursos do Governo Federal, onde estão institucionalizadas aproximadamente 20.000 crianças e adolescentes. As informações dão conta que cerca de 85% dos casos se distribuem da seguinte forma: carência de recursos materiais da família responsável (24,1%), abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), violência doméstica (11,6%), pais ou responsáveis dependentes químicos/ alcoólicos (11,3%), vivência de rua (7,0%), morte dos pais ou responsáveis (5,2%), pais ou responsáveis presidiários (3,5%) e abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%).

Podemos observar que, com exceção do motivo de orfandade, todos os outros foram pontuados como motivos de acolhimento das crianças de nosso estudo, que eram apenas quatro. São motivos que evidentemente as crianças não compreendem em sua complexidade, mas sem dúvida elas possuem uma percepção acerca deles, como bem vimos em suas falas. Na vivência de Fernando, por exemplo, ele se percebe como responsável pelo seu acolhimento, ao mencionar várias vezes que isso aconteceu porque ele foi desobediente, teimoso e, mesmo consciente de a mãe tê-lo agredido fisicamente, ele retém que isso aconteceu porque primeiro ele a desobedeceu. Ana e Carla também percebem que estavam expostas à violência doméstica e conjugal e uma delas ao abuso sexual supostamente cometido pelo companheiro de sua mãe, mas tanto uma como a outra dizem que não sabem ao certo por que foram acolhidas. Bruno disse que seu acolhimento foi porque mencionou ao conselheiro tutelar que não tinha comido, ou seja, percebe que seu acolhimento foi em decorrência de uma ação sua.

Foi necessário fazer parte do dia a dia nas instituições, estar atentamente com as crianças para poder acessar seu universo, suas vivências, ouvir suas angústias diante o processo de acolhimento institucional. Por meio dessa aproximação, sentimos o quão distante está a rotina institucional da legislação que diz que a criança tem seu direito de

fala preservado. Quando a deixamos falar? E, mais importante, quando e como a escutamos? Na maioria das vezes, o que observamos foi que os adultos das instituições não se atentaram para a possibilidade de as crianças perceberem de outro modo seu acolhimento. Carla nos chamou a atenção, já que percebia que não poderia voltar para sua família de origem devido ao fato de o seu suposto abusador ainda se relacionar com sua mãe, a ponto de preferir ser colocada na sua família extensa, apesar de manifestar vontade de ficar com a mãe, a avós e irmãos. Infelizmente, há muitas Carlas em nossa realidade.

Dos motivos que geram o acolhimento institucional, um que se faz notório é a violência sexual que ainda é cometida contra muitas crianças e adolescentes em nosso país. Geralmente, tal ocorrência é noticiada quando acontece nas famílias pobres, uma vez que o abuso sexual nas famílias ricas tende a ser abafado e a forma como a rede de proteção ampara a denúncia também tende a ser diferente, sendo este assunto complexo e de suma importância.

A Organização Mundial de Saúde define a violência sexual como:

Atividades de caráter sexual exercida por uma pessoa mais velha, contra a criança, com fins de prazer sexual. São classificados como abusos sensoriais (pornografia, exibicionismo, linguagem sexualizada); estimulação sexual (carícias inapropriadas em partes consideradas íntimas, masturbação) e ato sexual propriamente dito (realização ou tentativa de violação ou penetração oral, anal ou genital) (Fonseca, Lau, & Farinatti, 1996, p. 41-43).

Embora tal violência se apresente de várias formas, a cultura ainda instituída em nossa sociedade é relacionar a violência sexual e/ou abuso sexual somente à ocorrência do ato sexual propriamente dito. Essa cultura tende a banalizar as outras formas de abuso, gerando famílias vulneráveis permitindo que suas crianças fiquem expostas a agressores dentro do próprio lar.

Em relação à proteção destas crianças, o ECA (2017) descreve no artigo 5º que: “... nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Ainda acrescenta nos artigos 240 e 241 quais atos específicos de violência sexual são considerados crime e as penalidades existentes para cada ato.

O fenômeno do abuso sexual intrafamiliar é muito difícil de ser enfrentado, pois o abusador é alguém distante de suspeitas, não existem, muitas vezes, provas físicas da

violência ocorrida; conseqüentemente, pode ocorrer incredibilidade em relação à fala do denunciante, sendo este muitas vezes a própria criança. No caso da criança de nossa pesquisa, a mãe não acredita que seu parceiro possa ter cometido abuso sexual em relação à sua filha.

Há famílias que, devido às vulnerabilidades existentes, tornam-se propensas a colocar seus membros em sofrimento pela ocorrência de algum tipo de violência e o abuso sexual é o mais presente. O alcoolismo, o uso de substâncias psicoativas, a rotatividades de parceiros e a prostituição, principalmente, facilitam a ocorrência do abuso de crianças pelo fato de colocá-las como meio de conseguir dinheiro. Essa facilitação abusiva das crianças como forma de conseguir dinheiro está relacionada ao entendimento mais comum de que só o ato sexual em si é abuso sexual e conseqüentemente crime. Compreende-se que, nessas famílias, a situação de abuso sexual geralmente não é reconhecida como algo errado, porém existem famílias que reconhecem a situação como errada, mas preferem manter segredo, a fim de que permaneça a ilusão de unidade e de que está tudo sob controle.

Todavia, no momento em que o segredo é revelado, ocorrem alterações na dinâmica familiar, bem como se estabelece o desafio de rever e estabelecer novos papéis e limites para cada membro do grupo (Santos, 2007). No caso de Carla, tais alterações e tal desafio não se manifestaram, dada a negativa da mãe quanto à veracidade do abuso à filha. A única alteração que teve foi a retirada de Carla de sua responsabilidade.

Outro ponto que avaliamos importante trazer e que se liga à percepção dos motivos do acolhimento é a percepção da casa lar como um lugar “ruim”, uma prisão, como reconheceu uma das crianças de nosso estudo. Já mencionamos em capítulo anterior que, ao serem retiradas de suas famílias e serem acolhidas, acontecem várias rupturas na vida dessas crianças: a ruptura com a família, a ruptura com seus objetos de estimulação, a ruptura com atividades que faziam, enfim, a ruptura com seu mundo familiar. Contudo, e quando o tempo passa?

As crianças que tiveram tempo mais longo de acolhimento (Carla e Fernando) prefeririam não estar lá. Reconhecem que são bem tratados e que os cuidadores são afetuosos, mas ainda assim, não gostam da casa lar. Podemos pensar que, por mais que as crianças recebam a atenção dos cuidadores, este cuidado ainda assim beira a impessoalidade; a rotina institucional também restringe os modos de ser da criança, a quem é dito que ela não pode fazer muitas das coisas que ela gostaria de fazer. Mais uma vez, Fernando deixa isso bem claro em suas vivências, quando ele menciona que

não gosta que os cuidadores dizem para ele não fazer isso ou aquilo e não é à toa que ele se percebe como um prisioneiro.

Pois, Fernando é um acolhido que demonstra ter sido acolhido devido seu mau comportamento, e não estar inserido em uma família que pudesse ser considerada como ideal. Ou seja, a medida nesse caso é de controle, punitiva e não protetiva, acredita-se que a proteção seria, quando de fato crianças fossem retiradas de suas famílias por terem sido negligenciadas em seus direitos de forma excepcional. Visto que nos casos das crianças participantes desta pesquisa, observou-se que outras medidas poderiam ter sido aplicadas, que não o acolhimento, uma vez que, nas situações apresentadas o acolhimento foi a primeira resposta frente ao problema.

Ribeiro e Ciampone (2002) constataram que crianças institucionalizadas em período integral, mesmo recebendo os cuidados básicos de higiene, alimentação e repouso, atividades recreativas e participação nas escolas públicas da rede local para inserção comunitária, demonstraram seu descontentamento com a instituição. Encontraram em seu estudo que os acolhidos queixavam-se da condição de reclusão e das limitações impostas pela disciplina institucional. Tal qual em nossa pesquisa, Montes (2006) também encontrou em seu estudo que, apesar da pobreza, negligência e violência vivenciadas no contexto familiar, crianças institucionalizadas desejavam voltar para suas casas, mesmo compreendendo que estão mais seguras na instituição. A autora ainda alude a que, com o passar do tempo, a depender da evolução do caso, as visitas podem escassear e a criança se vê diante da possibilidade de separação, que vai se fazendo real e definitiva, o que a faz sentir-se abandonada, solitária e desamparada na instituição, sendo difícil sua estada ali. Hecht e Silva (2009) expõem ainda outros aspectos que podem favorecer a percepção da instituição como algo ruim. Assinalam que a maioria das instituições não consegue proporcionar às crianças uma atenção mais singularizada, que atenda às particularidades dos acolhidos, pois há uma discrepância entre a quantidade de crianças e a de cuidadores, há alternância de funcionários e também se observa o despreparo dos funcionários para lidar com essas crianças. Podemos afirmar que os aspectos levantados fazem parte da realidade das instituições de nossa pesquisa.

Mas a instituição também foi percebida como um lugar seguro. Mesmo Carla, que foi clara ao dizer que não gostava dali, percebia a casa lar como um ambiente que a protegia, principalmente de seu suposto agressor. Ana também menciona que, se não

retornar ao convívio com a mãe, prefere ficar na casa até a maioridade do que ser adotada por outra família.

Outro aspecto que apareceu em nossa pesquisa e que consideramos relevante apreciar é o uso de medicamentos psicotrópicos pelas crianças acolhidas. As quatro crianças participantes de nosso estudo tiveram a experiência de usar tais medicações. Ana e Bruno já não estão fazendo uso atualmente, pois não passaram por uma reavaliação médica. Fernando e Carla ainda são usuários. Em nossa prática como psicóloga que atende crianças em casa lares, observamos que o que se almeja com a prescrição desses medicamentos é a obediência e disciplina das crianças. Atualmente, em um total de seis crianças e adolescentes acolhidos em uma das instituições pesquisadas, cinco delas fazem uso de medicamentos psicotrópicos. Há uma expectativa por parte da rede protetiva e da comunidade que as crianças das casas lares sejam comportadas, que seus comportamentos sejam controlados. É comum ouvirmos das pessoas da comunidade que essas crianças precisam receber limites e que isso pode ser conseguido com a ajuda de medicamentos.

Nossa prática atesta que há crianças que são acolhidas porque seus familiares negligenciam essas prescrições médicas e as queixas escolares, não aceitando que seus filhos sejam medicados. Todavia, existe a prescrição médica, que se torna inquestionável, e a não aceitação dessa prescrição coloca a família como negligente em relação aos cuidados médicos dos filhos e, conseqüentemente, vigora o entendimento de que isso coloca as crianças em situação de risco, com necessidade de intervenção do Estado.

A mãe de Fernando, por exemplo, está tendo dificuldades em cuidar da administração de sua medicação. Ele, como dissemos, está sendo acompanhado em seu desacolhimento e uma das dificuldades apresentadas é justamente esta. A mãe entende que o filho só precisa brincar ao ar livre, de andar de bicicleta na rua, como ele gosta, que precisa de espaço. Carla, afirma que a medicação é para deixá-la mais calma, mas que isso não está acontecendo, porque “... outro dia eu quebrei a televisão”. Observemos que esse comportamento de quebrar a televisão aconteceu temporalmente próximo a sua audiência, a qual poderia determinar que Carla fosse morar com a família extensa.

Outro fato que observamos é que a escola, ao receber a criança que vem da casa lar, já espera que ela venha com excelente comportamento, se necessário medicada, para que seu desempenho escolar fique dentro do esperado, uma vez que estar na casa lar

significa que terá uma equipe para controlar o comportamento e a instituição em si, com suas regras e limites, conseguirá moldar a criança. Não conseguimos extrair dos dados coletados a necessidade efetiva ou não de as crianças participantes da pesquisa necessitarem da medicação. Contudo, esse conjunto de observações nos faz pensar que a prescrição desses medicamentos responde ao fenômeno da medicalização, que atravessa a experiência das crianças acolhidas, uma vez que a medicalização se impôs como um elemento importante do modo de ser infantil da atualidade.

A medicalização apresenta-se como um fenômeno da contemporaneidade e expressa o emprego de medicamentos para tratar problemas que são de ordem diversas, ou seja, que não são somente de ordem orgânica, mas que intencionam resolver conflitos sociais e educacionais, conforme afirmam Barroco, Facci e Moraes (2017). Nestes conflitos sociais e educacionais observamos os problemas considerados de indisciplina, a tentativa de contenção da agitação e da agressividade das crianças.

Atualmente há uma ênfase nos aspectos orgânicos como justificativa para as dificuldades de aprendizagem, para as dificuldades relativas à interação social. Tal abordagem tem sua origem na perspectiva individualista e se fortaleceu com o neoliberalismo. A disseminação cada vez maior do uso do medicamento em crianças indica o predomínio de uma concepção idealista, naturalizante e biologizante de compreender o psiquismo humano (Eidt & Tuleski, 2010).

Não somos desfavoráveis à medicação quando ela se torna necessária, ou seja, quando existe um diagnóstico, após uma criteriosa avaliação de médicos especialistas que atestam realmente o uso de tal medicação. Entretanto, assinalamos que, diferentemente, medicalizar é medicar além do necessário, é estender a medicação a outros aspectos da vida, generalizando seu uso, pois se entende que os sofrimentos das pessoas são prioritariamente de ordem biológica. E a reflexão que fazemos é que, ao se medicalizar a existência, não se olha para o mundo vivido da pessoa que está sendo medicada e espera-se que o medicamento dê conta de aspectos que fogem ao componente natural e orgânico, ou seja, não possibilita que se amplie o olhar sobre o que está acontecendo no entorno, como bem diz Silva (2016):

Quando a escola e os médicos (e, conseqüentemente, a família) focalizam o olhar para o corpo agitado, para a desatenção, deixam de olhar uma criança que está agitada, que está desatenta ou está inquieta. A “cura” promovida pelo medicamento não proporcionará a superação de um transtorno, mas poderá contribuir para a manutenção de um mesmo contexto e “estimular” a criança a voltar a agir como esperam que ela aja – como a escola exige que ela seja, como

os pais desejam que ela se comporte. O medicamento apenas tenta restabelecer o sujeito a um momento anterior ao aparecimento dos “sinais preocupantes”, mas não altera o contexto em que essa problemática se constituiu. Pouco importa a singularidade de cada criança, as relações que ela vivencia no mundo concreto, enquanto sujeito do seu ser. Importa o conjunto de sinais e/ou características apresentadas pela criança, os quais somados indicam [já são considerados] um transtorno (p. 113).

Se entendemos a existência como abertura, tal como Merleau-Ponty e a fenomenologia a compreendem, a medicalização aparece como uma tentativa para o fechamento dessa abertura, uma vez que se tenta, por meio dela, aprisionar modos de ser que não necessariamente são disfunções do corpo, mas que não se adequa ao ideal, por exemplo, de uma criança bem comportada ou de uma criança que atinge o sucesso escolar e social, tal qual espera a cultura contemporânea.

Assim, diante das vivências das crianças e dos aspectos sociais e culturais levantados no estudo, ser-criança-acolhida é constituir-se na situação de pobreza, de violência, de negligência, de abandono, de ambiguidades e de incertezas. Também é constituir-se percebendo e criando disponibilidade para amorosidades, por menos que o cuidado solícito apareça em sua curta existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da vivência que temos em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes por conta da nossa atuação na área de psicologia, do contato rotineiro com eles e da perspectiva de que o Paraná é o quinto estado que mais acolhe crianças e adolescente no Brasil, a pesquisa assumiu o objetivo de compreender a vivência de crianças acolhidas em instituições na modalidade casa lar em função de medidas protetivas. Relembramos alguns questionamentos que nos serviram de norte: como é viver na condição de criança acolhida? Que percepção tem a própria criança de sua condição? Como ela percebe a instituição e os adultos que cuidam dela? Como ela se percebe em relação à família da qual foi retirada? Como ela percebe sua situação de vulnerabilidade presumida? Frente a tais questionamentos, elaboramos e desenvolvemos o estudo, que procurou uma compreensão fenomenológica acerca do ser criança em uma instituição de acolhimento e de seu mundo vivido sob a ótica fenomenológica.

Para tanto, foi necessário que primeiramente contextualizássemos historicamente as concepções de criança e infância e a necessidade de sua proteção, bem como apresentar a concepção de criança esboçada na fenomenologia, especialmente naquela proposta por Merleau-Ponty, para que, assim, pudéssemos discutir o ser-criança-acolhida a partir de suas próprias vivências.

Para entrarmos em contato com as quatro crianças acolhidas que participaram do estudo, fez-se necessário estudar o fenômeno ser criança desprendendo-nos de pré-julgamentos sobre o ser criança, de crenças já estabelecidas sobre o assunto, e não tendo que recorrer, num primeiro momento, a teorias prévias, procurando assim ver as coisas de modo particularmente aberto e singular para compreender as vivências das crianças que participaram da pesquisa.

Conforme a perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty, tomamos como fundamento que a criança não é um projeto a ser completado, como se lhe faltasse algo para atingir o estatuto humano. Nosso intento foi privilegiar a escuta da criança em seu modo de ser, em seu modo de ver a si mesma e o mundo. Partimos do entendimento que o olhar da criança pode revelar fenômenos sociais que passam despercebidos ao olhar do adulto. Entretanto, não negamos que há uma condição própria da infância que não nos é de todo alcançável e compreensível e que, quando a percebemos, o fazemos a partir da relação que as crianças estabelecem conosco, adultos.

A pesquisa nos esclareceu que as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam elas de natureza público-estatal ou não estatal, e devem se pautar pelos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

A integração de tais políticas visa à convivência familiar e comunitária como direito de toda criança e adolescente. Entendem que eles devem ser criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, ou seja, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Enquanto medida protetiva, o acolhimento só deverá ocorrer quando esgotadas todas as possibilidades de manter a criança e o adolescente em suas famílias. Quando é necessário seu afastamento, a equipe multidisciplinar que compõe a Rede de Proteção solicita o acolhimento ao Ministério Público, por meio de um estudo diagnóstico. Este avalia a necessidade e encaminha a solicitação ao Poder Judiciário, que tomará a decisão legal do acolhimento ou de propor outras medidas quando verificado tal possibilidade. Vale ressaltar que, em caso de extrema emergência, visando sempre ao menor dano à criança e adolescente, o Conselho Tutelar pode acolher e notificar as autoridades já mencionadas, ressaltando que a exceção não deve virar regra.

O que claramente se verificou, é que nas situações em que o profissional precisa decidir pelo acolhimento, que essa decisão é atravessada por questões que se fazem na interface da baixa qualificação profissional com as questões culturais estereótipos e preconceitos, predomínio de uma visão negativa das famílias em situação de pobreza.

Não obstante, nosso estudo mostrou que nem sempre o acolhimento da criança é a última opção a ser escolhida como medida protetiva. Vimos, por meio da revisão bibliográfica sobre o assunto, que a maioria das crianças e adolescentes em processo de acolhimento estão em situação de vulnerabilidade financeira, e, concomitantemente, suas famílias são vistas como sem condições de oferecer um contexto para um bom desenvolvimento, são vistos como crianças problemas, pois, não raro, aderem a comportamentos agressivos e antissociais. Também percebemos que, nas vivências das crianças que participaram do estudo, embora elas estivessem sob risco quanto a sua

integridade física e psicológica, não houve um trabalho prévio desenvolvido pela rede protetiva que pudesse evitar o acolhimento. Esse distanciamento entre o que se prescreve e o que acontece na realidade de algumas casas de acolhimento nos causa estranhamento, uma vez que vínculos familiares são colocados em risco devido a idealizações e crenças sobre como deve ser uma família e o comportamento de seus integrantes.

A rede de proteção, composta geralmente pelo CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, Delegacias de Polícia e outros setores que têm como função primária a proteção, almeja o acolhimento, objetivando a retirada da criança de situações de risco, isto é, nesse processo de acolhimento geralmente são os adultos que agem e dizem o que é melhor para elas em relação às suas experiências e ao seu modo de viver, julgando-as no que se espera que elas façam e sentem.

Viver na condição de criança acolhida é ser inserido, de um instante para outro, em uma nova conjuntura, sendo condicionada a viver com outras crianças e adolescentes sob os cuidados de adultos, todos até então desconhecidos. Sentir que seus comportamentos é que foram os motivadores da institucionalização e, mesmo que vislumbrem que outras pessoas colocaram sua integridade em risco, não entender muito bem a necessidade de ter sido retirada de sua família, havendo o anseio de retornar a ela.

O anseio pelo retorno e retomada de convivência familiar sobressaiu, porém com a possibilidade de ressalvas, considerando que, muitas vezes, no decorrer do acolhimento, a criança percebe que há fatores que afetam a reintegração familiar e demandam maior tempo de permanência na instituição ou mesmo a possibilidade de sua ida para sua família extensa, ou mesmo para adoção. Concomitantemente, entendem a casa lar como punitiva, não enxergando o seu papel protetivo e reduzindo o espaço e o cuidado lá dispensado a uma simples fonte supridora de necessidades básicas. É vista como parte integrante do mundo de adultos e não de seu mundo infantil, pois é regida por normas que restringem o seu brincar, seu livre desejo de ir e vir. Por outro lado, as relações ali instituídas são consideradas positivas, embora não atreladas ao caráter afetivo familiar de um lar como almeja o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar das dificuldades que encontramos para realizar a pesquisa, como a falta de estudos que privilegiam as experiências abrigadas em suas próprias vozes que

pudessem corroborar ou não nossos resultados, entendemos que pudemos oferecer elementos para uma reflexão crítica sobre o acolhimento como medida protetiva das crianças em risco. Assinalamos que é importante levar em consideração aspectos de fundo social e cultural que atravessam de forma significativa a experiência da criança acolhida e de suas famílias. Entre esses elementos está a situação de classe social, sendo a maioria das crianças acolhidas pobres, o que as fazem viver de antemão em condições de fragilidade material e vulnerabilidade social. Outros aspectos que também apareceram como significativos não dizem respeito necessariamente às camadas mais pobres da população, mas que as fragilizam mais, como é a forma com que a sociedade vê a mulher e sua função protetora dos filhos, a violência doméstica e infantil, bem como a medicalização.

Sendo assim, o trabalho articulado, integrado as áreas de saúde, educação, direitos humanos, assistência social e segurança, entre outros, parece ser o mais eficaz no planejamento de ações que objetivam garantir a melhoria no quadro e a criação de subsídios para que as famílias se tornem capazes de cuidar de suas crianças.

Trouxemos certa visibilidade para estas crianças e um momento de escuta, já que muitas vezes são silenciadas em seu processo de acolhimento. Sendo assim, sugere-se que as crianças possam participar ativamente de sua situação, sendo-lhes esclarecido desde o início do acolhimento os motivos que as levaram àquele local, sua participação em audiências concentradas, visto que o ECA coloca esta criança como sujeito de direito, podendo então influenciar nas decisões que envolvam sua vida e a de sua família, vivenciando o sentimento de pertencimento, ou seja, fazer parte de sua história, da sua singularidade.

Esperamos ter contribuído com subsídios para os profissionais envolvidos com a rede de proteção à criança, como os que atuam nos Centros de Referência em Assistência Social, nos Centro de Referência Especializada em Assistência Social e no Ministério Público.

Futuras pesquisas podem compreender tais vivências em outras faixas etárias, ou até mesmo as vivências das famílias que têm seus filhos afastados de seu convívio devido ao acolhimento institucional.

Por fim, gostaríamos de salientar que é preciso constantemente refletir sobre a forma como tratamos a infância e a criança, bem como a família e o que é oferecido a essas pessoas quando se encontram em dificuldade e vulnerabilidade. Fazendo alusão aos compositores Eduardo Lobo e Francisco Hollanda com uma parte da canção

Ciranda da Bailarina: “... só a bailarina que não tem, sala sem mobília, goteira na vasilha, problema na família quem não tem. Procurando bem, todo mundo tem”.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, L. (2005). *Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática*. Editora Livro Pleno.
- Amaro, S. *O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados*. In: AMARO, S. (Org.) *Crianças vítimas da violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência. Uma nova teoria científica*. Porto Alegre: AGE/EDIPURS, 2003. p. 41-70.
- Andrade, N. A. (1998). *A criança na sociedade contemporânea: do 'ainda não' ao cidadão em exercício*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (1), s/p.
- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Tradução de Ora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Assis, S. G. & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Azevedo, D. C. (2015). *O encontro terapêutico com a criança: Merleau-Ponty e a psicologia infantil*. In Feijoo A. M. L. C. & Feijoo E. L. (Orgs.). *Ser criança uma compressão existencial da experiência infantil*; Rio de Janeiro, Edições IFEN p. 53-84.
- Barroco S. M. S.; Facci D. G. M.; Moraes S. J. R. (2017). Posicionamento da Psicologia ante o crescimento da medicalização. In Leonardo T. S. N. & Leal G. R. F. Z. & Franco F. A. (Orgs). *Medicalização da educação e Psicologia Histórico-Cultural: em defesa da emancipação humana*; Maringá, Eduem, p. 17-41.
- Bicudo, M. A. V. (2011) (Org.). *Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica*. São Paulo, Cortez, p. 53-74.
- Bock, A. M. (2001). et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Brasil (2018). *Conselho Nacional de Justiça*. Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>.
- Brasil (2018). *Ministério do Desenvolvimento Social*. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servicos-de-acolhimento-para-criancas-adolescentes-e-jovens>. Data de Acesso 04/01/2018.
- Brasil (2018). Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais da educação infantil*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-curriculo-em-movimento-sp1312968422/legislacao>.
- Brasília (2017). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Brasília (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília: MDS, Junho de 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2018.

Brasília (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência especializado em Assistência Social – CREAS*. Brasil. Ministério do desenvolvimento Social.

Conceição, B. R. T. (2017). *As significações de si das crianças abrigadas: um estudo de caso com crianças que passaram por reinserção familiar*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Brasil tem amis de 30 mil crianças e adolescentes vivendo em abrigos. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/57049-brasil-tem-mais-de-30-mil-criancas-e-adolescentes-vivendo-em-abrigosa>> acesso em 28 de julho de 2018.

Eidt, N.M. & Tuleski, S.C. (2010). *Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e psicologia histórico-cultural*. *Caderno de Pesquisa*, 40(139), p. 121-146.

Feijoo, A. M. L. C, Protássio, M. M. & Gill, D. (2015). *Considerações sobre o desenvolvimento infantil em uma perspectiva existencial*. IN: Feijoo, A. M. L. C; Feijoo, E. L. (Orgs.). *Ser criança: uma compreensão existencial da experiência infantil*. Rio de Janeiro: Edições IFEN. p. 115-164.

Feitosa, A. G. S. (2011). *A infância abrigada: impressões das crianças na casa abrigo*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre.

Fonseca, N. M.; Lau, M. I. & Farinatti F. *Maus-tratos à criança*. In: Revista de Medicina Ambulatorial, n. 13, p. 41-43, out/1996.

Forghieri, Y. C. (2013). *Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas*. São Paulo: Cengage Learning.

Freitas, L. J. (2015). *A criança sob o olhar fenomenológico: o despertar do mundo-as-vida*. In Feijoo A. M. L. C. & Feijoo E. L. (Orgs.). *Ser criança uma compressão existencial da experiência infantil*; Rio de Janeiro, Edições IFEN p. 35-52.

Frota, A. M. M. C. (2007). *Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160.

Garnica, A. V. M. (1997). *Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia*. *Interface (Botucatu)*, vol. 1, n, 1, p. 109-122.

Hecht, B.; Silva, R. F. P. *Crianças institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno*. **Psicologia.com.pt**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (2015). *Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras: caracterização, tendências e custos para a sociedade*. Brasília: Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>.

Lauz, G. V. M., & Borges, J. L. (2013). *Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 852-867. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>.

Luft, C. P. (2000,2009). *Minidicionário Luft*. Colaboradores: Francisco de Assis Barbosa, Manuel da Cunha Pereira. Organização e supervisão: Lya Luft. São Paulo: Ática.

Machado, M. M. (2010). *Merleau-Ponty e a educação*. Belo Horizonte: Autentica.

Marcílio, M. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

Masini, E. F. S. (1989). *Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação*. In: FAZENDA, I. (Org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo.

Mattar, C. M. (2015). *A criança e a família: aspectos históricos e dilemas contemporâneos*. In Feijoo A. M. L. C. & Feijoo E. L. (Orgs.). *Ser criança uma compressão existencial da experiência infantil*; Rio de Janeiro, Edições IFEN p. 13-34.

Meinerz, N.E.: IN: Carvalho, C. A.P.; Salaini, J. C.; Allebrandt, D.; Weisheime, N., (2012), *Desigualdades de Genero, Raça e Etnia: outros autores*. Curitiba: ed. InterSaberes.

Merleau-Ponty, M. (2006). *A estrutura do comportamento*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicado em 1942).

Merleau-Ponty. (2006). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra originalmente publicado em 1945).

Merleau-Ponty, M. (2006). *Psicologia e pedagogia da criança*. São Paulo: Martins Fontes.

Montes, D. C. *O significado da experiência de abrigo e a auto-imagem da criança em idade escolar*. 2006. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 62-66. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7133/tde-02102006-155956/pt-br.php>. Acesso em: 07 maio 2017.

Moreira C. I. M., Bedran P. M. & Carellos, D. S. M. S. (2011). *A família contemporânea brasileira em contexto de fragilidade social e os novos direitos das crianças: desafios éticos*. *Psicologia em Revista*, 17(1), 161-180. Recuperado em 20 de agosto de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100012&lng=pt&tlng=pt.

Muller, V.R. (2002) Aspectos da construção do conceito de infância. In: Muller, V.R. & Morelli, A.J. *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver*. Maringá: Eduem. p.05-45

Parreira, S. M. C. P. & Justo, J. S. (2005). *A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação*. Psicologia em Estudo, Maringá, vol. 10, n. 2, p. 175-180.

Pereira, A. P. (2006). *Cidadania e (in)justiça social: embates teóricos e possibilidades políticas atuais*. In: FREIRE M. B. L., FREIRE S.M., BARROSO A. T., (org.). *Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ.

Pilotto, S. S. D. (2007). *As linguagens da arte no contexto da educação infantil*. In: Pilotto, S. S. D. (Org.). *Linguagens da arte na infância*. Joinville, SC: Ed. da UNIVILLE, 2007. p. 17-28.

Postman, N. (1982/2012) *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.

Queiroz, D. T.; Vall, J.; Souza, A. M. A. & Vieira, N. F. C. (2007). *Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde*. Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro. abr/jun; 15(2):276-83.

Ribeiro, J. P. (2011) *Conceito de mundo e de pessoa em Gestalt-terapia: revisitando o caminho*, São Paulo, Simmus.

Ribeiro, M. Oliveira; Ciampone, M. H. T. *Crianças em Situação de Rua falam sobre os abrigos*. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 36, 2002, p.309-16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n4/v36n4a02.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

Rizzine, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo, Cortez.

Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Schultz, E. S & Barros, S. M. (2011). *A concepção de infância na história do Brasil*. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 3(2): 137-147, 2011. Disponível em <<http://http://www.revistas2.uepg.br/index.php/lumiar>>

Silva, E. R. A. (Org.) - *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA, 2004. 377p.

Silva, V. M. B. *O Diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e seu Tratamento Medicamentoso: vivências de mães de crianças diagnosticadas*. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidades Estadual de Maringá.

Tinoco, V. & Franco, M. H. P. (2011). *O luto em instituições de abrigamento de crianças*. Estudos de Psicologia, Campinas, vol. 28, n. 4, p. 427-434.

Valladares, L. (2007). *Os dez mandamentos da observação participante*. Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.63 São Paulo.

